

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**JULIANA HORSTMANN AMORIM**

**ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ANIMAIS: UMA ETNOGRAFIA DO  
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA FAUNA DE  
CURITIBA (PR)**

**CURITIBA  
2014**

**JULIANA HORSTMANN AMORIM**

**ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E ANIMAIS: UMA ETNOGRAFIA DO  
DEPARTAMENTO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA FAUNA DE  
CURITIBA (PR)**

Dissertação de Mestrado em Antropologia  
apresentada no Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia da Universidade Federal  
do Paraná, sob a orientação da Professora  
Doutora Ciméa Barbato Bevilaqua.

**CURITIBA  
2014**

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR

Amorim, Juliana Horstmann

Entre políticas públicas e animais: uma etnografia do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba (PR) / Juliana Horstmann  
Amorim – Curitiba, 2014.

158 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Políticas públicas – Meio ambiente. 2. Proteção ambiental – Fauna.  
3. Antropologia social. I. Título.

CDD 301.01



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR  
CEP 80060-150 - CURITIBA- PR  
Telefone (41) 3360-5272

**118ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE  
DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM ANTROPOLOGIA**

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, no anfiteatro 1100 – 11º andar, Edifício D. Pedro I, do Setor de Ciências Humana da Universidade Federal do Paraná (SCH/UFPR), foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **Juliana Horstmann Amorim** para a Defesa Pública de sua Dissertação intitulada: *“Entre políticas públicas e animais: uma etnografia do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba (PR)”*. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA/UFPR), foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: Ciméa Barbato Bevilaqua (orientadora), presidente da sessão, Piero de Camargo Leirner (PPGAS/USP) e Ricardo Cid Fernandes (PPGA/UFPR). Dando início à sessão, a presidente passou a palavra à aluna, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidente da sessão passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidente retomou a palavra para suas considerações finais e, depois, solicitou aos presentes e à mestranda que deixassem a sala. A Banca Examinadora, então, reuniu-se sigilosamente para discussão de suas avaliações, e decidiu pela Aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidente da sessão fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora, outorgando-lhe o Grau de **Mestre em Antropologia**. Nada mais havendo a sessão foi encerrada, da qual eu, Paulo Marins Gomes, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora. Curitiba, 1 de dezembro de 2014.

*Paulo Marins Gomes*  
Paulo Marins Gomes

*Ciméa Barbato Bevilaqua*  
Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua (Orientadora)

*Piero de Camargo Leirner*  
Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner (PPGAS/USP)

*Ricardo Cid Fernandes*  
Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes (PPGA/UFPR)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR  
CEP 80060-150 - CURITIBA - PR  
Telefone (41) 3360-5272

#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Juliana Horstmann Amorim**, intitulada: "*Entre políticas públicas e animais: uma etnografia do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba (PR)*" após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia**.

Considerações adicionais da Banca Examinadora:

A BANCA RESSALTA O MÉRITO DA DISSERTAÇÃO, AO ENFRENTAR QUESTÕES COMPLEXAS DA ANTROPOLOGIA, BEM COMO RELACIONÁ-LAS DE MANEIRA CLARA COM OS ELEMENTOS SUSCITADOS PELA ETNOGRAFIA.

Curitiba, 1 de dezembro de 2014.

Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua  
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Piero de Camargo Leirner  
1º Examinador

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes  
2º Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos professores do PPGAS/UFPR e também aos colegas da turma de mestrado e do NAPER (Núcleo de Antropologia da Política, Estado e Relações de Mercado). Especialmente à professora Ciméa Bevilaqua pela dedicada orientação e generosidade intelectual, sobretudo pela paciência e incentivo para a finalização deste trabalho.

Aos amigos pelo afeto que permanece ao longo dos anos, Roberta, Noemi, Tauane, Amanda, Thaís e David, e aos familiares, sempre tão presentes. Clésio pelo suporte tão preciso e Mirian pela disposição e otimismo. A linda Ingrid pelo amor e carinho, fundamental durante todo o percurso do mestrado. A Anna, pela leveza pesada que torna tudo mais interessante, obrigada pelas indagações, conversas, pelos comentários construtivos, ter você por perto é minha alegria. Ao Charles, meu doce amor, pela parceria e pelo olhar, sempre apurado, que tanto melhora o meu.

Ao diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna, Alexander Biondo, cujo entusiasmo pelo “mundo animal” é contagiante, pela disponibilidade e pela pronta simpatia com que sempre me recebeu. Por fim, a todos os funcionários do Departamento, principalmente Vivien, Edson Evaristo, Edson Teixeira, Enio, Anderson, Cláudio, Sílvio, Manoel, Tamandaré, Tarzan, Guma, Zé e Moisés, obrigada pelo aprendizado e por tornarem possível este trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação trata sobre políticas públicas voltadas para animais em Curitiba (PR). A partir de um enfoque nas rotinas do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna buscou-se conhecer os modos através dos quais esta instituição municipal, vinculada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, executa políticas para animais e para pessoas a partir da noção de *proteção* animal. Foi possível perceber que há uma catalogação que embasa a maneira como os animais são concebidos pelo poder público municipal, distinguidos entre *domésticos* e *silvestres*. A partir desta divisão mais geral, as políticas de *proteção* animal organizam animais e pessoas em diferentes localidades na cidade, permitindo que circulem ou não por determinados espaços, recebendo tratamentos específicos. Acompanhar o cotidiano do trabalho dos funcionários dessa instituição pública demonstrou como engajamentos pessoais e intervenções, muitas vezes criativas, na condução das rotinas diárias, bem como as relações estabelecidas com diferentes animais imprimem particularidades nos modos como as políticas são pensadas e implementadas. Há, portanto, um espaço para a modulação das políticas públicas, conferindo a elas aspectos característicos, o que contraria a ideia de automatismo e indiferença, associada à teoria weberiana a respeito das burocracias estatais.

Palavras-chave: Estado; Políticas públicas; Animais.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with public policies for animals in Curitiba (PR). From a focus on routines of the Department of Research and Conservation of Fauna we sought to understand the ways in which this municipal institution, linked to the Municipal Department of the Environment, implements policies for animals and for people from the animal protection concept. It could be observed that there is a catalog that supports the way animals are designed by the municipal government, distinguished between domestic and wild. From this more general division, animal protection policies organize animals and people in different locations in the city, allowing moved or not by certain areas, receiving specific treatments. Follow the daily work of the employees of this public institution, it demonstrated how personal commitments and interventions, often creative, in the conduct of daily routines as well as the relationships established with different animal print particularities in the ways policies are designed and implemented. There is therefore a space for modulation of public policies, giving them characteristic features, which contradicts the idea of automatism and indifference, coupled with the Weberian theory about the state bureaucracies.

Key words: State, Public policy; Animals.

## **LISTA DE SIGLAS**

CCZV- Centro de Controle de Zoonoses e Vetores

CEASA- Centrais de Abastecimento

COHAB- Companhia de Habitação Popular

COMUPA- Conselho Municipal de Proteção Animal

CRAR- Centro de Resgate de Animais em Risco

DPMA- Delegacia de Proteção do Meio Ambiente

FAS- Fundação de Ação Social

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

IAP- Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SIA- Sistema de Cadastramento e Identificação do Animal

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SNUC - Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidades de Conservação

SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

TECPAR- Instituto de Tecnologia do Paraná

UFPR- Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
O Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna .....	16
O trabalho de campo numa instituição pública .....	18
A divisão dos capítulos .....	22
<b>CAPÍTULO I – Pensando a <i>proteção animal</i> .....</b>	<b>24</b>
1.1 A festa no Zoológico.....	25
1.2 Os percursos da norma.....	35
1.2.1 Sobre os limites da norma .....	41
1.2.2 A reestruturação de um departamento público.....	44
1.2.3 Políticas para animais: o cenário institucional .....	45
1.3 A localidade física: o Passeio Público de Curitiba .....	47
1.3.1 A sede do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna .....	54
<b>CAPÍTULO 2 - Rede de Defesa e Proteção Animal: “Amigo é pra se cuidar” .....</b>	<b>58</b>
2.1 Conhecendo a Rede .....	58
2.1.1 A <i>Guarda Responsável</i> .....	63
2.2 O combate aos <i>maus tratos</i> .....	68
2.3 Quem cuida <i>castra</i> .....	81
2.3.1 Alcançando “outros” cachorros: o Projeto <i>CãoComunitário</i> .....	87
2.4 <i>Feira Amigo Bicho</i> .....	100
<b>CAPÍTULO 3- Os “mais de longe”: chegando ao Zoológico.....</b>	<b>106</b>
3.1 Parque Regional do Iguaçu: o Zoológico de Curitiba.....	115
3.1.1 O Zoológico Parque Iguaçu: funcionários, rotinas e espaços .....	119
3.1.2 O dia-a-dia no Zoológico: acessando e recriando naturezas .....	122
3.1.3 Estabelecendo contatos: proximidades interespecíficas.....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>154</b>

## INTRODUÇÃO

Noções relativas à *proteção* dos animais de companhia nos contextos urbanos têm ganhado potência e destaque nos últimos anos, principalmente nas mídias sociais. A crescente multiplicação de bens e serviços destinados aos animais de estimação, a proliferação de ONGs voltadas para os cuidados destes, as militâncias com diferentes orientações ético-filosóficas e o crescente incremento de pautas referentes à *proteção* animal no direito, são exemplos de um fenômeno que entrecorta diferentes contextos. Para Digard (2008) estas mudanças sinalizam um novo estatuto sobre o lugar dos animais nas relações humanas, já que considerados, em alguns contextos, como membros das famílias humanas.

A temática que envolve as relações entre humanos e animais possui uma história na Antropologia. As produções que tocam no tema são extensas e recorrentes e o fazem a partir de diferentes enfoques e abordagens. Ao fazer um balanço sobre os estudos dos animais, Mullin (2002:388) reflete sobre as mudanças de perspectivas no que tange a maneira como as categorias de humano e de animal passaram a ser tratadas nos últimos anos. Estas novas perspectivas estão alinhadas com um debate mais amplo no interior da disciplina ligado à revisão de grandes conceitos analíticos como natureza e cultura, humanos e tecnologia, sociedade e indivíduo, humano e animal, por exemplo. Etnografias têm revelado a diversidade de possíveis constituições de distinções e continuidades entre humanos e animais e apontam para as “infinitas modalidades em que as distinções entre os seres e entes que povoam e fazem o mundo são organizadas, pensadas e vividas pelas sociedades humanas”. (VELDEN; BADIE, 2011: s.p.). A noção de multinaturalismo de Eduardo Viveiros de Castro, mas também a de Bruno Latour (1994; 2004; 2005) sobre a separação tipicamente moderna entre natureza e sociedade, ou ainda as noções de vida e ambiente de Tim Ingold (1994; 2000) são importantes exemplos sobre a discussão, além de Donna Haraway (2008) que em seus estudos sobre espécies companheiras propõe pensar estas relações a partir da ideia de “coevolução” e “simbiose”.

De uma maneira geral, mas com sentidos particularizados, tais discussões pulsam sobre o enfrentamento do eixo natureza/cultura, com suas doses bem medidas de desconstrução e reconstrução de identidades e estatutos, e se abrem em novas frentes, especialmente naquelas que envolvem políticas públicas, biossegurança ou proteção tanto dos animais quanto dos humanos. (SEGATA, 2012: 58).

Conforme aponta Segata, há um rol de novas frentes envolvendo diferentes instâncias nas sociedades ocidentais (ética, direito, saúde, micropolíticas) em que a relação humano-animal é atualizada. Atentar para esta efervescência parece ser um caminho proveitoso. Orientada por este debate antropológico mais amplo acerca da questão da humanidade versus animalidade e sua potencialidade multifacetada, a tentativa deste trabalho é a de perceber como o poder público atualiza esta relação a partir de políticas públicas voltadas para animais. Assim, esta pesquisa se trata da etnografia de uma administração pública que toma como ponto de partida o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna de Curitiba<sup>1</sup> (PR), que vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente é a instância municipal responsável pela *proteção*<sup>2</sup> animal da cidade.

A preocupação do poder público em relação à *proteção* animal é algo que tem aparecido com certa constância nas últimas décadas. É possível observar que a questão vem alçando destaque na implementação de políticas públicas voltadas para os animais em diferentes contextos brasileiros. Em Curitiba, por exemplo, nos últimos dez anos houve um recrudescimento na legislação municipal relacionada à temática, o que é um dado relevante, pois confere nuances muito específicas ao modo como a prefeitura tem formulado e implementado políticas no tocante a relação de pessoas e animais.

Ainda que particularmente algumas leituras acerca de questões éticas e filosóficas sobre a relação entre humanos e animais tenham me causado interesse em estudos que envolvem pessoas e animais, na presente pesquisa optei por não adentrar os meandros destes debates. Antes, tomo como foco as perspectivas da administração pública de Curitiba, são elas que dão o tom e nos indicam as maneiras possíveis de ser animal na cidade. Este trabalho pode ser inserido, portanto, num campo de discussão da Antropologia que toma o estado como objeto de reflexões. Diferentemente daquele estado unificado como avalia a Ciência Política, a Antropologia, na pretensão de aproximação de explicações nativas, acena para a possibilidade de existência de estados múltiplos. Pensar sobre as formas e sobre os diferentes agentes através dos quais o

---

<sup>1</sup>Ao longo do trabalho o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna estará referenciado apenas por Departamento de Fauna.

<sup>2</sup> Os termos nativos foram destacados em itálico ao longo do texto. *Proteção* é uma categoria nativa e, portanto, virá destacada. Os usos contextuais devem poder evidenciar as distinções já que, embora “proteção” e também “bem-estar”- termo que irá aparecer ao longo do texto- são usados muitas vezes como sinônimos, não possuem o mesmo significado para todos e um dos objetivos do trabalho é justamente explicitar as diferenças entre estas distintas perspectivas.

estado é composto é uma perspectiva analítica que permite vislumbrar o quanto o estado não é um bloco homogêneo que existe a priori e fora do mundo social.

O antropólogo Piero Leirner (2012:39) ao discorrer sobre os modos como o estado tende a engendrar um lugar que se quer central em oposição àquilo que seria considerado periférico, e, portanto, fora do domínio da “esfera pública”, problematiza justamente as noções de “público” e “esfera política” enquanto domínios sinônimos de estado propondo, para tanto, a ideia de pensá-lo como uma “fazenda de domesticação”. A ideia do estado como uma fazenda que domestica alude ao constante mecanismo de internalização e processamento- no sentido de tornar doméstico- do que parece “escapar” à lógica comumente associada ao aparato estatal, além de marcar os limites do que o estado “engloba”. De acordo com o autor: “a noção de fazenda supõe agência, algo em moto-contínuo, mas, também, algo que pode colapsar, cujos seres habitantes podem imprimir um movimento de fuga.” (LEIRNER, 2012:39).

A existência de um departamento municipal voltado para a *proteção* da vida animal é um dado que, por isso, merece atenção uma vez que o vocabulário usualmente acionado para referenciar o que o estado é e faz carrega significados que assumem particularidades em contingências específicas. Justamente por conceber que os diferentes agentes que constituem o aparelho estatal imprimem versões múltiplas - e por vezes contraditórias – de estado, o termo *proteger* não foi tomado aqui como o que explicaria a existência e as ações do Departamento de Fauna, mas o contrário: o que este termo produz e qualifica foi o que se pretendeu descobrir ao longo desta pesquisa. O que faz um departamento municipal que se pretende enquanto instituição responsável pela “vida animal” da cidade? Como a prefeitura de Curitiba se efetiva em ações concretas referentes a animais, quais são, quem elas envolvem e alcançam foram as perguntas que direcionaram este trabalho.

Se estado pode ser diferentes coisas, o termo políticas públicas também não é autoexplicativo e isto faz uma grande diferença. A qualidade da política (ser uma política de saúde, econômica, de segurança, de *proteção*, por exemplo) imprime características particulares sobre o que tal política pode ser. Portanto, o fato de existir um conjunto de ações do poder público voltado para a *proteção* dos animais na cidade, abre um caminho interessante para apreender de que modo a própria ideia de política é pensada e articulada e, no limite, ajuda a pensar sobre o estatuto e lugar dos animais na cidade.

Diferentes autores discutem sobre os significados das políticas públicas. De acordo com Shore (2010), um estudo acerca delas deve começar pela reflexão sobre suas definições e sentidos. Deste modo, visando compreender o conjunto de ações implementadas pelo Departamento de Fauna, lanço mão de alguns autores que contribuem para a reflexão acerca das possíveis maneiras de adentrar aos estudos sobre políticas públicas. As linhas que seguem têm este objetivo, correm no sentido de delinear uma perspectiva de análise atentando para as distinções entre uma abordagem antropológica das políticas públicas e as de outras disciplinas.

As definições de políticas públicas são abrangentes. Conforme esclarece Castro (2012:11) dois significados são os mais correntes, uma versão que possui um sentido “mais reduzido”, cuja definição assenta-se no ciclo da política pública, ou seja, refere-se à elaboração, à implementação, ao monitoramento e à posterior avaliação da política, e uma versão “mais abrangente”, que diz respeito àquilo que o estado faz, incluindo além dos objetivos das políticas, os meandros da própria burocracia, ou seja, tudo aquilo que acontece no interior do fazer político. Nesta última concepção, mais alargada, as “negociações do jogo político” também são encaradas como parte da própria constituição do sentido de política pública.

Teixeira e Lima (2000: 56), ao fazerem um balanço dos estudos na Antropologia no Brasil com temas referentes à administração e governança, observam que a partir da década de 1960-70 houve um aumento destes estudos sob a concentração em três grandes eixos de pesquisa- indígenas, camponeses e urbanidade- que, embora não tratassem especificamente das ações do estado, focalizavam os resultados destas ações por meio das etnografias das formas como determinados segmentos sociais relacionavam-se com tais intervenções estatais. É só a partir da década de 1990 que ocorreu um aumento na produção de trabalhos etnográficos que tratam diretamente sobre o estado (BEVILAQUA; LEIRNER, 2000).

Os percursos teóricos que levaram ao que hoje se configura como uma antropologia do estado iniciaram-se a partir de reflexões que tomavam a ausência de uma organização estatal – tal como a configuração dos atuais estados modernos – em sociedades não ocidentais como falta. O trabalho de Pierre Clastres (1978), neste aspecto, simboliza um marco na virada da Antropologia sobre as perspectivas acerca da existência do estado (SCHAVELZON, 2010:78). A partir de então, o estado passou a não mais figurar como o caminho a ser alcançado por aquelas sociedades cujas organizações pautavam-se em outros princípios. Este deslocamento da concepção do

que a política pode ser, existindo na presença e também na ausência de estados, permitiu aos antropólogos retomarem o estado enquanto objeto de reflexão, sobretudo ao se voltarem para o estudo de suas próprias sociedades. Esta tradição de pesquisa permite conceber aspectos que escapam ao estado, sem, no entanto, tomá-las como algo a ser “enquadrado” ou como aquilo que “não deu certo”.

El Estado moderno aparece así tan cultural como cualquier sistema político tribal y, de hecho, la etnografía en ámbitos estatales da cuenta de situaciones tan alejadas de la idea de normas burocráticas racionales, como las de cualquier otra realidad no estatal. (SCHAVELZON, 2010:78).

Segundo Teixeira e Lima (2010:54), os estudos que se alojam sob o campo temático conhecido como antropologia do estado, das políticas públicas e do poder apontam para variadas direções, sendo preciso “conteudizar” os próprios termos que nomeiam as subáreas. Ao pensarmos em políticas públicas há a tendência de associarmos o termo a outros como “administração pública” e “governo e política”, por exemplo. O termo “administração”, nesse sentido, quando precede o adjetivo “público”, adquire sentidos diversos. Para elencar apenas alguns destes possíveis entendimentos acerca do termo os autores apontam para três definições que condensam esse conjunto: “(1) a atividade de servidores públicos; (2) a estrutura do governo executivo; e (3) o estudo sistemático dos dois primeiros.” (Idem, 2010:54). Ainda que com diferentes definições, é possível perceber que política pública diz respeito à maneira como age o estado e esta maneira não é unívoca, o que conduz à problematização da própria noção de estado, sobretudo “o” estado.

É notável que as políticas públicas possuem uma centralidade em nossas vidas. Do nascimento até a morte pessoas são categorizadas, classificadas e reguladas por ações e instrumentos do poder público. Ao discorrer sobre a importância de tomar as políticas públicas enquanto objeto de análises Shore (2010:26) argumenta que sua forte presença no cotidiano das pessoas é algo relevante enquanto dado antropológico, uma vez que o modo como são objetivadas e utilizadas fornecem pistas importantes sobre princípios organizativos mais profundos de como estrutura-se nossa sociedade, principalmente os regimes de poder e como indivíduos e organizações comportam-se.

Desde la cuna hasta la tumba las personas son categorizadas, clasificadas y reguladas por procesos de política pública sobre los cuales tienen poco control o de los cuales son poco conscientes. Las políticas no simplemente asignan identidades particulares a individuos y grupos específicos; construyen activamente esas identidades. (SHORE, 2010:36)

Tendo em vista que é praticamente impossível fugir da ação de diferentes políticas públicas no contexto em que vivemos, percebemos que o escopo das políticas não atinge somente a humanos. Nos espaços urbanos os animais parecem passar por uma grade de classificação oriunda do poder público que os classifica e também os organiza no sentido de imputar ações que visam dar conta do modo como suas existências no mundo devem e podem ser.

Quando a prefeitura de Curitiba estabelece uma agenda de ações no tocante à questão animal ela está produzindo categorias que criam novas relações. Ou seja, há aí gradientes de classificação que determinam como animais e pessoas podem estar organizados na cidade. Para alguns animais cabe o espaço do zoológico, para outros a “natureza”, para outros ainda as residências humanas (cachorros e gatos por exemplo). Estas formas de conceber lugares e modos de existências para os animais passam por classificações estabelecidas através das políticas públicas: ser considerado *doméstico* ou *silvestre*, aptos para o convívio urbano ou não, *abandonado* ou não. E destas classificações, que definem quem são e como podem viver, seguem outras, relacionadas às pessoas: *tratadores*, *tutores*, *protetores*, *mantenedores*, entre outras, que serão tratadas no decorrer dos capítulos. Ao engendrar diferentes categorias, a prefeitura de Curitiba incide sobre modos de vida. Nesse sentido, as políticas públicas concebidas como uma “ponte a intermediar a interação entre a burocracia estatal e os cidadãos-sujeitos” (Castro, 2012:14) podem ser instrumentos através dos quais é possível analisar os modos pelos quais o estado funciona. Vale ressaltar que não acompanhei o processo de formulação das políticas levadas a cabo pelo Departamento de Fauna, mas a implementação de alguns projetos.

## **O Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna**

Criado em 2010 através do Decreto Municipal 1.132/10, o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna é um dos nove departamentos<sup>3</sup> vinculados à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) que atuam por áreas que

---

<sup>3</sup> Os outros departamentos são: Departamento de Parques e Praças; Departamento de Pesquisa e Monitoramento; Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento; Departamento de Limpeza Pública; Departamento de Produção Vegetal; Departamento de Serviços Especiais; Departamento de Gestão de Riscos. A equipe da Secretaria Municipal do Meio Ambiente é composta ainda pela Superintendência de Obras e Serviços; a Superintendência de Controle Ambiental; além da Diretoria da Gestão de Riscos e da Diretoria de Educação para Sustentabilidade.

correspondem ao domínio daquilo que é compreendido como constituindo o *meio ambiente*.

Dentro do quadro administrativo do município cabe à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) a *formulação e execução* da Política Ambiental do Município através de ações

no âmbito do **monitoramento** e **controle** ambiental, da implantação e manutenção de espaços de lazer, preservação e recreação dos programas voltados a questão dos resíduos sólidos e da educação ambiental, com a tônica da participação comunitária, criando para a cidade condições ambientais peculiares, que proporcionem um elevado nível de qualidade de vida para todos que nela vivem.<sup>4</sup>

A criação do Departamento de Fauna em 2010 é concomitante a um novo conjunto de disposições legislativas sobre animais na cidade na última década e inovações institucionais na própria prefeitura que traduzem uma perspectiva de uma administração pública alinhada com uma ideia da necessidade de organizar a vida animal da cidade e promover sua *proteção*.

O Departamento de Fauna possui sua sede localizada no interior do Passeio Público de Curitiba que é um parque central da cidade e possui um quadro de cento e dois funcionários distribuídos em quatro Divisões e mais duas Gerências, compondo o atual organograma do Departamento de Fauna.<sup>5</sup> São estas: a Divisão do Zoológico, que abarca o Zoológico da cidade e também uma área do Passeio Público em que há animais em exposição, a Divisão de Monitoramento e Proteção Ambiental, que se divide em duas frentes: o Serviço de Monitoramento de Animais Domésticos e o Serviço de Monitoramento de Animais Silvestres. O Serviço de Monitoramento de Animais Domésticos possui um programa chamado Rede de Defesa e Proteção Animal<sup>6</sup>, e é neste programa que o Departamento de Fauna concentra a maior parte de sua atenção (suas especificidades serão tratadas no capítulo 1). O Departamento de Fauna conta ainda com a Divisão de Museu e História Natural, que abarca o Museu de História Natural de Curitiba<sup>7</sup> e a Divisão de Educação para a Conservação da Fauna, que abarca

---

<sup>4</sup> Descrição da SMMA contida no site da prefeitura: [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br). Acesso em 15/03/2013.

<sup>5</sup> Organograma do Departamento de Fauna em Anexo.

<sup>6</sup> Designada no decorrer do trabalho apenas por Rede Animal.

<sup>7</sup> O Museu de História Natural localiza-se no bairro Capão do Imbuia e é dividido em dois setores: um setor de pesquisa que, além de abrigar coleções de diferentes tipos de animais, é voltado para o desenvolvimento de trabalhos científicos, e o setor expositivo que é aberto ao público em geral. Promove atendimento a grupos escolares, escoteiros e professores através da visita orientada às exposições.

Fonte: <http://curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/equipamento/museu-historia-natural/1418>. Acesso em 16/09/2013.

a Casa de Acantonamento<sup>8</sup>. Além destas quatro Divisões, o organograma do Departamento ainda conta com uma Gerência Técnica que é responsável diretamente pelas Divisões de Museu, Monitoramento de Proteção Animal e Divisão de Educação, e a Gerência Operacional e de Abastecimento que é responsável pela contabilidade e pelos funcionários do Zoológico.

Estas Divisões permitem compreender como o Departamento de Fauna se organiza e cada uma das divisões internas refere-se a um conjunto de atividades e espaços físicos específicos. A cada divisão cabe gerenciar um dos aspectos tidos como aqueles que integram o domínio da gestão da vida animal: *proteção* dos animais *domésticos* e *silvestres*, *educação* e *conscientização* da população humana sobre os cuidados com os animais, além da manutenção de espaços destinados à exposição de animais.

### **O trabalho de campo numa instituição pública**

Meu contato inicial com o Departamento de Fauna ocorreu através de uma conversa por telefone com seu diretor, Alexander Biondo, em julho de 2012. Nesta conversa expliquei sobre meu interesse em iniciar uma pesquisa junto à instituição. De forma muito simpática o diretor me deu as “boas vindas” e se disponibilizou para uma conversa pessoal na sede do Departamento de Fauna.

A forma como Alexander Biondo conduziu esta primeira conversa, e outras que tivemos no decorrer da pesquisa, por vezes, assemelhava-se às conversas típicas entre aluno e professor. Tal fato estava ligado à própria formação e cargo de Alexander, que concomitantemente ao exercício de direção do Departamento de Fauna, atuava como professor do curso de Veterinária da Universidade Federal do Paraná e, tendo assumido a direção do Departamento de Fauna há poucos meses, orientava -enquanto professor- algumas pesquisas acadêmicas de alunos relacionadas ao trabalho desenvolvido no Departamento de Fauna. Em nossa primeira conversa explanei com mais detalhes sobre o tema da minha pesquisa e, com aparente entusiasmo, o diretor me parabenizou pela temática e disse que considerava muito importante o interesse “de alguém das humanas por uma questão tão importante como é a presença dos animais na cidade”. Explicou-me sobre o funcionamento do Departamento de Fauna e principalmente sobre o programa

---

<sup>8</sup> A Casa de Acantonamento localiza-se próxima ao Zoológico, no bairro Alto Boqueirão e é responsável pela realização de atividades voltadas à Educação Ambiental para crianças estudantes do ensino fundamental de escolas municipais.

Rede Animal. O tom de sua fala e o teor das conversas que se seguiram acabavam versando, na maior parte das vezes, sobre pesquisas científicas, escrita de artigos acadêmicos e também sobre referências bibliográficas que Alexander Biondo considerava interessante que eu lesse. Por vezes me perguntou sobre detalhes do meu trabalho e sugeriu que eu estruturasse a escrita da dissertação a partir de capítulos sobre as ações da Rede Animal, o “carro chefe” do Departamento de Fauna, segundo o diretor.

A ênfase no trabalho da Rede Animal expressa por Alexander é um fato importante sobre o modo como a atual gestão à frente da prefeitura está posicionada em relação ao tema da *proteção* animal. Além disso, a sede da Rede Animal localiza-se no mesmo ambiente que o Departamento de Fauna, ou seja, os funcionários e o próprio espaço físico misturam-se. Todo funcionário da Rede Animal é funcionário do Departamento de Fauna obviamente, mas o contrário não se aplica, de modo que levei alguns dias para compreender que o programa Rede Animal não possuía limites físicos tão rígidos, e que nem todos os funcionários e pessoas que circulavam pelo ambiente eram da Rede Animal.

A Rede Animal não está contida apenas num espaço físico, seus funcionários e outras pessoas que compõem o programa estão em constante movimento entre os diferentes espaços do Departamento de Fauna, realizando diferentes atividades, e também fora dos limites físicos da instituição. Não atentar para este fluxo seria perder uma dimensão importante para a compreensão do modo como a Rede Animal opera, cujos detalhes serão tratados no capítulo 2. Não há Rede Animal sem Departamento de Fauna e não há Departamento de Fauna sem sua interface com as outras divisões que abarca<sup>9</sup> e com as pessoas e animais além da instituição.

O trabalho de campo se iniciou, portanto, junto dos funcionários do programa Rede Animal de julho a setembro de 2012, mas se estendeu também à Divisão do Zoológico<sup>10</sup> que abarca todo o trabalho realizado pelos *técnicos* e *tratadores* com os animais do Zoo e também do Passeio Público, durante os meses de dezembro de 2012 e janeiro de 2013.

---

<sup>9</sup> O limite entre instituição e seu exterior também não é claro. A Rede Animal está, ou pode estar, em diferentes espaços da cidade, públicos e privados – no caso da *fiscalização* a *maus tratos* contra animais – e até mesmo nos corpos dos animais *microchipados*. Estas questões serão tratadas no decorrer do capítulo 2.

<sup>10</sup> Mencionado no texto a partir de agora como Zoo.

A fim de adentrar esse mundo de políticas para animais tal como é concebido por aqueles que nestes espaços transitam diariamente exercendo suas funções, iniciei meu trajeto como me propôs o diretor do Departamento de Fauna em nosso primeiro contato: iniciar a pesquisa pelos animais *domésticos* através do enfoque no programa Rede Animal, para que, num momento seguinte, quando eu já estivesse mais “familiarizada”, passasse para os animais *silvestres* localizados no Passeio Público e também no Zoo. Deste modo, ao iniciar a pesquisa na sede do Departamento de Fauna, junto à Rede Animal, priorizei estes três espaços: Rede Animal, Passeio Público e Zoo em detrimento do Museu de História Animal e da Casa de Acantonamento.

Para que eu pudesse acompanhar algumas atividades da Rede Animal foi solicitado que eu assinasse um termo de voluntariado visando formalizar minha estada no local, o que me permitiria acompanhar toda a rotina de trabalho dos funcionários também fora da sede. A pessoa responsável pela redação do termo no momento em que eu acompanhava o trabalho do Departamento de Fauna era uma voluntária da Rede Animal. Além do quadro fixo de funcionários, há outras pessoas que podem fazer parte de programa: voluntários e estudantes de Veterinária<sup>11</sup>, Biologia ou Zootecnia que podem realizar atividades de extensão, pesquisa e estágio nas diferentes Divisões do Departamento de Fauna.

A voluntária ia muito pouco até o Departamento de Fauna e, em decorrência de constantes desencontros, nunca consegui assinar o termo.<sup>12</sup> Com a falta desta formalização de minha presença no local não foi possível acompanhar uma parte da rotina da Rede Animal que consiste nas saídas para as *vistorias* das *denúncias* contra *maus-tratos*.

As chefias do quadro de funcionários do Departamento de Fauna são ocupadas basicamente por pessoas com formação nas áreas de Veterinária, Zootecnia e Biologia.

---

<sup>11</sup> Durante o trabalho de campo era comum que muitos estudantes do curso de Veterinária da Universidade Federal do Paraná, realizassem diferentes atividades no programa já que a maioria destes eram alunos do diretor Alexander Biondo na UFPR, o que, no entanto, não descartava a presença de estudantes de outras universidades, como da Tuituti e da Evangélica (ambas particulares).

<sup>12</sup> Embora os constantes desencontros com a voluntária responsável pelo termo de voluntariado tenham corroborado para que eu não pudesse assiná-lo havia outras questões em jogo, como a preocupação -que alguns interlocutores manifestaram- com o fato de alguém que não “pertencesse” oficialmente à administração estar num carro oficial durante as *vistorias*, pois se ocorresse algum tipo de dano físico às pessoas no carro, a prefeitura não poderia responder por mim. Este argumento, no entanto, era contextual, já que em outras ocasiões eu pude acompanhar a equipe, como no caso das visitas aos cachorros que vivem em terminais de ônibus, ou até mesmo quando eu utilizava a condução da prefeitura-disponibilizada para os funcionários- para me deslocar até o Zoo.

A presença recorrente de estudantes<sup>13</sup>, desempenhando diferentes atividades nos locais - circulando, conversando com os funcionários e auxiliando quando havia alguma demanda, bem como nos eventos e atividades promovidas - parecia demonstrar que se tratava de um espaço em que a presença e circulação de veterinários formados e em formação eram promovidas de certa maneira.

Referências ao meu curso e ao que eu buscava nestes espaços foram constantes e pareciam dizer do lugar das expectativas dos interlocutores frente a uma “pesquisa científica”. O fato era que uma jovem estudante das ciências humanas causava algum estranhamento ao interessar-se por aqueles ambientes. “Você é da veterinária?” foi uma pergunta recorrente feita para mim por quase todos os funcionários do Departamento de Fauna durante o início da pesquisa. Estes primeiros contatos evidenciavam, ao meu ver, de forma contundente, a não neutralidade do conhecimento que produzimos, já que marcado por quem somos, e pelo lugar que ocupamos na relação com nossos interlocutores. “Olhar é uma coisa, tratar é outra” foi uma frase que me chamou a atenção durante o campo no Zoo. Ao acompanhar a rotina de um *tratador*<sup>14</sup>, fui interpelada pela frase que me situava e me colocava em diálogo com o interlocutor que parecia adiantar que toda produção de conhecimento fala de um olhar situado. Diferentemente da pesquisa que realizei na sede da Rede Animal (no Passeio Público), em que minha presença pouco modificava o cotidiano de trabalho, no Zoo, desde o primeiro dia fui inserida pelos próprios funcionários nas dinâmicas do local. “Põe ela pra bater faca”<sup>15</sup>, foi a instrução do chefe da cozinha ao perceber minha presença no ambiente. Eu queria conhecer, logo precisava ser ensinada, mais que isso, eu precisava viver, estar disposta a compreender, na prática, fazer o que viesse.

Estas falas são exemplares do modo como o lugar de pesquisadora, as mudanças, a construção do campo e das interações são sempre localizadas. As perguntas recebidas, minha idade, gênero, diziam de um lugar de mundo no qual eu estou inserida, no qual a produção de conhecimento era percebida, entendida e produzida. Ao mesmo tempo,

---

<sup>13</sup> Estas presenças são acordadas através de estágios ou mesmo pela opção do estudante em acompanhar as atividades do local como voluntário. A incorporação de outros estudantes como voluntários durante o período da minha pesquisa é mais um ponto a indicar que a ausência da voluntária responsável pelo termo de voluntariado não explica inteiramente por que eu não pude assiná-lo. Este fato aponta para uma especificidade da minha posição: eu não era um estudante como qualquer outro.

<sup>14</sup> *Tratador* é o funcionário incumbido de tratar os animais e cuidar da limpeza do respectivo local onde vive o animal, o chamado *recinto*.

<sup>15</sup> *Bater faca* é o nome usado para se referir ao preparo da comida dos animais na cozinha, que consiste basicamente em cortar frutas utilizando facões, o que produz um barulho estridente do aço batendo na tábua de madeira.

essa interação com a rotina de trabalho do Zoo ocorreu por ser comum a presença de estagiárias (a maioria destas vagas são ocupadas por mulheres) no local, circulando e realizando diferentes funções que lhes são destinadas pelos *técnicos* responsáveis: veterinários, zootecnistas e biólogos. Estas distinções entre cargos e funções serão tratadas com atenção no terceiro capítulo.

Observar a existência de diferentes espaços do Departamento de Fauna voltados para diferentes animais, bem como a sugestão feita para mim pelo diretor do Departamento de Fauna para o percurso de minha pesquisa (começar pelos *domésticos* para depois chegar aos *silvestres*) me colocou uma importante questão: que separação era aquela entre animais *domésticos* e *silvestres*? No momento inicial, e ao longo da pesquisa de campo, ambas as noções foram interessantes chaves para entender de que maneira estas categorias direcionam o modo como a existência dos animais na cidade é pensada e controlada, de forma que é possível que alguns animais circulem ou não por determinados espaços, recebendo diferentes tipos de tratamentos e suscitando políticas. As categorias *domésticos* e *silvestres*, enquanto categorias nativas, dizem respeito a uma catalogação e a um contraste refeito diariamente, não somente através das Divisões internas do Departamento, mas também através do modo de lidar com diferentes animais.

### **A divisão dos capítulos**

A partir do que foi até agora esboçado, a estrutura do trabalho divide-se em três capítulos. A relação entre humanos e animais pautada pela noção de *proteção e bem estar* para os animais é um fenômeno relativamente recente. Neste aspecto, no primeiro capítulo, intento apontar para uma historicidade desta relação a partir de três lugares: o lugar institucional, o jurídico e também o lugar físico do Departamento de Fauna. Para tanto, inicio o capítulo com a descrição de um evento organizado pela prefeitura no interior do Zoo em março de 2013 que condensa, em certa medida, o modo como a atual gestão de governo concebe a relação com os animais da cidade. Na segunda parte realizo um breve percurso pelo universo da normatização brasileira relativa à animais com o objetivo de destacar um conjunto de leis indicativo de um modo de conceber as relações entre humanos e animais. Com base no crescente incremento de disposições acerca o estatuto do animal doméstico no contexto de Curitiba, argumento que parece existir uma gradação na forma como as disposições relacionadas a animais aparecem na

legislação federal, estadual e municipal, uma vez que o domínio dos animais domésticos parece estar mais atrelado ao âmbito municipal. Por fim, adentramos a sede física do Departamento de Fauna no interior do Passeio Público. Idealizado como o primeiro parque da cidade, este local atualmente parece ocupar um lugar estratégico: da sede emanam ações para diferentes espaços da cidade.

No capítulo dois o enfoque recai sobre o modo como o Departamento de Fauna desdobra-se em diferentes programas relativos à *proteção* dos animais *domésticos* através da Rede Animal. O capítulo versa sobre as diferentes ações do programa da prefeitura: as *vistorias* contra *maus tratos*, a realização de *castrações* em cães e a promoção de *feiras de adoção* para cães e gatos. Cada uma destas etapas permite destrinchar o modo como a noção de *proteção* é percebida, tanto pelos agentes públicos, quanto por pessoas que entram em contato com as ações da Rede Animal de diferentes maneiras.

Em contraponto com o âmbito das atividades voltadas aos animais *domésticos*, no terceiro capítulo reflito sobre o lugar que ocupa o Zoo como o espaço relativo ao domínio dos animais *silvestres*. Neste ponto, o que é qualificado como *doméstico* ou *silvestre*, e o que estas diferenças produzem, são as perguntas que norteiam o capítulo. Parto da ideia de que os lugares e estatutos ocupados por diferentes seres não são estanques, mas vinculados a naturezas (ontologias) que informam o potencial pertencimento a pólos – mais “natural”, logo mais animal, ou no contraste, mais “cultural” e por isso mais humano- e que estão em constante negociação. Se as diferenças entre nós e os animais podem ser medidas em termos de gradações e não de uma ruptura entre as espécies, a perspectiva de uma “ecologia da vida” (Ingold, 2000) pode fornecer um frutífero meio para compreender a justaposição de meio “natural” e “artificial”, “nós” e “eles”.

## CAPÍTULO I – Pensando a *proteção* animal

Este capítulo divide-se em três partes que dão conta de apresentar o modo como o Departamento de Fauna existe: através de seus eventos, seu lugar enquanto instituição pública, pautada por um conjunto de leis, e sua localidade física.

Para introduzir o leitor no contexto em que a pesquisa ocorreu, inicio o capítulo com a descrição de um evento promovido pela prefeitura da cidade que considero condensar o tom das políticas públicas voltadas para a presença de animais em Curitiba: uma festa ocorrida no Zoo da cidade. Se existe atualmente em Curitiba a “necessidade” de gerir o domínio das relações entre humanos e animais a partir de uma ideia de *proteção* animal, isto nem sempre foi assim, sendo possível detectar no tempo mudanças a respeito de uma sensibilidade no tocante à maneira como o poder público concebe a questão da *proteção* e também a constrói.

No segundo tópico do capítulo acessamos o universo da normatização relativa a animais através de um breve percurso pela legislação brasileira a respeito do tema. Pautas relativas a animais e principalmente a noção de *proteção* têm composto o panorama da legislação municipal recente e, o que se observa, é que na última década houve o incremento de um novo conjunto de disposições sobre animais na cidade e também de inovações institucionais na própria prefeitura (como é o caso da criação do Departamento de Fauna em 2010). Argumento que há certo deslocamento da atenção do poder público relativo ao lugar dos animais concomitante a certa mudança de sensibilidade em relação ao modo como estes têm sido pensados em diferentes frentes, vide a multiplicação de ONGs e militâncias das mais variadas orientações, dos bens e serviços voltados para pets, e as próprias propostas legislativas na câmara federal. No entanto, a etnografia permitiu observar que boa parte do que se passa no Departamento de Fauna não possui relação direta com a legislação, mas com diretrizes políticas da gestão municipal. Nesse sentido, aponto para o modo como a importância dos animais tem crescido em especial na gestão de governo (do momento da realização da pesquisa) através da posição do prefeito e da primeira dama em relação à *proteção* animal. Apresento, por conseguinte, o Departamento de Fauna de modo formal, indicando seu lugar na administração municipal a partir da reestruturação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da criação do Departamento em questão, que extinguiu o antigo

Departamento de Zoológico, o que traduz também uma perspectiva renovada da administração pública de Curitiba em relação ao tema.

Na terceira e última parte do capítulo parte-se para a apresentação da sede do Departamento de Fauna e da Rede de Proteção Animal localizados no interior do mais antigo parque de Curitiba, o Passeio Público.

## 1.1 A festa no Zoológico

No dia 23 de março de 2013 aconteceu no Zoo<sup>16</sup> de Curitiba uma festa promovida pela Prefeitura da cidade em que ocorreram visitas guiadas a estudantes pelo local, a inauguração de um projeto da prefeitura voltado à promoção da *sustentabilidade* entre os estudantes, e o ponto alto da festa: o batizado de Glória, o filhote dos hipopótamos Dino<sup>17</sup> e de Penélope<sup>18</sup>. Glória<sup>19</sup>, nascida a 16 de fevereiro de 2013 no interior do Zoo, teve seu nome escolhido através de uma votação<sup>20</sup> realizada nas redes sociais e entre os visitantes do local e foi batizada durante a festa pelo atual prefeito da cidade Gustavo Fruet<sup>21</sup> e sua esposa Márcia Fruet<sup>22</sup>, presidente da Fundação de Ação Social (FAS)<sup>23</sup>, que assinaram o registro de seu nascimento na presença de duas

<sup>16</sup> O Zoo foi inaugurado na cidade em 1982, localiza-se no bairro Alto Boqueirão (região Sul de Curitiba) e ocupa uma área de 530 mil m<sup>2</sup>.

<sup>17</sup> O hipopótamo, mais conhecido entre os funcionários do Zoo como Dino, chegou ao local em 1997, transferido do Rio Grande do Sul. A prática de permutas entre zoológicos brasileiros é bastante comum.

<sup>18</sup> Assim como Dino, Penélope também foi transferida para o Zoo de Curitiba em 1997, vinda de Belo Horizonte-MG.

<sup>19</sup> O nome do filhote foi escolhido a partir de uma votação promovida pela assessoria de imprensa da Prefeitura na rede social *Facebook* e também entre os visitantes do Zoo que podiam escolher entre três opções: “Glória” (que ao final da eleição obteve 163 votos), “Lola” (com 150 votos) e “Popozinha” (com 63 votos). As opções listadas para concorrer foram escolhidas pelos funcionários da prefeitura e, segundo a comunicação de imprensa da mesma, o nome vencedor “Glória” foi elencado entre os três em uma homenagem à personagem do filme norte-americano de animação gráfica “Madagascar”, lançado em 2005. A história desta animação centra-se em quatro personagens que vivem no zoológico do Central Park em Nova York – o leão Alex, a zebra Marty, a girafa Melman e o hipopótamo Glória– que fogem do local e acabam capturados por humanos que os libertam do cativeiro e os enviam através de um navio para a África. Sabotados por um grupo de pinguins, os quatro personagens capturados por humanos acabam em outro destino, Madagascar e precisam desenvolver estratégias para sobreviverem na “selva verdadeira”. Glória, a filhote do Zoo de Curitiba, tem uma irmã, Charlene, que nasceu em 2003 e também está no local desde então.

<sup>20</sup> O modelo da propaganda da prefeitura sobre o batizado e escolha do nome do filhote de hipopótamo veiculado nas redes sociais está na seção dos Anexos, assim como o modelo da folha de votação.

<sup>21</sup> Gustavo Fruet é o atual prefeito de Curitiba (2013-2016). Filho do ex-prefeito Maurício Fruet (1983-1985), do antigo MDB, começou sua carreira política como vereador pelo PMDB (1997-1999) e se elegeu prefeito de Curitiba em 2012 pelo PDT, depois de três mandatos como deputado federal (1999-2002) pelo PMDB (2003-2006) e pelo PMDB, (2007-2010).

<sup>22</sup> Márcia Fruet foi designada para a presidência da FAS quando a nova gestão assumiu a prefeitura em 2013. É também considerada a “madrinha” dos bichos de Curitiba.

<sup>23</sup> A Fundação de Ação Social (FAS) “é o órgão público responsável pela gestão da assistência social em Curitiba, atuando de forma integrada a órgãos governamentais e instituições não governamentais, que

testemunhas, o secretário municipal do Meio Ambiente Renato Lima<sup>24</sup> e a secretária municipal de Educação, Roberlayne Borges Roballo<sup>25</sup>.

O filhote de hipopótamo Glória não ficou exposto ao público visitante como os outros animais do Zoo. Localizados num espaço denominado “área de manejo”<sup>26</sup>, somente os funcionários do local puderam interagir com o filhote e sua mãe (que estavam separados também dos outros hipopótamos do local). Esta restrição ocorreu, de acordo com os funcionários do Zoo, para proteger o “pequeno” animal, que passa a maior parte do tempo na água, já que é possível que a mãe hipopótamo fique estressada com a presença dos visitantes e acabe pisoteando e machucando seu filhote. O batizado ocorreu, portanto, em uma área restrita ao acesso de visitantes.



Figura 1: Da esquerda para a direita: a Secretária Municipal de Educação Roberlayne Roballo, o Secretário Municipal do Meio Ambiente Renato Lima, a presidente da FAS Márcia Fruet e o prefeito de Curitiba Gustavo Fruet segurando a Certidão de Nascimento de Glória já assinada. (FONTE: [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br). Acesso em 01/06/2013.)

---

compõem a rede socioassistencial do município”. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em 01/06/2013.

<sup>24</sup> Renato Lima assumiu o cargo de secretário na SMMA em 2012. Possui formação em Geologia e é professor da UFPR. Foi Chefe do Departamento de Geologia da UFPR e atualmente é diretor do NIMAD -Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR e do Centro de Apoio Científico em Desastres- CENACID/UFPR. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov/secretario-smma/115>. Acesso em 01/06/2013.

<sup>25</sup>Roberlayne Roballo assumiu o cargo de secretária na SME em 2012. Possui formação em pedagogia e é atualmente professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da UFPR (DEPLAE). Ingressou na Rede Municipal de Educação de Curitiba em 2003 como professora, entre 2004 e 2010 na Rede Municipal de Educação de Curitiba onde atuou como pedagoga. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/secretaria-sme/32>. Acesso em 01/06/2013.

<sup>26</sup>A área de manejo localiza-se no interior do *recinto* do animal. É um espaço em que é possível que os funcionários adentrem o *recinto* de forma a não serem percebidos pelo público visitante.

 <p style="text-align: center;"> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA</b>  <b>SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE</b>  <b>DEPARTAMENTO DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DA FAUNA</b> </p>		
<p><b>CERTIDÃO DE NASCIMENTO</b></p>		
<p>Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2013 nasceu GLÓRIA, filha do casal de hipopótamos (<i>Hippopotamus amphibius</i>) DINO e PENÉLOPE, do Zoológico de Curitiba, e o nome escolhido em eleição pelos visitantes do zoológico e registrado no Livro-tombo do IBAMA sob o n.º 16433.</p>		
<p>Curitiba, 23 de março de 2013.</p>		
Assinatura	Assinatura	Assinatura
GUSTAVO FRUET	MARCIA FRUET	RENATO EUGENIO DE LIMA
Prefeito municipal	“Madrinha”	Secretário do Meio Ambiente

Figura 2: Modelo da Certidão de Nascimento de Glória assinado durante a festa.

Nomear, batizar, criar um documento de certidão de nascimento de um hipopótamo, que é uma espécie endêmica da África Ocidental – e justamente por isto considerada motivo e fonte de atração em zoológicos de outras partes do mundo – é produzir um lugar para este animal, não só físico, mas também social. É inseri-lo dentro de um sistema de ordenamento próprio do modo como nos organizamos, a saber, pela burocracia. Para Bourdieu (1996), os procedimentos de registros oficiais, como de nascimento, casamento ou falecimento, por exemplo, tem a competência para criar “pela magia da nomeação oficial”, uma afirmação pública, imbuída de valor justamente porque realizada por agentes devidamente autorizados que

Ao enunciar, com autoridade, que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade (veredito) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que tem direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professar, de exercer (...), o Estado exerce um verdadeiro poder criador. (BOURDIEU, 1996:114-115)

Com o registro de nascimento, assinado pelo prefeito, pelo secretário do Meio Ambiente e pela primeira dama, a “madrinha”, criou-se um lugar social para Glória: filha de Dino e Penélope, moradora do Zoo de Curitiba, representante de um esforço do poder

público na *preservação* de espécies de animais. Embora esta certidão de nascimento possa ter validade no sentido retórico apenas, o importante aqui é reter o valor desta ação, podendo ser considerada como a materialização do engajamento da prefeitura em relação ao Zoo. A realização do batizado, que transformou o hipopótamo em Glória, é um interessante exercício para pensar a respeito das fronteiras entre espécies, que estão sendo constantemente negociadas<sup>27</sup>. De acordo com Peirano (2009:63), objetos indispensáveis no mundo moderno, os documentos são provas materiais que demonstram quem somos e quem dizemos que somos. No caso de Glória, a atribuição de um nome e o procedimento de assinatura de um papel que a qualifica enquanto pertencente à “família” de hipopótamos do Zoo, é, em grande medida, uma forma de humanizar o processo de nascimento do animal. É importante também observar o parentesco estabelecido entre o animal com seres humanos por meio da figura da primeira dama, ou da “madrinha”.

Esta festa foi um dos eventos promovidos pela prefeitura de Curitiba, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Secretaria de Educação, para a comemoração dos trezentos e vinte anos da cidade e também dos trinta e um anos do Zoo, ambas as datas celebradas no dia vinte e nove de março. A festa contou com a presença de cerca de duzentos estudantes e professores de ensino fundamental de escolas municipais de Curitiba e de municípios do interior (Paranavaí, Wenceslau Braz e de Rolândia), dois grupos de escoteiros de Curitiba, funcionários do Zoo e das secretarias municipais do Meio Ambiente e de Educação, a mídia local que registrava o evento, vendedores ambulantes, outros visitantes, além dos mil e oitocentos animais que vivem no local.

O evento teve início às dez horas da manhã e se estendeu pela tarde. O Zoo manteve suas demais atividades e suas entradas abertas aos visitantes. As turmas de estudantes chegaram até o local através de ônibus escolares que durante o evento permaneceram no estacionamento do Zoo, cuja entrada estava adornada com bexigas coloridas. Próximo desta entrada foi montada uma réplica do “Jardim das Sensações” que existe no Jardim Botânico<sup>28</sup> de Curitiba que contém diversas plantas com formas,

---

<sup>27</sup>Em sua tese de doutorado, Jean Segata reflete sobre a ideia de que os animais são humanizados para que com eles possamos nos relacionar: “e então temos os animais de tração, carga e transporte, outros com os quais nos divertimos em jogos e caçadas ou aqueles que escolhemos para a nossa companhia”. (SEGATA, 2012:25).

<sup>28</sup>Inaugurado em 1991, o Jardim Botânico é um parque público com uma área total de 178 mil metros quadrados que abriga coleções de plantas vivas e possui uma estufa de ferro e vidro com cerca de 458 metros quadrados. O local é aberto à visitação gratuita do público sendo um dos principais pontos turísticos da cidade. Localiza-se no bairro Jardim Botânico. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/jardim-botanico/287>. Acesso em 10/12/13.

texturas e aromas diferentes. Neste jardim os visitantes, em maioria crianças, eram convidados a interagir com as plantas ali expostas de olhos vendados. O objetivo era de que se pudesse percorrer a exposição explorando o tato e o olfato. Além deste espaço havia outra exposição interativa chamada “Sou Bicho de Curitiba” que reuniu alguns animais taxidermizados para exposição. Este acervo contou com “espécies silvestres da fauna local” do acervo do Museu de História Natural de Curitiba<sup>29</sup>. Cada um destes animais possuía uma pequena placa de identificação com informações referentes à classificação da espécie e local onde é encontrado na “natureza”. Ao visitar as exposições, os visitantes recebiam informações a respeito das plantas, dos animais e sobre a importância de *preservação* das espécies e, por conseguinte do *meio ambiente*.

Vendedores com carrinhos de sorvete e algodão doce, estudantes, professoras, funcionários e o jardim montado especialmente para o evento compunham a paisagem para quem chegava até o local. Ao adentrarem o espaço, os estudantes foram conduzidos pelas professoras até uma tenda montada especificamente para o evento. Sob a estrutura, o prefeito e os secretários do meio ambiente e da educação falaram a respeito da comemoração do aniversário da cidade, do Zoo e também lançaram a “Maratona Infanto Juvenil da Sustentabilidade”, um projeto coordenado pelo Departamento de Educação para Sustentabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em conjunto com a Secretaria Municipal da Educação e do Esporte, Lazer e Juventude. De acordo com uma entrevista do secretário do Meio Ambiente, Renato Lima, cedida ao portal jornalístico BandaB<sup>30</sup>, o lançamento da “Maratona” foi uma ação símbolo da estratégia de desenvolvimento sustentável de Curitiba, em suas palavras, “o objetivo não é promover uma competição, mas possibilitar o conhecimento e a vivência de práticas locais de educação para a sustentabilidade.” O objetivo do projeto era de que durante o ano de 2013 os mil e quatrocentos e vinte um alunos do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino e membros de grupos de escoteiros participassem de três desafios, um *ecológico*, um *cultural* e um *recreativo*, além de participações em eventos do Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore e Dia do Rio. Em entrevista ao mesmo jornal, o prefeito Fruet também discorreu sobre o projeto envolvendo os estudantes e o evento no Zoo: “são ações que nos fazem festejar, mas, sobretudo, que demonstram a

---

<sup>29</sup>O Museu de História Natural é vinculado ao antigo Museu Paranaense fundado em 1876. Localiza-se no bairro Capão da Imbuia e abriga coleções de aves, répteis, mamíferos, peixes, anfíbios e invertebrados, e destina-se a pesquisadores e também ao público em geral. Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/serviços/cidadão/equipamento/museu-historia-natural/1418>. Acesso em 10/12/13.

<sup>30</sup>Notícia veiculada em 22 de março de 2013, no site <http://www.bandab.com.br>. Acesso em 10/04/14.

necessidade de desenvolvermos nas futuras gerações a consciência de que o meio ambiente precisa ser cuidado e respeitado”.<sup>31</sup> Mencionou ainda a importância do Zoo e da necessidade de melhoramento dos acessos viários até o local e o melhoramento da sua estrutura física, “para ser cada vez mais fator de atração para visitantes, mas principalmente mostrar importância da *preservação* para as novas gerações, a conscientização das novas gerações, o que representa esta área para toda a região e claro a diversidade da nossa flora e fauna aqui presente.”<sup>32</sup> Falou ainda dos funcionários que ali trabalham: “eles que fazem do zoológico uma referência de lugar para aproveitar o lazer e aprender”.

Atrelar uma ideia de *preservação* do ambiente para as “gerações futuras” através de cuidados com a *flora* e principalmente com a *fauna* é algo importante a ser destacado. A atual existência de espaços voltados para a exposição de animais em cativeiro, como ocorre nos zoológicos, parece colocar alguma tensão para os adeptos da ideia da preservação da natureza. Os zoológicos clássicos se constituíram a partir de animais que foram capturados na “natureza” – no lugar “exótico”- e, posteriormente confinados em recintos para serem expostos ao público das cidades (KNIGHT, 2009:173). Esta dinâmica relacional de domínio - do humano que captura e exhibe, e do animal, capturado e exibido- tem sido questionada enquanto uma prática vigente em muitos lugares, os zoológicos têm sido ponto de convergência de diferentes críticas que condenam a perpetuação deste modelo de relação humano-animal. Acampora (2005:70) aponta para o fato de que os zoológicos contemporâneos têm se tornado parques científicos e locais de estética. Se originalmente eram poderosos símbolos de domínio, hoje seu significado é “redentor, ergue-se como um emblema da política de conservação”.<sup>33</sup> A preocupação exposta na fala de Fruet em tornar o local um espaço –para além da exposição de animais- dedicado à pesquisa, ao conhecimento e ao cuidado das espécies, dá indícios de uma preocupação alinhada a potencial tensão entre manter um local, cujos animais são confinados, e a promoção de políticas voltadas para o *bem estar* animal. De acordo com esta ideia, sob a alçada institucional estes animais não apenas servem para o deleite humano, mas, dentro do zoológico, parecem estar mais

---

<sup>31</sup> Entrevista veiculada no site da prefeitura: <http://curitiba.pr.gov.br/noticias/zoologico-tem-dia-de-festa-em-comemoracao-pelo-aniversario-de-curitiba/28936>. Acesso em: 10/04/2014.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> “Its meaning is redemptive; it stands as an emblem of conservation policy (...)Historically marked by patterns of paternalism and traces of patriarchy, zoological institutions now are justified by appeal to their allegedly saving graces. Zoos are legitimized as havens of wildlife protection, vessels for the rescue of a nonhuman animal kingdom under attack by industrial civilization.”(ACAMPORA, 2005:70). Tradução livre.

“protegidos”, uma vez que os zoológicos têm sido legitimados como lugares de *proteção* da vida selvagem (ACAMPORA, 2005:70).

Após a solenidade, marcada pela inauguração da maratona e pelos discursos do prefeito e dos secretários do município, o famoso “Parabéns para você” foi tocado com trompetes por uma banda. Em seguida os estudantes foram organizados para fazer o passeio guiado pelos funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente pelo Zoo. Se tradicionalmente em comemorações de aniversários o momento do “Parabéns para você” é considerado fundamental, não menos importante é a hora do bolo de aniversário. Na festa do Zoo não foi diferente. Alguns animais foram escolhidos para receberem o bolo da festa. O chimpanzé Bob<sup>34</sup>, os babuínos-sagrados, os macacos-prego e aranha receberam bolos de comemoração, as araras, as girafas e o urso-de-óculos também receberam “presentes” comestíveis.

É comum que os animais do Zoo recebam “pequenos agrados” para saírem um pouco da *rotina*, conforme me esclareceu Tadeu<sup>35</sup>, como é conhecido o chefe dos *tratadores* do Zoo. Em datas comemorativas, ou mesmo em dias “comuns”, por vezes, bolos são preparados na cozinha do local com ingredientes comumente utilizados na alimentação dos animais –como frutas, ovos e sementes, por exemplo- e fornecidos a alguns animais. Durante o verão, em dias muito quentes, é comum também que sorvetes sejam preparados para aliviar a sensação térmica dos animais e também para “divertir”. No viveiro das aves, frutas congeladas são penduradas para que se alimentem, mas também se refrigerem e se divirtam com a novidade.

Sendo comum a entrega de pequenos quitutes para a recreação dos animais do Zoo, a escolha de durante a festa entregar os bolos aos macacos, girafas e urso-de-óculos e, principalmente ao chimpanzé Bob, em detrimento de outros animais, como os hipopótamos –figuras centrais desta festa em específico- pareceu estar relacionada a um terceiro elemento presente: o espectador. A interação dos macacos com o alimento recebido foi bastante apreciado pelos estudantes e professores que acompanharam a entrega dos bolos, e também salientado pela mídia que registrou o evento. O entusiasmo do público frente ao chimpanzé Bob comendo o bolo talvez se assente numa identificação estabelecida entre o observador e o observado, já que há algumas semelhanças dos chimpanzés com os humanos no manejo de objetos, inclusive de alimentos.

---

<sup>34</sup> Alguns animais do Zoo de Curitiba possuem nomes próprios e costumam ser chamados por eles pelos funcionários do local. Voltarei a esta questão no capítulo 3.

<sup>35</sup> Tadeu é funcionário do Zoo desde sua inauguração em 1982.

Ao passo que os zoológicos são concebidos como espaços para que se alcance uma grande visibilidade dos animais ali exibidos enquanto representantes de uma “natureza exótica” (MULLAN;MARVIN, 1999:47), esta exibição é duplamente “não natural” uma vez que, além de forçados a viverem em confinamento nos *recintos*, os animais do zoológico também são sujeitados à exposição forçada (KNIGHT, 2009). O confinamento não é um acordo realizado entre o animal e o humano e é, justamente por isso, a imposição forçada de uma situação ao animal. No entanto, ao acompanhar o cotidiano do Zoo durante a pesquisa de campo, foi possível observar que existe um espaço, do que poderíamos chamar de “negociação” entre os *tratadores* e os animais. Há uma interação entre estes lados que envolve não só a agência do *tratador*, mas também de alguns animais, que demonstram diferentes tipos de afetos em relação a diferentes pessoas, possuem preferências alimentares que são levadas em conta pelos *tratadores*, pedem carinho e atenção ou ignoraram a presença de pessoas quando decidem e podem. Os pormenores destas interações que ocorrem no Zoo serão tratados no capítulo 3, aqui o que importa reter é que os animais do Zoo, ainda que confinados, não são meros objetos expostos, mas possuem agências que imprimem maneiras específicas no modo como o trabalho no local é realizado diariamente. De tal maneira, que na festa, a entrega de bolos para determinados animais demonstrou a escolha, por parte de alguns –como o chimpanzé- em comerem o bolo na frente dos espectadores.



Figura 3: Chimpanzé Bob com o bolo de aniversário do Zoo.  
FONTE: Divulgação/Prefeitura de Curitiba. G1.globo.com.

Durante o evento era possível distinguir visualmente, por meio das vestimentas, as diferentes pessoas que circularam pelos espaços do Zoo. Estudantes uniformizados e identificados por crachás que continham nome e escola, professoras de jaleco, funcionários da prefeitura usando diferentes tipos de uniformes: os do Zoo vestiam calça verde e camisa branca, enquanto que funcionários de outros departamentos da

Secretaria Municipal do Meio Ambiente usavam coletes verde escuro com o símbolo da prefeitura. O prefeito Gustavo Fruet, que também usou o mesmo boné distribuído aos estudantes, sua esposa, e os secretários municipais da Educação, Roberlayne Roballo e do Meio Ambiente, Renato Lima, usavam trajes informais.

Em torno das dezessete horas, os visitantes foram embora e se finalizou mais um dia de trabalho no Zoo. Os estudantes saíram nos ônibus escolares, alguns visitantes de carro, outros de ônibus. Funcionários terminavam suas atividades e os animais também. Os de grande porte, como o chimpanzé Bob, os leões Simba e Nala, e o urso, todos os dias, ao final do horário de expediente, são trancados na parte interna de seus *recintos* de modo que ficam impossibilitados de acessar a área externa para evitar potenciais fugas durante a noite.

\*\*\*

Com a descrição da festa ocorrida no Zoo procurei mostrar algumas nuances de um modo específico de fazer política com e para animais, mas também para humanos. Num primeiro momento, um animal- o filhote de hipopótamo- recebe um nome e uma madrinha, sendo, de certo modo, inserido nas relações familiares humanas, tanto quanto nos processos burocráticos de identificação e documentação. Mas esta operação conduz, em seguida, a discursos proferidos pelas “autoridades” presentes que passam a destacar o “meio ambiente” e a “fauna”, retrazando a distinção entre sociedade humana e uma natureza genérica. A ênfase em ações voltadas à *sustentabilidade do meio ambiente* promovida durante a festa, bem como a realização do batizado do hipopótamo, além da entrega de bolos de aniversário a diferentes animais, muitos destes conhecidos por nomes próprios, nos apontam para o fato de que existem classificações dos animais mais ou menos explícitas e também várias óticas imbricadas no modo como estes animais são conceituados.

Ainda que os animais, de forma mais geral, sejam distinguidos pelo Departamento de Fauna a partir da classificação *doméstico e silvestre*, esta abarca outras menores que passam por diferentes gradientes classificatórios que não necessariamente dizem respeito a critérios considerados objetivos a partir da ótica das ciências naturais e das classificações científicas modernas, mas são definidos a partir de opções políticas e culturais específicas. De acordo com Beltran e Vaccaro (2011:54), “las comunidades humanas convierten culturalmente las especies animales em conceptos. El estatus de los animales varía de acuerdo con las necesidades de cada sociedad y depende de las posiciones de los actores implicados”. Abarcados sob um mesmo rol que os qualifica

enquanto “animais do zoológico”, há internamente, diferentes gradações estabelecidas por funcionários que marcam diferenças entre estes animais: alguns têm nomes próprios e recebem bolo, outros não, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o espaço do Zoo não é destinado a qualquer animal. Exemplo é a tensão causada pela constante presença de cachorros soltos no estacionamento do local, sendo constantemente afugentados pelos funcionários para que não adentrem ao parque, destinado “apenas” para os animais considerados “silvestres”. Ser considerado um animal *doméstico*, de companhia, não ameniza a situação dos cachorros repelidos do Zoo, de modo que este exemplo fornece uma importante pista respeito da *fauna* a quem se destina a *proteção* do poder público, sendo que o que determina que alguns animais entrem no âmbito daqueles passíveis de *proteção* pode ser contingencial: um cachorro rondando uma área “proibida” é diferente de um cachorro que pertence a um *tutor*, aos olhos da Prefeitura de Curitiba.

Ampliando um pouco o escopo destas diferenças marcadas pela forma como os animais são considerados pelo poder público é possível olhar para a própria maneira como a administração pública estrutura-se a partir de diferentes secretarias. Antunes (2012:74) aponta em sua dissertação de mestrado, referente à relação interespecífica de humanos e animais a partir do enfoque nas ações de grupos ativistas do estado do São Paulo, que no que tange ao gerenciamento da vida animal não há um padrão de desempenho do poder público, sendo que a responsabilidade do gerenciamento da vida animal pode estar atrelado ao âmbito do Meio Ambiente, da Saúde Pública, da Agricultura, ou mesmo dos Serviços Públicos como é o caso da cidade de São Carlos, contexto de sua pesquisa.

Em Curitiba, a gestão da vida animal fica a cargo do Meio Ambiente, através do Departamento de Fauna, porém, dependendo do animal e da situação, diferentes instâncias administrativas podem ser acionadas: o Departamento de Fauna ou o Centro de Controle de Zoonoses e Vetores (CCZV), por exemplo. Voltarei a este ponto adiante.

A proximidade entre *proteção* animal e meio ambiente não se dá somente pelo fato de o Departamento de Fauna ser vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, mas também se expressa num conjunto de normas relativas a animais na constituição federal brasileira. Assumindo que as formas de conceber o lugar dos animais na cidade são sensíveis ao tempo, no próximo tópico considero pertinente realizar um breve percurso pelo universo normativo brasileiro relativo a disposições relacionadas a animais que permitem visualizar alguns deslocamentos no modo como estes vão sendo percebidos e

incorporados na legislação e nas políticas públicas. O ponto aqui não é propriamente seguir a lei, mas mostrar uma articulação entre certos animais e certos níveis de governo para em seguida caracterizar o escopo das normas e políticas municipais de Curitiba.

## 1.2 Os percursos da norma

No que se refere aos sistemas jurídicos ocidentais, a regulamentação da vida dos animais é muito antiga em termos gerais e no Brasil está presente desde normas em vigor que datam do período colonial. Atualmente a *proteção* animal é uma garantia constitucional, prevista na Constituição Federal de 1988. De acordo com o artigo 225 e seu §1º, inciso VII fica expressa a proibição dos *maus tratos* a animais:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Ao tornar o “equilíbrio do meio ambiente” um princípio constitucional, o artigo 225 o estabelece enquanto um direito e uma obrigação de todos (tanto do poder público, quanto dos cidadãos) e também estabelece uma distinção no próprio mundo humano, entre o poder público (ao qual cabe o dever de proteger o meio ambiente -e aqui também entram os animais silvestres concebidos como patrimônio da união- mas também a prerrogativa de regular e impor sanções) e sociedade (o direito ao meio ambiente equilibrado, mas também o dever de proteger o meio ambiente), e entre presente (estado e cidadãos incumbidos do dever de defender e preservar o ambiente) e futuro (meio ambiente enquanto um direito das próximas gerações).

É na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, que medidas relativas à *proteção* animal aparecem pela primeira vez na legislação brasileira com o Decreto 24.645/1934, atualmente revogado. Ao estabelecer medidas de *proteção* aos animais, o Decreto, ainda que aluda a todas as espécies, conforme expresso em seu artigo 1º: “Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado”, foca a atenção na *proteção* de animais destinados ao consumo humano ou em situações de trabalho, como em espetáculos ou realizando trabalhos de tração. De acordo com Bevilaqua (2011:01),

ainda que a *proteção*, neste caso, esteja atrelada ao benefício que os animais propiciam aos seres humanos, a preocupação com o sofrimento daqueles, sem incidir na sua condição de “bens”, estabelece limites à ação do proprietário uma vez que a um animal, capaz de sofrimento não se poderia dispor de qualquer maneira.

Em 1967 é promulgado o Código de Caça através da Lei 5.197 de Proteção à Fauna, que expande o alcance da *proteção* animal, cito o artigo 1º:

Art. 1º. Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

Passa a ser da titularidade imediata da União o cuidado da fauna *silvestre* nacional, por conseguinte, passível, por isso, de *proteção*. De certo modo, a lei 5.197 está criando a “fauna silvestre” e atribuindo à União a prerrogativa de sua *proteção*. Até então existiam duas situações: os animais, categorizados juridicamente como “coisas” (como ainda o são), existiam na esfera do direito civil como bens pertencentes a alguém, por isso mesmo, existiam “individualmente” atrelados a seu possuidor e não como espécie, sendo que animais *silvestres* específicos poderiam (e ainda podem) se tornar propriedade privada ao serem capturados pelo caçador dentro das condições admitidas por lei, assim como o exemplo de um peixe pescado que se torna propriedade do pescador; e os animais “na natureza”, que não eram propriedade de ninguém, nem eram objeto de *proteção* específica enquanto “espécie” ou “fauna silvestre”.

No domínio da legislação ordinária, a Lei 9.605/98 de Crimes Ambientais é um importante marco no que tange a *proteção* jurídica dos animais. A partir desta lei, a Lei de Caça (5.179/67) foi parcialmente revogada e os *maus tratos* a animais passaram a ser considerados crimes contra a fauna, previstos no Capítulo V da Lei 9.605/98, nos artigos 29 a 35. As ações consideradas como *maus tratos* e a qualificação do que pode ser considerada fauna *silvestre* (espécies *nativas*, *migratórias* ou outra), dando a esta o mesmo tratamento, estão expressas no artigo 29, abaixo transcrito:

Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:  
Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa.  
(...)

§ 3º São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras.

Com esta lei foi modificada a competência jurisdicional e o processo penal relativo à matéria, já que prevê pena de três meses a um ano para o infrator que realizar abuso, *maus tratos*, ferir ou mutilar animais *silvestres nativos* ou *exóticos*. De forma semelhante, também pune através de multa práticas que causem dor ao animal, principalmente aos animais que são ameaçados de extinção<sup>36</sup>.

Através deste conjunto de disposições normativas de domínio federal é possível indicar que existe um corpo de leis referentes ao trato e *proteção* dos animais. Aparecem distinguidos dois grupos, os que pertencem ao domínio da fauna *silvestre* e os *domésticos*. Estes últimos, no entanto, referem-se também a um grupo específico: aqueles que possuem funções diretamente ligadas a alguma situação de trabalho (como os animais de carga e os usados em espetáculos), a pesquisa científica (os animais usados em experimentos de laboratório) e ao consumo humano (animais destinados à criação para o abate).

A *proteção* animal e o combate aos *maus tratos*, sendo, portanto, uma questão atrelada à ideia de *preservação* do meio ambiente, cabe aos órgãos que compõe o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)<sup>37</sup> a competência para a aplicação das leis. No âmbito federal há o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>38</sup> e a Polícia Federal, aos quais cabem, respectivamente, as infrações administrativas e crimes que envolvem *maus tratos* e tráfico internacional, não apenas de animais. Cabe citar também a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup>Na esfera federal destacam-se também: a Lei 7.173/83 dos zoológicos que dispõe sobre o funcionamento de jardins zoológicos; a Lei 7.643/87 dos cetáceos que proíbe sua pesca nas águas brasileiras; a Lei 7.889/89 da inspeção de produtos de origem animal e a Lei 10.519/02 sobre a defesa sanitária animal em rodeios, a Lei 11.794/08 que estabelece procedimentos para o uso científico de animais e que revoga a Lei nº 6.638/79 e dá outras providências.

<sup>37</sup>O SISNAMA foi instituído pela Lei 6.938/81, regulamentada pelo Decreto 99.274/90 e é constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>. Acesso em 14/03/14.

<sup>38</sup>O IBAMA é o órgão executor do SISNAMA, tendo como principais atribuições exercer o poder de polícia ambiental.

<sup>39</sup>A FUNASA é o órgão executivo do Ministério da Saúde sendo uma das instituições do Governo Federal responsável pela promoção da inclusão social por meio de ações de saneamento para prevenção e controle de doenças. Fonte: <http://www.funasa.gov.br/site/conheca-a-funasa/competencia/>. Acesso em 14/03/14.

e as Unidades de Conservação<sup>40</sup>, já que foram criados a partir da Constituição Federal de 1988 e dão origem a um novo aparato estatal. No caso do estado do Paraná, as infrações administrativas relativas à temática ficam sob a alçada do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), da Política Militar Florestal. No que se refere a crimes de *maus tratos* contra animais, considerados *domésticos* ou *silvestres*, a competência é da Polícia Civil através da Delegacia de Proteção do Meio Ambiente (DPMA).

De acordo com as próprias normas relativas às competências legislativas da Constituição, a União e todos os estados e municípios possuem autoridade para estabelecer leis infraconstitucionais sobre o tema, ficando a cargo da União a responsabilidade pelas normas mais gerais. Dessa forma, em diferentes estados brasileiros, a *proteção* animal é contemplada em algumas constituições. No Paraná foi criado, através da Lei 14.037/03, o Código Estadual de Proteção aos Animais<sup>41</sup>, que especifica algumas condutas de *maus tratos* a animais. De acordo com seu artigo 2º é vedado:

- I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar-lhes sofrimento, humilhação ou dano, ou que, de alguma forma, provoque condições inaceitáveis para sua existência;
- II - manter animais em local desprovido de asseio, ou que não lhes permita a movimentação e o descanso, ou que os prive de ar e luminosidade;
- III - obrigar animais a trabalhos extenuantes ou para cuja execução seja necessária uma força superior à que possuem;
- IV - Impingir morte lenta ou dolorosa a animais cujo sacrifício seja necessário para o consumo. O sacrifício de animais somente será permitido nos moldes preconizados pela Organização Mundial de Saúde;
- V - exercer a venda ambulante de animais para menores desacompanhados por responsável legal;
- VI - enclausurar animais com outros que os molestem ou aterrorizam;

O Código ainda menciona quais animais são abarcados por ele: os animais *silvestres* distinguidos entre fauna *nativa* do estado, fauna *exótica* e animais de pesca, e os animais *domésticos* utilizados como animais de carga e no abate, além daqueles

---

<sup>40</sup> As Unidades de Conservação são “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, I, da Lei 9.985/2000) (...) As unidades de conservação, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Unidades de Conservação – SNUC, segundo a Lei 9.985/00, dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.” Fonte: <http://www.ipam.org.br/saiba-mais/Unidades-de-Conservacao/2>. Acesso em 14/03/14.

<sup>41</sup> Outros estados também criaram um Código Estadual de Proteção Animal, em ordem cronológica: a Lei 3.900/02 que cria o Código Estadual de Proteção aos Animais do Rio de Janeiro; a Lei 14.037/03 do Paraná; a Lei 11.915/03 do Rio Grande do Sul; a Lei 12.854/03 de Santa Catarina; a Lei 11.977/05 de São Paulo e a Lei 8.060/05 do Espírito Santo.

usados em experiências em laboratórios de pesquisa, sendo, portanto, bastante semelhante à legislação federal no tocante a questão.

Além da criação deste Código Estadual, no âmbito estadual ainda, nos últimos anos, ocorre a promulgação das seguintes leis: Lei 16.101/09 que veda a prestação de serviços de vigilância por cães de guarda com fins lucrativos no Paraná, a Lei 16.667/10, que proíbe a manutenção e comercialização de animais em espetáculos de circo, a Lei 17.442/12 que dispõe sobre a divulgação da cláusula de objeção de consciência à experimentação animal nos Colégios e Universidades do Paraná, e a Lei 17.422/12 que “dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos no Estado do Paraná”. Esta lei marca uma diferença em relação às outras disposições estaduais – também federais- referentes ao tema ao introduzir uma série de condutas relativas ao tratamento “ético” de animais *domésticos* “de estimação”, como os cães e gatos. Cito o artigo 2:

Art. 2º Esta Lei institui o controle ético da população de cães e gatos no âmbito do Estado do Paraná, contemplando o seguinte:

- I - identificação e registro;
- II - esterilização;
- III - adoção;
- IV - controle de criadouros;
- V - campanhas educativas em guarda responsável.

Ao versar sobre a necessidade do controle populacional vetando o extermínio destas populações, indicando, em contrapartida, itens relativos ao que seria uma conduta ética em relação aos cães e gatos (identificação e registro, esterilização, *adoção*, controle de criadouros e campanhas educativas sobre *guarda responsável*), esta Lei aponta para a regulamentação de um âmbito de relação- das pessoas com animais de estimação- que até então parecia quase que específico da alçada municipal.

O conjunto de disposições sobre *proteção* animal elencadas até agora fazem menção a diferentes modos considerados adequados para a preservação de diferentes espécies de animais. Conforme explicitado, no domínio federal a normatização referente à temática veda a prática de *maus tratos* a animais de uma forma mais geral, aparece muito atrelada ao meio ambiente e também se refere, em sua maioria, à *proteção* de animais *silvestres*. No âmbito estadual a grande parte das referências repousa, assim como na legislação federal, em pautas relativas a animais *silvestres* ou aos *domésticos* diretamente atrelados a funções de trabalho, com exceção da Lei 17.422/12 que trata especificamente sobre cães e gatos. Conforme pontua Bevilaqua (2011:2):

A ênfase conferida à proteção do meio ambiente e da biodiversidade tem como contrapartida o escasseamento das referências aos animais mais próximos ao convívio humano – exceto aqueles utilizados em experiências científicas – e a virtual ausência de normas sobre animais domésticos de estimação na legislação federal, uma lacuna até certo ponto explicável pela distribuição de competências entre os diferentes níveis de governo.

Se há, portanto, certa lacuna no quesito “animais de estimação” nos âmbitos federal e estaduais de governo, a implementação de um conjunto de ações relativas aos animais de estimação no contexto de Curitiba permite estabelecer um contraponto.

Na última década algumas ações específicas da Prefeitura de Curitiba evidenciam esta inclusão através de ações e decretos da prefeitura e leis aprovadas pela câmara municipal. Entre estas podemos destacar: a Lei 9.493/1999 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de focinheiras em raças de cães “notoriamente violentas e perigosas”, a Lei 11.398/05 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção Animal (Comupa<sup>42</sup>), a Lei 11.472 também de 2005 que prevê a regulamentação do controle da população de cães e gatos na cidade através da *castração*; a Lei 12.467/07 que proíbe a presença de animais em espetáculos de circo; a Lei 13.241/09 que cria a semana de *proteção* aos animais, no início de outubro. A Lei 13.908/11 que estabelece penalidades para crimes de *maus tratos* contra animais, e a Lei 13.914, também de 2011, que regulamenta o comércio de animais. Através de diferentes decretos da prefeitura de Curitiba foi criado o Departamento de Fauna em 2010, o Programa Rede Animal em 2011, o Centro de Resgate de Animais em Risco (CRAR) e lançada a “1ª Campanha Municipal Gratuita de Castração de Cães na capital do Estado do Paraná” em 2012<sup>43</sup>.

Este conjunto de ações heterogêneas, mas também complementares, de leis, ações e decretos da prefeitura, ajuda a compor a ideia de um recrudescimento da atenção do poder público municipal para as questões envolvendo animais nos últimos anos. A ideia central que perpassa boa parte das disposições legais e administrativas municipais apresentadas é a noção de *proteção* animal. A própria existência institucional de um departamento específico destinado à gestão da vida animal na cidade

---

<sup>42</sup>Vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Comupa é um órgão colegiado de caráter permanente deliberativo e consultivo para os temas relacionados à *defesa e proteção* dos animais no Município de Curitiba.

<sup>43</sup> Esta campanha foi instituída a partir de um decreto assinado em dezembro de 2012, pelo então prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB). O projeto autorizou o investimento de um milhão e duzentos reais do Fundo Municipal do Meio Ambiente para viabilizar a meta de esterilização de até seis mil cães pertencentes às famílias, consideradas pela prefeitura, de baixa renda econômica durante o ano de 2013.

é indicativa de uma perspectiva que atenta para a necessidade da incorporação dos animais na formulação de medidas políticas.

Algumas das ações promovidas pelo Departamento de Fauna embasam-se neste conjunto de leis e decretos citados acima, como a fiscalização de *maus tratos* (embasado na Lei 13.908) e do comércio de animais em Curitiba (embasado na Lei 13.914), além da promoção de programas destinados ao controle populacional de cães. Também entre as *protetoras* de animais, a ideia do controle populacional através do procedimento cirúrgico conhecido como *castração* é muito difundido e almejado: “castrar é um ato de amor” é uma frase recorrente entre as falas das *protetoras*. Deste modo, ainda que aparentemente pareça controverso que algumas medidas -como a esterilização- sejam imputadas ao corpo de determinados animais por humanos que estabelecem o que é ou não adequado para aqueles, estes atos são considerados, pelo grupo de pessoas pesquisado, como atitudes que promovem o *bem estar* animal.

As diferentes disposições acerca das condições dos animais trazem consigo também a proliferação de categorias que extrapolam a escrita da lei e que vão ganhando usos em diferentes contextos e apontam para o modo como algumas noções vão se atualizando na prática, como *maus tratos*, *bem-estar*, *castração*, *guarda responsável*, *proteção*, *posse responsável*, *tutor*, *mantenedor*, *protetor*, são alguns dos termos muito veiculados pelas pessoas com as quais interagi durante a pesquisa.

É importante apontar também que a atual gestão à frente da prefeitura de Curitiba possui uma agenda comprometida com a “causa animal”. Ainda durante a campanha eleitoral, o candidato a prefeito Gustavo Fruet (PDT) acenava para a preocupação com a temática da *proteção* animal e, já em posse do cargo, passou a enfatizar a importância das ações do programa Rede Animal.

### **1.2.1 Sobre os limites da norma**

Acompanhar o dia-a-dia do estado em ação permitiu visualizar os meandros, nem sempre retos, certos e objetivos do processo de transpor a norma escrita para a realidade prática. Esta etapa fundamental das políticas públicas, de fazer adquirir movimento à letra da norma, é marcada por questões que não necessariamente são previstas no momento da elaboração das políticas públicas, ou seja, o contexto em que determinada lei é colocada em prática incide no que esta lei poderá vir a ser, não somente em termos de sua eficácia, mas também na própria forma como ela é atualizada

em um contexto específico. O fato de existir um arcabouço legislativo referente a alguma temática não quer dizer necessariamente que a respectiva aplicação será realizada numa direção linear, “de cima para baixo”, conforme destaca Shore (2010:36):

(...) las políticas tienen efectos que sobrepasan los diseños e intenciones de sus autores (si en verdad un “autor de políticas” puede ser identificado) Una vez creadas, las políticas entran en una compleja red de relaciones con varios agentes, actores e instituciones, tinglado que puede a menudo generar consecuencias imprevistas e inesperadas.

Como já anteriormente mencionado, boa parte do que se passa no Departamento de Fauna não possui relação direta com a legislação federal, mas com diretrizes políticas da gestão municipal. Uma das particularidades de seu atual funcionamento está relacionada à maneira como a gestão de governo vigente na prefeitura concebe políticas para animais. A ênfase que o Departamento de Fauna dirige às ações voltadas para a *proteção* dos animais *domésticos* através dos programas da Rede de Proteção Animal não é oriunda somente de um programa partidário, mas também de inclinações pessoais tanto do prefeito e da respectiva primeira dama, quanto do diretor à frente do departamento. A posição do prefeito Gustavo Fruet simpática a “causa animal” é responsável, segundo o diretor do Departamento, pelo incremento nas atividades da Rede Animal. Talvez mais importante que o fato de o prefeito ter firmado uma agenda política em sintonia com a causa, tem sido a constante presença da primeira dama nos eventos que promovem ações para animais *abandonados*.

Conhecida por muitos como uma “cachorreira” – isto é, uma pessoa que gosta muito de cães e que se comove com a situação dos cães *abandonados*, mobilizando meios para tirá-los desta situação –, Márcia Fruet, além de participar de feiras de *adoções*, fomenta e divulga nas mídias sociais as iniciativas da Rede Animal. Esta posição da primeira dama produz efeitos, o fato de publicamente gostar de cachorros e se engajar na causa produz um fortalecimento na associação da prefeitura com o trabalho da Rede Animal e também de ONGs<sup>44</sup> voltadas para cães e gatos e de *protetoras independentes* (sem vínculo direto com ONGs).

---

<sup>44</sup> Estas ONGs são aquelas preocupadas com cães e gatos de ruas. Elas promovem diversos tipos de ações para angariar fundos para a manutenção dos animais que resgatam, como bingos beneficentes, rifas, divulgação na internet, etc. São formadas por pessoas preocupadas com a situação destes animais e que acabam por exercer alguma pressão política no município. Geralmente as pessoas envolvidas nestas atividades são chamadas de *protetoras*. É possível também que uma pessoa seja considerada *protetora*, sem, no entanto, ter vínculo com alguma instituição ou ONG. Neste caso, são chamadas *protetoras independentes*.



Figura 4: Gustavo Fruet e sua esposa Márcia Fruet em campanha eleitoral. FONTE: <http://www.zoonoses.agrarias.ufpr.br/?p=1119>. Acesso em 14/04/14.

Tradicionalmente associadas à assistência social, o papel das primeiras damas, no caso de Curitiba, desde a gestão de Jaime Lerner iniciada em 1988, vem sendo ligado ao funcionamento da Fundação de Ação Social (FAS) <sup>45</sup>. Não foi diferente no caso de Márcia Fruet. Com formação em jornalismo, foi indicada para ocupar a presidência da FAS. Encabeçando a secretaria de Ação Social, sua posição parece falar de um lugar muito específico atribuído ao tradicional papel reservado às esposas de prefeito. Ao serem vinculadas a FAS é tentador pensar que nesta ação poderia estar embutida uma ideia, ultrapassada, de que as mulheres carregam consigo uma potencialidade da maternidade, característica que por si só atribuiria à mulher um temperamento mais voltado ao cuidado, a um zelo mais especial às questões relativas à proteção social da família. Associando dois lugares, um “oficial” (a presidência na FAS) e outro “afetivo” (*cachorreira*), a atual primeira dama parece concentrar duas funções associadas ao âmbito familiar, e por isso ao âmbito do *doméstico*, o zelo das famílias humanas da cidade e também o zelo das famílias que envolvem humanos e cachorros.

---

<sup>45</sup>Cabe à FAS “coordenar e implementar a política de assistência social no município, para a proteção social de famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social”. Fonte: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br/conteudo.aspx?idf=54>. Acesso em 18/04/14.

Há o reconhecimento por parte do diretor do Departamento de Fauna, Alexander Biondo, deste caráter mais ou menos pessoal e doméstico da relevância conferida nesta administração a questões relativas aos animais, transcrevo um trecho de uma entrevista que realizei com ele:

“O que eu acho que tem de mais importante na política não é o investimento. Eu acho que o investimento materializa, é necessário, mas é a postura, na política pública é a postura do gestor que é o mais importante, porque é ele quem vai definir para onde nós vamos. Então, tem prefeito que fala assim ‘ah, cachorro, lá vem com esse papo...’ e que não se preocupa com a situação desses animais na cidade em relação aos maus tratos, por exemplo. A posição da atual gestão é muito importante nesse ponto, é uma preocupação levada a sério. A primeira dama, por exemplo, que é a presidente da FAS, é uma pessoa que acaba se envolvendo com a causa animal por questões pessoais, ela gosta de animais e isso imprime uma diferença no jeito que as coisas vão sendo conduzidas.” (Trecho de entrevista com o diretor do Departamento de Fauna em 18/06/13).

Se a ênfase das políticas atuais toca na questão da *proteção* animal, prioritariamente daqueles “mais próximos”, temos aqui uma parcela que compõe o termo “fauna”, que inicialmente parecia amorfo e que adjetiva o Departamento “de Fauna”.

### 1.2.2 A reestruturação de um departamento público

O Departamento de Fauna é fruto de uma modificação na estrutura organizacional da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, realizada em 2010 no mandato do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB)<sup>46</sup>. Através do Decreto 1.132/10, que dispõe sobre extinção e criação de unidades orgânicas e funcionais na estrutura organizacional da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ficou extinto o “Departamento do Zoológico de Curitiba” e criado o “Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna”. Esta reestruturação também traduz uma perspectiva renovada: se antes era o “Departamento de Zoológico” que centralizava todas as ações destinadas aos animais *domésticos* e *silvestres* na cidade, com a modificação, o Zoológico passa a ser apenas uma das quatro divisões abarcadas pelo “Departamento de Pesquisa e

---

<sup>46</sup>Luciano Ducci, vice-prefeito de Beto Richa (PSDB), assumiu a prefeitura de Curitiba porque o prefeito titular concorreu ao governo do Estado. Ducci ficou no cargo de 2010 a 2012 quando tentou candidatar-se novamente para o cargo, mas não foi eleito.

Conservação da Fauna”. Se o Departamento que figurava enquanto unidade orgânica central dentro da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e abarcava diferentes seções que davam conta de todas as funções relacionadas ao tratamento da fauna na cidade era vinculado ao Zoológico, após a modificação passou a existir um departamento voltado prioritariamente à Pesquisa e a Conservação daquilo que se entende como “fauna”.

A retirada do termo Zoológico da nomenclatura do Departamento parece estar em consonância com aquilo que o Departamento de Fauna objetiva e reitera constantemente através da comunicação institucional<sup>47</sup>: atuar na *proteção* animal. A existência de espaços destinados ao confinamento de animais para exposição parece não encontrar mais lugar legítimo dentro das concepções acerca de *bem-estar* e *equilíbrio* do meio ambiente. No entanto, o Zoo de Curitiba permanece, existe em sua materialidade e atrai diariamente diversos visitantes<sup>48</sup>. Sua existência, nesse aspecto, tem sido vinculada pela prefeitura, conforme apontado na introdução, à ideia de que antes de ser meramente um repositório para animais, é um local de grande importância para a promoção da *conscientização* do valor dos animais *silvestres* para o *equilíbrio ambiental*, para a *educação* das novas gerações a respeito da *biodiversidade da fauna* bem como dos cuidados que com ela deve-se ter, além de ser concebido como um local potencial para o desenvolvimento de pesquisas referentes aos animais que abriga, e de ser o local destinado a receber aqueles animais considerados não aptos para serem realocados em seus “habitats naturais”.

### 1.2.3 Políticas para animais: o cenário institucional

Com parcerias com ONGs e com Universidades, o Departamento de Fauna figura o centro de onde saem políticas visando o *bem-estar* para os animais da cidade. É importante ressaltar, no entanto, que este departamento não é a única instância administrativa na cidade que se ocupa de assuntos relacionados a animais. O que se observa é que não há um modelo específico no modo como as municipalidades organizam suas atribuições relativas ao gerenciamento da vida animal, que podem estar alocadas em diferentes secretarias, como já apontado anteriormente. Se no caso de

---

<sup>47</sup> Uma das tônicas da gestão do Departamento de Fauna, no período de realização da pesquisa em 2013 e 2014, foi a constante veiculação de notícias e eventos promovidos pela Rede Animal através da página da Rede de Proteção Animal e do diretor do Departamento de Fauna no site de relacionamento *Facebook*.

<sup>48</sup> O Zoo recebe cerca de seiscentos e cinquenta mil visitantes por ano. Fonte: [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br). Acesso em 20/09/14.

Curitiba há diferentes instituições, governamentais ou não, e vinculadas a diferentes níveis de governo, voltadas para os animais (entre estas: a Força Verde<sup>49</sup>, a Sociedade Protetora dos Animais, o IBAMA e o Centro de Controle de Zoonoses (CCZV)), existe um contraponto no modo como algumas destas agem, como é o caso do Departamento de Fauna e o CCZV que, justamente, não se volta à *proteção* animal, mas ao *controle* e até mesmo ao extermínio de animais.

Vinculado à Secretaria de Saúde, o CCZV é responsável pelo *controle ambiental* e *controle* das populações animais<sup>50</sup> com o objetivo de promover medidas sanitárias para a profilaxia das zoonoses e doenças<sup>51</sup>. Em Curitiba, até 2005, o CCZV capturava e praticava o extermínio de cães recolhidos de forma sistemática. Atualmente o CCZV realiza recolhimentos de cães, porém o procedimento funciona de maneira diferente. O Centro não apreende mais cães sem identificação, somente aqueles que podem- ou que se avalia que podem- oferecer riscos para pessoas, e não mais os extermina indiscriminadamente, mas busca realocá-los através de fomento de suas *adoções* entre a população. Se anteriormente o extermínio de cães apreendidos das ruas pelo CCZV era considerado legítimo perante a sociedade, atualmente, o que se observa é que as instâncias públicas da cidade têm buscado outras maneiras de equacionar a presença destes animais, através de campanhas para *adoção* e de uma intensificação do controle sobre seus corpos (ressaltando que o CCZV também promove a *castração* e *microchipagem* dos animais que são levados até o local). Em relação a outros animais, no entanto, como morcegos, pombos, baratas, aranhas, escorpiões, formigas, cupins, lagartas, ratos, carrapatos, lesmas, pulgas, moscas, entre outros, o CCZV possui medidas de combate à suas presenças, já que são considerados perigosos à saúde humana.

---

<sup>49</sup> Força Verde é um termo para se referir ao Batalhão da Polícia Ambiental Força Verde (BPAMB/FV) que é uma Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), especializada em policiamento ambiental.

<sup>50</sup> Estas populações animais são aquelas que fazem parte do meio urbano e podem ser muitas. Entram nesta classificação: cães, gatos, morcegos, pombos, baratas, aranhas, escorpiões, formigas, cupins, lagartas, ratos, carrapatos, lesmas, pulgas, moscas, entre outros. Informações contidas no site de CCZV: <http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/index.php/vigilancia/saude-ambiental/zoonoses-e-vetores>. Acesso em 25/09/14.

<sup>51</sup> De acordo com sua autodescrição, o CCVZ possui como atribuições: “planejar, administrar e executar programas de monitoramento e controle de espécies animais urbanas visando profilaxia das zoonoses e doenças transmitidas por vetores, desenvolvimento de atividades de Vigilância e controle ambiental como também manejo e controle das populações animais, seus agravos e incômodos.” Fonte: <http://www.saude.curitiba.pr.gov.br/index.php/vigilancia/saude-ambiental/zoonoses-e-vetores>. Acesso em 25/09/14. É interessante observar o uso do termo “vetores” para a referência de animais que potencialmente podem transmitir alguma doença às pessoas. Tornando vetor, estes animais parecem serem facilmente objetificáveis e, portanto, matáveis.

De acordo com o diretor do Departamento de Fauna, é preciso que as ações de ambas as instituições (Departamento de Fauna e CCZV) estejam em equilíbrio, ou seja, a prática do extermínio- ainda que não seja mais uma constante nas atividades do CCZV- de animais apreendidos é uma questão que ainda coloca uma tensão entre as instituições. Para o Departamento de Fauna a *proteção* animal zela por sua vida, causar sua morte, neste aspecto, estaria em discrepância com este zelo. Por outro lado, o sentido de *proteção* evocado pelo CCZV não se limita ao animal apenas, é também uma ação que mira a *proteção* humana, e também a *proteção* de alguns animais contra outros animais.

Temos aqui distinguidas duas grandes categorias de animais alocados em diferentes lugares na administração: os animais a serem protegidos, vinculados à Secretaria do Meio Ambiente, e os animais de quem “precisamos” ser protegidos vinculados à Secretaria da Saúde. Este panorama permite visualizar que a questão da vida animal pode assumir diferentes óticas no interior da administração pública. Determinados animais, portanto, são alvo de *proteção*, outros de extermínio. Descola (1998) ajuda a pensar a respeito das gradações de afeto estabelecidas com determinados animais em detrimento de outros:

todavia, na prática, as manifestações de simpatia pelos animais são ordenadas em uma escala de valor — geralmente inconsciente, mas totalmente explícita em alguns *animal philosophers* (Singer 1989; Regan 1983) — cujo ápice é ocupado pelas espécies percebidas como as mais próximas do homem em função de seu comportamento, fisiologia, faculdades cognitivas ou da capacidade que lhes é atribuída de sentir emoções. Naturalmente, os mamíferos são os mais bem aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem. (DESCOLA, 1998:23-24)

Interseccionar diferentes esferas da atuação administrativa parece, portanto, ser frutífero para visualizar de que jeitos a ideia de *proteção* vai aparecendo.

### **1.3 A localidade física: o Passeio Público de Curitiba**

Com sua sede administrativa situada no interior do Passeio Público, o Departamento de Fauna parece ocupar um lugar estratégico: dele irradiam ações para diferentes espaços (tanto para dentro da instituição –zoológico e as outras divisões- quanto para fora, através das políticas públicas).

Construído em 1886, durante a administração provincial de Alfredo D'Escragnoille Taunay, como uma importante obra de saneamento da cidade, projetada para drenar uma área pantanosa, o Passeio Público foi o primeiro parque de Curitiba que, posteriormente, na década de 1930, foi transformado no primeiro zoológico. Com uma área de 69.285 m<sup>2</sup>, o Passeio Público é o único parque da região central da cidade, localizado entre as ruas Carlos Cavalcanti, Avenida João Gualberto e Presidente Faria.



Figura 5: Localização do Passeio Público (destacado pelo círculo) no Centro da cidade. Fonte: IPPUC.

Atualmente é administrado pelo Departamento de Parques e Praças- vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente- e também pelo Departamento de Fauna, responsável pelo âmbito do parque relacionado à exposição de animais e também aos funcionários que realizam funções atreladas aos animais. Cotidianamente os

funcionários vinculados a ambos os departamentos circulam pelo ambiente realizando suas respectivas tarefas.

Assim, o Passeio Público condensa diferentes atributos: é parque, tem resquícios de um zoológico, e é ponto de encontro de diferentes pessoas que elegem o local para diferentes fins. Aberto para visitantes de terça-feira a domingo, das seis horas às vinte horas, muitas pessoas passam pelo local para “cortar caminho”, já que o parque ocupa cerca de uma quadra, é possível atravessá-lo de uma ponta a outra para encurtar o trajeto. É também escolhido para a prática de exercícios físicos e para o lazer infantil, pois conta com uma pista para caminhadas e ciclovia, além de aparelhos de ginástica<sup>52</sup>, e um *playground*. Há também outros serviços disponíveis no parque, como o passeio nos pedalinhos dos lagos, um bicicletário particular em que é possível alugar bicicletas, um restaurante e uma lanchonete, além de sanitários e mesas de xadrez para o uso dos visitantes. O espaço conta com a casa da guarda policial, destinada ao Núcleo de Proteção ao Cidadão, cujos policiais militares realizam a fiscalização do parque através de rondas, e também com os *recintos* dos animais que no espaço vivem.

Estes *recintos* são divididos em cinco tipos: há um Aquário com cerca de trinta variedades de peixes ornamentais, o Terrário que abriga cerca de quarenta animais entre serpentes e lagartos, os Viveiros das aves e tartarugas, além das Ilhas, destinadas aos macacos. Estes *recintos* compõem o cenário do parque, cuja paisagem disposta em jardins irregulares, grutas artificiais, pontes e cercas de falsa madeira, pedras, rochedos, ilhas e lagos artificiais remete aos jardins haussmannianos, um estilo urbanístico em voga na França do final do século XIX.<sup>53</sup> Este modelo urbanístico difundiu-se para diferentes partes do mundo<sup>54</sup>. Não é o caso, no entanto, de conceber que modelos podem ser simplesmente transpostos fielmente para realidades distintas, mas vale pontuar que há, de fato, algumas influências deste ideário arquitetônico francês em um conjunto de obras construídas, no final do século XIX e início do XX, em diferentes cidades do Brasil, que, obviamente, guardam suas devidas peculiaridades. De acordo com Bahls (1998:212):

---

<sup>52</sup>Implantados em diferentes locais da cidade pela Prefeitura.

<sup>53</sup> Este estilo refere-se a um conjunto de reformas conduzidas por Haussmann em Paris na segunda metade do século XIX, cujo ideário urbanístico preconizava a remodelação da cidade através da construção de grandes avenidas, conhecidas como “boulevards”, além da implementação de uma infraestrutura de redes de esgoto, de água, de gás, além da construção de grandes parques, praças e jardins públicos.

<sup>54</sup>Exemplos são: em Nova Iorque a construção do Central Park em 1858, em Bruxelas o “Bois de la Cambrea” construído em 1864, a construção do Passo da Reforma na Cidade do México em 1860, no Brasil a construção do Passeio Público do Rio de Janeiro, além de outras obras implementadas em Lyon, Ringstrasse e Viena. (BAHLS, 1998:3-4).

as autoridades das principais cidades brasileiras inspiravam-se na França, país que se tornou símbolo da civilização moderna. As reformas de Paris, conduzidas por Haussmann, transformaram a capital francesa num paradigma universal a ser atingido por qualquer cidade que se pretendesse civilizada e moderna.

No Brasil, a influência haussmanniana destaca-se em alguns projetos urbanísticos, entre estes as construções e reformas dos Passeios Públicos<sup>55</sup> de diferentes cidades, como é o caso do Passeio Público de Curitiba<sup>56</sup>, que nasce a partir do aterramento de uma região pantanosa da cidade. A condição sanitária de Curitiba no final do século XIX era problemática, as águas paradas, principalmente ao redor do centro da cidade, “eram fontes de disseminação de doenças como cólera”, de modo que o “dessecamento destas áreas passa a ser uma preocupação da administração local do período”. (BAHLS, 1998:15). O saneamento do terreno onde foi construído o Passeio Público estava ligado também à ocupação residencial da região, atualmente conhecido como Alto da Glória, pelos barões da erva mate.

Nos primeiros anos de funcionamento, o parque era bastante frequentado e mantinha atrações de lazer como a apresentação de bandas, competições de regatas e festas cívicas. (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 2001). No entanto, passou por períodos de pouca atenção da população e também do poder público devido à escassez de recursos financeiros para a manutenção do espaço. (Idem).

A partir de 1913, com a gestão de governo de Cândido de Abreu foram realizadas novas intervenções de melhorias no logradouro e, em 1915 foi inaugurado o portão do Passeio Público que, projetado pelo arquiteto francês Rouch Bouvard, é uma réplica do portão<sup>57</sup> do Cemitério dos Cães de Asnières, localizado em Paris. Foi neste período que o parque adquiriu as feições estilísticas que predominam até os dias de hoje. (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 2001:66).

---

<sup>55</sup> O primeiro Jardim botânico no Brasil foi construído no Pará em 1798, seguido do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1808, em Pernambuco em 1811, em Ouro Preto em 1825, em São Paulo 1825. Na Bahia foi construído um Passeio Público que também abrigava um Jardim Botânico em 1815, caso também de Belém em 1806 e em Curitiba em 1886. (SILVA, 2014:118).

<sup>56</sup> Durante o período de construção do Passeio Público, entre 1885 e 1886, Curitiba possuía 15.000 habitantes, 1.283 prédios e 15 engenhos, ou seja, não era propriamente uma “grande metrópole”, ainda assim há no “Relatório do Prefeito Joaquim Pereira de Macedo. Administração Municipal de Curitiba no quadriênio 1908-1912”, a menção de tentativas do poder público em aplicar em Curitiba o modelo de reforma de Paris e os critérios de Haussmann. (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 2001:17).

<sup>57</sup> O portão foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1974, durante o primeiro mandato de Jaime Lerner como prefeito.



Figura 6: Portão do Passeio Público de Curitiba. FONTE: [www.cadernodobairro.com.br](http://www.cadernodobairro.com.br). Acesso em 23/10/14.

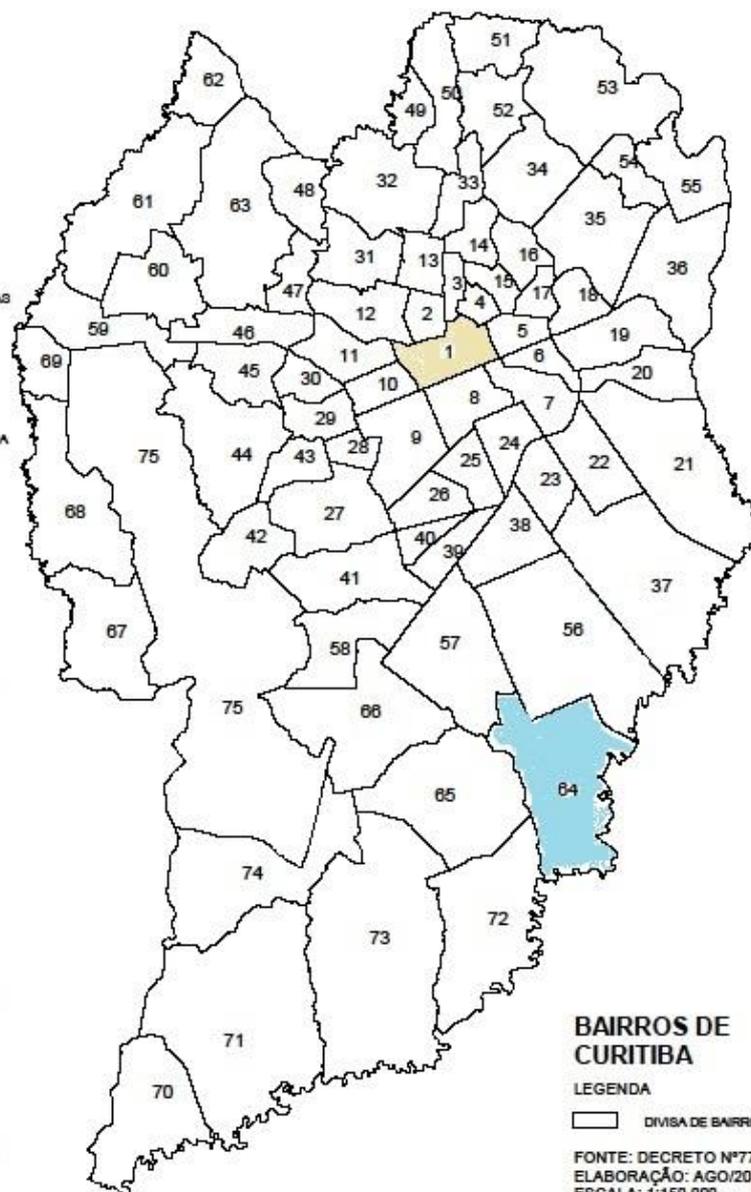
Conforme aponta Pereira (1996:103), nas cidades de origem portuguesa o espaço público tendia a possuir uma configuração conformada pelo traçado quadricular e pela falta de vegetação. Esta característica presente em Curitiba passa a ser paulatinamente modificada no final do século XIX. A ênfase na arborização e na criação de jardins públicos, que marcaram a urbanização do município no período de construção do Passeio Público, estava alinhada com uma perspectiva estética e de higienização da cidade, ou seja, estes espaços “verdes” são criados no interior das cidades para o deleite dos humanos.

No intervalo entre as décadas 1930 e 1980, período em que funcionou como zoológico, o Passeio Público de Curitiba abrigou diferentes animais como, aves, macacos, onças, tigres, leões, jacarés, girafas, zebras, veados, ursos, camelos, entre outros e até 1973, momento em que outros parques começaram a ser construídos na cidade, o Passeio Público era o único espaço público formalmente destinado ao lazer da população. Em 1982 os animais de grande porte (como os leões, tigres, ursos, camelos) começaram a ser transferidos do local em direção ao novo zoológico da cidade, construído no Parque Regional do Iguazu, no bairro Alto Boqueirão. O Passeio Público, entretanto, manteve abrigadas algumas espécies de animais de menor porte (principalmente aves, mas também macacos, répteis e peixes) que permanecem em exibição para visitantes. (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 2001:100).

Concebido enquanto uma estratégia urbanística de saneamento para a cidade, o local tornou-se o espaço em que animais exóticos eram expostos como forma de lazer para a população. Com o passar dos anos, no entanto, estes animais foram sendo transferidos para um lugar distante do centro praticamente para os limites que, na época, circunscriviam a cidade. Ao serem realocados num ambiente mais distante da “vida urbana” os animais do Zoo poderiam melhor representar o domínio do “selvagem”, ligados ao âmbito da “natureza”, marcando uma distinção dos “de dentro” do dos “de fora”. No mapa a seguir é possível visualizar a localização do Passeio Público, no centro da cidade, (corresponde ao número um, destacado na imagem na cor bege), em contraposição à localização do novo Zoo, situado no Parque Iguazu no bairro Alto Boqueirão (corresponde ao número sessenta e quatro, destacado em azul).

## BAIROS

01-CENTRO  
 02-SÃO FRANCISCO  
 03-CENTRO CÍVICO  
 04-ALTO DA GLÓRIA  
 05-ALTO DA RUA XV  
 06-CRISTO REI  
 07-JARDIM BOTÂNICO  
 08-REBOUÇAS  
 09-ÁGUA VERDE  
 10-BATEL  
 11-BIGORRILHO  
 12-MERCÊS  
 13-BOM RETIRO  
 14-AHÚ  
 15-JUVEVÉ  
 16-CABRAL  
 17-HUGO LANGE  
 18-JARDIM SOCIAL  
 19-TARUMÁ  
 20-CAPÃO DA IMBUIA  
 21-CAJURU  
 22-JARDIM DAS AMÉRICAS  
 23-GUABIROTUBA  
 24-PRADO VELHO  
 25-PAROLIN  
 26-GUAIRA  
 27-PORTÃO  
 28-VILA IZABEL  
 29-SEMINÁRIO  
 30-CAMPINA DO SIQUEIRA  
 31-VISTA ALEGRE  
 32-PILARZINHO  
 33-SÃO LOURENÇO  
 34-BOA VISTA  
 35-SACACHERI  
 36-BAIRRO ALTO  
 37-UBERABA  
 38-HAUER  
 39-FANNY  
 40-LINDÓIA  
 41-NOVO MUNDO  
 42-FAZENDINHA  
 43-SANTA QUITÉRIA  
 44-CAMPO COMPRIDO  
 45-MOSSUNGUÊ  
 46-SANTO INÁCIO  
 47-CASCATINHA  
 48-SÃO JOÃO  
 49-TABOÃO  
 50-ABRANCHES  
 51-CACHOEIRA  
 52-BARREIRINHA  
 53-SANTA CÂNDIDA  
 54-TINGOI  
 55-ATUBA  
 56-BOQUEIRÃO  
 57-XAXIM  
 58-CAPÃO RASO  
 59-ORLEANS  
 60-SÃO BRAZ  
 61-BUTIATUVINHA  
 62-LAMENHA PEQUENA  
 63-SANTA FELICIDADE  
 64-ALTO BOQUEIRÃO  
 65-SÍTIO CERCADO  
 66-PINHEIRINHO  
 67-SÃO MIGUEL  
 68-AUGUSTA  
 69-RIVIERA  
 70-CAXIMBA  
 71-CAMPO DE SANTANA  
 72-GANCHINHO  
 73-UMBARA  
 74-TATUQUARA  
 75-CIDADE INDUSTRIAL



**IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA**  
 SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

Rua Bom Jesus, 860 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 - Fone: (55 41) 3250-1414 - Fax: (55 41) 3254-8861 - E-mail: geo@ippuc.org.br

Figura 7: Mapa dos bairros de Curitiba com a localização do Passeio Público e do Zoo.  
 FONTE: IPPUC.

O Passeio Público de Curitiba, portanto, possui uma cumulatividade histórica no tocante a um jeito de conceber o lugar dos animais no contexto urbano, tanto no âmbito material quanto no das relações interespecíficas humano-animal. Se atualmente o Passeio Público é o local de onde saem políticas públicas voltadas para a *proteção* animal, sua construção e manutenção foi, por grande parte do tempo em que existe,

voltada apenas para o conforto paisagístico para o humano e não para a *proteção* animal. Estes locais, parques e jardins urbanos, à época, não eram criados com o objetivo de conservação da natureza, mas de propriamente “criar” a “natureza” dentro do seio urbano, de modo que os parques nascem atrelados a uma dimensão sanitária e também estética, de embelezamento das cidades.

Atualmente o Passeio Público guarda um aspecto um tanto peculiar, que mistura a grandeza arquitetônica do “fin-de-siècle”, hoje já um tanto depredada pelo tempo, com a presença de animais que, de alguma forma parecem estar deslocados naquele ambiente, compondo o cenário com pessoas que passam pelo parque e que não estão ali necessariamente para visitação dos animais.

### **1.3.1 A sede do Departamento de Pesquisa e Conserva o da Fauna**

A estrutura física que sedia o Departamento de Fauna encontra-se próxima ao portão de acesso pela Rua Luiz Ivo Leão, (conforme ilustra o mapa da página 47). O parque conta com quatro entradas, sendo que este portão   o único exclusivo para a entrada de funcionários e localiza-se no lado oposto da suntuosa entrada principal ao parque através do portão artístico inaugurado em 1915.   a única entrada do parque que possui uma guarita e um funcionário que cuida do acesso, sendo também a única entrada que possibilita o acesso de carros ao interior do local.

O caminho deste portão até o Departamento de Fauna possui placas dispostas que informam aos que passam sobre o Passeio Público, sobre o Zoo e também sobre algumas espécies de animais que vivem nestes locais, como o leão, o chimpanzé e a girafa do Zoo. Assim,   possível notar logo ao adentrar ao parque que se está em uma área que foi o “Primeiro Zoo de Curitiba”, e que ainda hoje   um lugar em que existem bichos ou que pelo menos ali deles se fala.

Fixados no muro da fachada do Departamento de Fauna, há dois grandes banners com a imagem de um gato e de um cachorro, ambos *vira-latas*. No plano de fundo das imagens dezenas de pequenos gatos e cachorros de pel cia com a seguinte frase abaixo: “Animal de estima o não   brinquedo. Não maltrate o seu.” Sendo que esta última frase varia na versão do banner em que figura o cachorro: “Cuide dele com carinho.” Ao lado a logomarca da Prefeitura de Curitiba e abaixo, em letras menores, o site da Prote o Animal compunham as imagens. Trata-se de uma campanha da prefeitura de 2011 para inibir o abandono de animais estima o. Finda a campanha, as imagens ainda

existem fixadas no muro do Departamento de Fauna no interior do Passeio Público. Se de um lado da pista de corrida é possível ser informado, através de placas suspensas no jardim, sobre Simba, Bob e Pandinha, o leão, o chimpanzé e a girafa do Zoo, do outro lado da ciclovia é possível visualizar um cachorro e um gato retratados de um modo que demonstram uma ideia particular sobre como a prefeitura concebe ou almeja –visto que as imagens são referentes a uma antiga campanha- que se dê a relação entre humanos e estes animais de estimação, cães e gatos: pautada em cuidados e também em carinho.

É possível também chegar à sede do Departamento de Fauna por outro caminho. Distribuída em dois andares, a sede possui grandes vidraças no andar superior o que possibilita a visualização das pessoas que circulam em seu interior por quem caminha em frente ao local.



Figura 8: Fachada do Departamento de Fauna.  
(Arquivo pessoal).

Em frente ao Departamento de Fauna, separado pela pista de caminhada e por um pedaço de grama que possui diversas árvores plantadas, há a outra construção também destinada aos funcionários do Passeio Público. Este prédio fica um pouco mais guardado da vista dos que passam. Para adentrá-lo é preciso passar por um portão que informa através de uma placa que se trata de uma “área restrita a funcionários”.

Este local é acessado por todos os funcionários do Passeio Público, tanto os vinculados ao Departamento de Parques e Praças-que realizam a manutenção da vegetação do local- quanto os funcionários do Departamento de Fauna, os da área administrativa, os *técnicos* (veterinários, zootecnistas e biólogos) e os *tratadores* que fazem parte da equipe de manutenção, responsáveis pelo tratamento diário dos animais e dos *recintos*. É possível visualmente distinguir este conjunto de funcionário através do modo como se vestem. Geralmente os técnicos usam jalecos brancos quando possuem uma função diretamente ligada ao trato clínico dos animais, ou seja, os veterinários e biólogos responsáveis pelos animais tanto do Passeio Público quanto do Zoo. Os veterinários e zootecnistas ligados à Rede Animal usam outro tipo de uniforme – inclusive o diretor do Departamento de Fauna- o colete verde escuro que os denomina enquanto “Fiscais” já que leva o adjetivo escrito na parte de trás da peça. Os tratadores usam um uniforme inteiro verde, composto de calça e camisa que possuem a logo da prefeitura, sendo possível também o uso da calça verde e de uma camiseta branca. Os funcionários do Departamento de Parques e Praças usam uniformes de cor alaranjada, semelhante ao dos garis da cidade.

O prédio possui diferentes compartimentos: banheiros, vestiários, refeitório, as salas em que trabalham os *técnicos* e também salas destinadas a consultas clínicas de animais, portanto equipadas com material clínico veterinário. Além destas salas, o prédio comporta ainda em sua parte externa um estacionamento para os carros dos funcionários, e espaços destinados ao confinamento de animais para tratamento médico.

Na primeira vez que entrei nesta área, na entrada do prédio, ainda na parte exterior, havia uma gaiola em frente à porta de entrada. Nela pendurava-se entre os espaços da estrutura metálica um pequeno macaco que ao notar minha presença se aproximou e olhou fixamente para mim. Parei em frente da gaiola por instantes, eu nunca havia chegado tão perto de um macaco, e então ofereci meu dedo indicador para ele segurar e, num gesto rápido, com sua mão pequenina, ele segurou meu dedo. Entrei no prédio e logo descobri que aquele bichinho era um macaco Guigó, cuja administração de doses de medicamentos estava toda descrita em um quadro branco pendurado na parede do corredor de entrada. Guigó, como era mencionado no quadro, residente do Passeio Público, estava doente e ali retirado para ser tratado. Subindo uma escada cheguei à sala da veterinária e diretora do Zoo, que sugeriu que eu conduzisse minha pesquisa, se eu quisesse conhecer a rotina daquele ambiente, antes pela cozinha do Passeio Público. “Começa por aqui, depois você chega até o Zoológico.” Foi a

segunda vez que fui interpelada sobre o modo como eu deveria conduzir minha estada naquele local: pelos “mais de perto”, para depois chegar aos “mais distantes”, aqueles do Zoo. Assim como o diretor do Departamento de Fauna que, em nossa primeira conversa, sugeriu que eu começasse pelos *domésticos* para que depois mais “familiarizada” eu passasse aos *silvestres*, a responsável pelo Zoo me propôs o mesmo caminho, não marcando a diferença entre os *domésticos* e os *silvestres*, mas entre os *mais próximos*, localizados no Passeio Público, e os *mais distantes* no Zoo. Segui ambas as sugestões e iniciei o trabalho no Passeio Público.

Uma característica do cotidiano do trabalho no Departamento de Fauna, observada desde o início da pesquisa era a circulação constante dos funcionários. Havia um movimento constante de pessoas. Foi a partir deste fato que procurei ir conhecendo o que cada um fazia e como. As conversas foram acontecendo na medida em que cada funcionário com o qual eu conversava me indicava “falar com” e assim, conhecer as funções de cada uma das pessoas que compunham o Departamento de Fauna. Ao chegar à sede eu costumava me reportava à funcionária Silvana, já que sua mesa localizava-se quase em frente à porta de entrada. Silvana é da Divisão da assistência do Departamento de Fauna, responsável pelo controle e compras de material para o almoxarifado<sup>58</sup>, mas, em diferentes ocasiões, foi ela quem comunicou minha chegada aos outros funcionários do Departamento de Fauna. Foi deste modo que aos poucos fui conhecendo a rotina de trabalho e de circulação dos funcionários da Rede Animal, destinado à *proteção* dos animais *domésticos*, que será tratado nas suas especificidades no próximo capítulo.

---

<sup>58</sup>Estes materiais consistem em: material de limpeza e de escritório, e materiais para os animais, por exemplo, medicamentos, acessórios como luvas descartáveis, seringas, microchips, entre outros.

## CAPÍTULO 2 - Rede de Defesa e Proteção Animal: “Amigo é pra se cuidar”

Com uma agenda específica de planos e metas, o funcionamento da Rede Animal é pautado por um “regimento” que estabelece as funções do programa. O foco deste capítulo é evidenciar o modo como o programa organiza-se e que ações promove. Para tanto, antes de adentrar no cotidiano de trabalho que realizam seus funcionários inicio a apresentação da Rede Animal através do “Resumo Executivo do Projeto Rede de Defesa e Proteção Animal da Cidade de Curitiba”, que se trata do projeto que deu origem ao programa. Iniciar o capítulo com este texto é interessante para colocar diferentes discursos em conversa: o texto que baseia os parâmetros de atuação do programa com o dia-a-dia de quem está fazendo o programa acontecer. Assim, em seguida são as políticas implementadas pela Rede Animal que ganham espaço no capítulo. Através das *vitorias* contra os *maus tratos* de animais, do processo que envolve a realização das *castrações* de cães e da promoção de feiras de *adoção* de animais *abandonados*, adentramos a rotina da Rede Animal.

### 2.1 Conhecendo a Rede

O meu contato inicial com a Rede Animal ocorreu por meio da internet. Através do site<sup>59</sup> da prefeitura de Curitiba é possível acessar um *link* que dá acesso ao site da Rede Animal, que possui um *layout* colorido, em que desenhos de cachorros compõem o plano visual junto de diferentes informações a respeito do programa e suas atividades, de eventos promovidos e sobre cuidados para melhor conduzir a relação com os animais de estimação.

“Amigo é pra se cuidar” é a frase que aparece em destaque e ao centro do site, informando ao visitante de que se trata de um espaço em que a relação com cães e gatos é uma relação de amizade e, por isso, passível de cuidados. A frase, que pode dizer muitas coisas dependendo do contexto, adquire um sentido específico quando logo abaixo no site é possível conhecer as diferentes formas de “cuidado” a que se refere a Rede Animal: “Cadastre seu animal junto a prefeitura e cuide melhor de seu amigo”, “Adotar é um ato de amor.” “Ainda não conhece o microchip? Clique e saiba mais a respeito.” Estas frases informam sobre o que a pessoa que possui um animal de estimação deve fazer para “cuidar” de seu “amigo”. No site, portanto, está condensado o

---

<sup>59</sup> [www.protecaoanimail.curitiba.pr.gov.br](http://www.protecaoanimail.curitiba.pr.gov.br)

conjunto de ações promovidas pela Rede de Proteção Animal, cuja autodescrição salienta que “é um programa da Prefeitura Municipal de Curitiba que envolve vários agentes públicos, da iniciativa particular e do terceiro setor, na busca de melhores condições de vida para a fauna da cidade e que oferece um Sistema de Identificação Animal (SIA) através da aplicação de microchips”.

Se no início da pesquisa a internet serviu como porta de entrada para conhecer o delineamento deste programa, posteriormente se configurou como um interessante meio de contato e também de atualização com os interlocutores. Vale destacar que a Rede Animal possui um perfil na rede social *Facebook* e que veicula notícias e informações a respeito da agenda de eventos, bem como dados estatísticos a respeito das ações empreendidas pelo programa. Acompanhar o cotidiano deste perfil possibilitou também uma interessante maneira de conhecer sua rotina de atividades. Permitiu-me adentrar ao “universo” de uma extensa rede de pessoas que se mobilizam para cuidar de cachorros e gatos *abandonados*. Aprendi nestes grupos que não basta “gostar” de bicho, é preciso *resgatar, castrar, procurar lares temporários, promover adoção, noticiar possíveis desaparecimentos*, entre outras ações. Através destes contatos com diferentes ONGs e *protetoras independentes* foi possível perceber outro aspecto da *proteção* animal, aquele não necessariamente vinculado ao poder público. Portanto, a internet enquanto ferramenta de pesquisa também revelou um intenso circuito de discussões entre prefeitura e cidadãos através da rede social *Facebook*, o que foi muito importante para a compreensão do sentido alargado que o termo *proteção* pode adquirir.

A Rede Animal foi criada em 2009 vinculada à Divisão de Monitoramento de Proteção Animal do Departamento de Fauna, conforme já explicitado no capítulo anterior. O programa conta com um projeto escrito em 2009 em que constam os objetivos, metas e agentes envolvidos. Foi elaborado por uma equipe de trabalho, cuja coordenação geral foi encabeçada pelo Diretor do Departamento de Zoológico (antigo Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna) na época. Ao todo foram sete Secretarias do Município, além de outros colaboradores<sup>60</sup>, envolvidos na produção deste projeto. O Resumo Executivo do projeto encontra-se no site da Rede Animal, e é a partir dele que trago alguns apontamentos sobre seu texto.

---

<sup>60</sup> São estes: Secretaria de Governo Municipal; Secretaria Municipal da Saúde; Secretaria Municipal de Comunicação Social; Secretaria Municipal do Urbanismo; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal da Defesa Social; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer; URBS; Fundação de Ação Social; Fundação Cultural de Curitiba; Procuradoria Geral do Município; Instituto Curitiba de Informática.

A questão central presente no texto do projeto é a argumentação a favor da necessidade de formulação de políticas públicas voltadas para animais em Curitiba, visto que existiria uma necessidade de

**disciplinar** a *proteção* ambiental relativa aos animais através de um conjunto de políticas municipais de defesa e *proteção* aos animais, de acordo com a espécie, com conceituação clara a partir de orientação técnico-científica e em consonância com o arcabouço legal e normativo federal e estadual. (Grifo meu) (Prefeitura de Curitiba, 2009:10).

Este trecho é importante porque abre a questão em torno da problemática acerca da necessidade de definição do que é *proteção*, que neste caso não é definida por qualquer ação destinada aos animais. Ela é antes pautada em um conjunto de referências que lhe imputam características específicas: a *proteção* deve estar vinculada com a necessidade específica da espécie, distinguida pelos profissionais capacitados para tal, e mais que isso, é interessante observar o alinhamento entre natureza (espécies), ciência (as orientações técnicas) e direito (em consonância com as normas).

O trecho também aponta para uma necessidade de prover um tratamento adequado, e mais que isso, a ênfase do texto é em *disciplinar a proteção* aos animais na cidade. Esta necessidade de disciplina é atribuída à dinâmica da própria cidade: o crescimento urbano e a necessária manutenção de áreas verdes no espaço. Esta conjunção, segundo o texto do projeto, provoca um “descontrole de populações” de alguns animais, como pombos, morcegos, animais de tração, animais *silvestres* e também cães e gatos. Esta situação engendradora, portanto, deve motivar a criação de políticas voltadas para o controle destas populações, para coibir “crimes de maus-tratos, abandono, comércio indiscriminado e situações diversas de risco à saúde e ao bem estar dos homens e dos animais” (Prefeitura de Curitiba, 2009:7).

É possível, neste ponto, apreender certa tensão entre o tratamento despendido a diferentes animais, ambos tocando na ideia de *proteção*, ainda que de maneiras distintas. Alguns animais, dentro deste quadro, são considerados como pragas a serem combatidas (diferentes insetos, ratos, dependendo da situação até mesmo cães considerados agressivos e perigosos), gerando a necessidade de *proteção* daqueles que convivem com estes “indesejáveis”. Outros animais, diferentemente, seriam passíveis de *proteção* (cães, gatos, cavalos, coelhos entre outros), desta vez, de uma *proteção* que além de assegurar a integridade física destes animais também propicie *bem-estar*.

O que observamos, deste modo, é que há um movimento duplo no tocante à argumentação em favor da *proteção* animal:

A superpopulação de cães e gatos em centros urbanos ocasiona inúmeros problemas: transmissão de zoonoses, como raiva, leptospirose, leishmaniose, entre outras; agressões envolvendo pessoas ou outros animais; contaminação ambiental por dejetos e pêlos e dispersão de lixo; distúrbios de trânsito de veículos, determinantes de acidentes, atropelamentos; danos à propriedade pública ou particular. O **controle** destas populações representa um desafio constante para todas as sociedades, independentemente do grau de desenvolvimento sócio-econômico, devido ao grande laço afetivo que caracteriza a relação do homem com animais, sejam de raça ou não, filhotes ou adultos, machos ou fêmeas, soltos ou domiciliados. (Prefeitura de Curitiba, 2009:7).

O texto acima, ao passo que se refere à presença de cães e gatos na cidade e ao que isto pode ocasionar em termos de problemas para a saúde dos homens, traz também uma dimensão do afeto ao aludir à afetividade entre homens e animais. Parece haver um conflito, ainda que sutil, na relação com estes entes, ao mesmo tempo em que a cidade não os comporta reproduzindo-se livremente, é estimado que estas presenças sejam reguladas a partir de certa sensibilidade dos humanos para os animais, gerando um ambiente de convivência regulada. Mais que isso, o que o texto implica é que certas medidas de controle de alguns animais podem ser mal recebidas pelos cidadãos em virtude do afeto que em geral se dirige a cães e gatos. Há uma tensão no modo como se classifica/hierarquiza animais na política pública, mas há também uma tensão potencial entre poder público e cidadãos. O trecho destacado abaixo expressa isso claramente:

a necessidade de controlar animais de estimação sempre envolve dois atores sociais. Ao proprietário cabe exercer o **direito** de manter um animal sob sua guarda, desde que de maneira responsável, ou seja, zelando pela sua saúde, pelo controle reprodutivo, pela destinação de filhotes e mantendo-o domiciliado. Ao poder público destinam-se as ações de **controle dos animais errantes, com vistas à proteção da saúde pública, porém, com posturas humanitárias** em relação a eles. Diante da nova situação apresentada, não se pode falar sobre equilíbrio e proteção ambiental sem incluir o desenvolvimento de ações coordenadas de políticas de defesa e proteção dos animais, através dos poderes públicos municipais, estaduais e federal, em associação com diferentes entidades. (Grifos meus) (Prefeitura de Curitiba, 2009:7-8)

Percebemos que esta relação entre homem e os animais do convívio urbano prevê a intersecção de duas partes: proprietário e poder público. Nesta “divisão de funções” fica claro que para que este conjunto de animais possa viver na cidade é necessário que exista alguém comprometido com sua existência no espaço urbano. Ou

seja, estes animais de estimação só podem existir enquanto propriedade de alguém ou sob a tutela do estado, neste caso, atuando no “controle dos animais errantes.” O texto ainda ao aferir que o *proprietário* do animal deve mantê-lo sob sua guarda de *maneira responsável* possibilita a reflexão sobre diferentes níveis de *tutela*: o *proprietário* tutela o animal, e este *proprietário* é tutelado pelo poder público.

É importante ressaltar, no entanto, que a pesquisa aqui apresentada não toma como premissa que a atuação do Departamento de Fauna simplesmente aplica as diretrizes nas quais está embasada e os programas que delineiam as metas de atuação, mas que a efetivação destes também os produz, nem sempre na mesma direção. Isto pôde ser observado ao longo da etnografia que foi mostrando como cada projeto vai acontecendo na ordem prática onde, por vezes, metas que não são alcançadas, diferenças de opinião, dificuldades de relação intra ou interinstitucionais implicam ajustes que vão dando especificidades à atuação do Departamento de Fauna.

Muitas vezes, algumas inclinações pessoais de funcionários promovem desfechos interessantes para determinados eventos. “Gostar de bicho” é uma expressão de afetividade que foi elencada por diferentes funcionários, em diferentes situações, em conversas durante a pesquisa. Estas colocações pareciam pontuar a importância do engajamento individual na feitura do trabalho, além do conhecimento *técnico*, a dimensão do afeto foi muito atrelada a “um serviço bem feito”. Deste modo, entramos agora no dia-a-dia do trabalho realizado pela Rede Animal.

O espaço físico da Rede Animal está situado no interior da sede do Departamento de Fauna, no Passeio Público, mas o trabalho dos funcionários da Rede se desdobra para além da sede fixa a partir dos seguintes eixos: coibição dos *maus tratos* de animais, *castração* de cães e fomento para a *adoção* de cães e gatos *abandonados*. Estes eixos pautam a realização de programas e eventos voltados para o controle populacional de cães na cidade. A ideia de que é preciso conter o número de cães vivendo nas ruas é algo bastante relevante no discurso nativo e que estabelece todo um modo de organizar a relação com estes animais, sendo que a *proteção* destinada a eles, em alguns casos, conforme veremos, parece propiciar maiores benefícios aos humanos e não propriamente aos animais.

Dedicada à *proteção* de animais *domésticos*, durante o período que acompanhei a Rede Animal, as ações do programa estavam em sua grande maioria voltadas para os cachorros. De acordo com Garcia (2009), a necessidade de políticas públicas destinadas a cães baseia-se em dados que demonstram que a grande quantidade de “cães errantes”

pelas ruas desencadeia uma série de problemas. O enfoque em cachorros, em detrimento a outros animais, como os gatos, por exemplo, reside, de acordo com a autora, em dois argumentos, um de ordem quantitativa e outro qualitativa: 1. Há mais cachorros que gatos nas ruas e 2. O comportamento mais “dependente” dos cachorros em relação aos humanos, em oposição ao comportamento considerado mais “independente” dos gatos, seria também um motivo das ações públicas estarem voltadas proeminentemente aos cachorros. Há um aspecto de ordem afetiva (ser considerado mais “dependente” do homem, ou “melhor amigo”, conforme a citação abaixo) atrelada ao comportamento do cachorro que incide no lugar que este animal ocupa na relação com as pessoas.

Diferentemente de uma variedade de animais domésticos, o cão ainda parece ocupar no imaginário social o lugar de ‘melhor amigo do homem’, distinto, portanto, daqueles que estão submetidos a uma razão prática, ou a uma lógica utilitária mais imediata, associada tanto à alimentação quanto a uma espécie de capital fixo, auxiliando o sistema produtivo. (LEIRNER; TOLEDO, 1998:129)

Através das atividades, os funcionários da Rede Animal deslocam-se por diferentes espaços realizando diferentes funções. Condensar o modo como estas funções são realizadas é o que foi pretendido nas páginas que seguem.

Dos cento e dois funcionários que compunham o quadro no período de realização da pesquisa, dezesseis destes faziam parte da Rede Animal, ocupando as seguintes funções: dois cargos de zootecnistas, dois cargos de biólogos, dois cargos de veterinários, dois cargos de técnicos administrativos, quatro cargos de fiscais, um cargo de tratador, dois voluntários e o diretor do Departamento de Fauna. A presença de um grupo heterogêneo de pessoas envolvidas com Rede Animal confere ao programa diferentes perspectivas sobre as políticas implementadas. Além dos dezesseis funcionários, o programa conta ainda com a presença de estudantes<sup>61</sup> do curso de veterinária de diferentes universidades que diariamente circulam pelo local e que também se envolvem nas atividades promovidas pela Rede Animal.

### **2.1.1 A Guarda Responsável**

*Guarda Responsável* é um termo frequentemente elencado pelos funcionários do Departamento de Fauna para se referirem a um conjunto de ações específicas

---

<sup>61</sup> A Rede Animal disponibiliza duas vagas para estagiários, preenchidas por estudantes de Veterinária. No período em que realizei a pesquisa, havia um estagiário fixo, que diariamente cumpria um banco de horas na sede da Rede Animal, realizando diferentes funções. Além do estagiário havia a presença constante de estudantes – em sua maioria mulheres- no local e também nos eventos.

relacionadas à *proteção* animal e permeia todo o conjunto de ações realizado pela Rede Animal. É também uma expressão que aparece em diferentes leis sobre animais - conforme foi possível observar no capítulo anterior- e disseminado enquanto vocabulário referente à temática do *bem estar* animal, sendo muito usado pelas pessoas envolvidas com a “causa animal”.

O uso da expressão *Guarda Responsável* para designar um modo de agir em relação a animais, no entanto, não é neutro, mas caracteriza a relação do humano que se dirige a determinado animal a partir de uma ideia que parece tentar diluir a implícita assimetria na relação humano-animal, em que a primeira parte possui primazia sobre a segunda. É interessante observar uma discussão no interior dos debates acerca dos direitos dos animais, em que ativistas exploram as nuances dos usos de termos usados para designar a relação com animais. O promotor de justiça do Meio Ambiente de Salvador (BA), e ativista da causa animal Luciano Santana, discorre sobre a importância do uso do termo *Guarda Responsável* em detrimento do termo *Posse Responsável*, que remeteria, segundo ele, a uma perspectiva pautada numa objetificação do animal enquanto posse de quem o detém, cito:

A importância de se mudar ‘posse responsável’ para ‘guarda responsável’ abrange muito mais que uma simples questão de estética. O emprego do termo “posse” apresenta uma ideologia implícita em sua semântica: o animal ainda continuaria a ser considerado um ‘objeto’, uma “coisa”, que teria um ‘possuidor’ ou ‘proprietário’, visão que consideramos já superada, sob a ótica do direito dos animais, visto que o animal é um ser que sofre, tem necessidades e direitos; frisando-se, ainda, o fato de, tradicionalmente, ser o animal o mais marginalizado de todos os seres, ao ser ‘usado’ e ‘abusado’ sob todas as formas possíveis e, sem, ao menos, a possibilidade de se defender, visto sua notória dificuldade de se manifestar perante os “racionais” seres humanos, tal qual já ocorreu, em passado, não tão remoto, com os ‘surdos mudos’, ‘mulheres’, ‘loucos de todo o gênero’, ‘índios’ e ‘negros’. (SANTANA, s.d.:1)

De acordo com uma cartilha produzida pela Rede Animal em que o termo é explicado de forma bem didática, *Guarda Responsável* designa um conjunto de deveres, de quem tem um animal de estimação, que deve propiciar condições de conforto e *bem-estar* para o animal, que correspondem a sete itens, conforme a cartilha são eles: ter a responsabilidade de prover um ambiente em que a presença do animal não provoque discórdias entre a família (humana), o que poderia ocasionar desconfortos tanto para as pessoas quanto para o animal; fornecer alimentação adequada de acordo com a espécie e idade do animal (o tipo de alimento não é especificado), além do fornecimento de água e ocasiões para que o animal possa se exercitar; manter asseado o animal através de

banhos regulares e também o lugar em que vive – vale ressaltar que o que conta como limpo pode ser muito variável e não é especificado em detalhes na cartilha- o recolhimento das fezes do animal nas ruas; levar o animal ao veterinário no período de desmama para que ele receba as vacinas e também o vermífugo, após essa etapa é indicado levar o animal ao menos uma vez ao ano ao consultório veterinário<sup>62</sup>; levar o animal para realizar sua *castração* porque, de acordo com os itens da *Guarda Responsável*, este procedimento tornaria o animal “mais dócil” e prolongaria sua estimativa de vida, além de prevenção da superpopulação de animais na cidade; prover a identificação definitiva do animal através da aplicação do microchip<sup>63</sup>; e, por fim, o *cadastramento* do animal no site da Rede de Proteção Animal, que consiste num registro dos dados do animal (idade, raça) e do seu dono (nome, endereço) com o objetivo de armazenar estas informações em um banco de dados chamado de Sistema de Cadastramento e Identificação do Animal (SIA), abrigado no site da prefeitura.

Há uma produção constante de documentos e cadastros realizada pela Rede Animal, tanto de identificação de pessoas, quanto de cachorros (os diferentes tipos de formulários e cadastros, realizados em diferentes ocasiões, serão apontados ao longo do texto). Mariza Peirano atenta para a proliferação de documentos como um controle legítimo do estado. Os documentos, de acordo com a autora, “facilitam o ato de contar, somar, agregar a população (e, assim, taxar a riqueza e controlar a produção) e identificar o indivíduo, para fins de conceder direitos e exigir deveres” (PEIRANO, 2002:37). O documento, portanto, concilia elementos particulares (e individuais) à coletividade, estes “papéis”, conforme pontua a autora:

que, reconhecidos e regulados, também identificam o indivíduo como único e particular. O documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado. O documento faz o cidadão em

<sup>62</sup> É também evidente que boa parte da população não tem meios para isso, uma vez que além do preço das consultas os outros medicamentos utilizados também são cobrados. O preço das consultas varia de acordo com o consultório e também com a cidade. Em Curitiba, o preço médio de uma consulta veterinária particular gira em torno de cem reais.

<sup>63</sup> O Microchip é uma tecnologia de identificação automática, é um micro circuito eletrônico utilizado para armazenar e transmitir dados. Podem ser implantados através de injeção, procedimentos cirúrgicos ou somente anexados temporariamente em algum objeto. Os veterinários da Rede Animal fazem a aplicação do microchip no dorso do animal através de uma injeção. Os microchips utilizados em identificação de animais são programados para que armazenem um número de identificação que é único e inalterável. Este número é inserido numa cápsula de biovidro cirúrgico e revestido de substâncias que contém propriedades antimigratórias. O dispositivo não contém bateria, seu circuito eletrônico é ativado apenas quando recebe as ondas emitidas por um scanner que realiza a leitura do número contido no microchip. O número é único por microchip, composto por quinze algarismos. Fonte: [www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br](http://www.protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br). A Rede Animal oferece um Sistema de Cadastramento e de Identificação Animal (SIA) que funciona como um banco de dados em que são cadastrados os números dos microchips aplicados. É possível acessar este sistema através do site da Rede Animal.

termos performativos e obrigatórios. Essa obrigatoriedade legal de possuir documento naturalmente tem seu lado inverso: o de remover, despossuir, negar e esvaziar o reconhecimento social do indivíduo que não possui o documento exigido em determinados contextos. (PEIRANO, 2002:37)

O benefício da aplicação do microchip<sup>64</sup> nos cachorros e gatos está no fato de que o número de série que o microchip contém pode ser associado ao nome e endereço do *tutor* do animal através do Sistema de Cadastramento e Identificação do Animal (SIA). Se um animal for encontrado perdido, é possível verificar se ele possui um microchip através de um leitor específico. Ao inserir esta sequência numérica no SIA, se existir o cadastro, então é possível saber quem é o animal e a quem pertence. É possível tanto à equipe da Rede Animal, quanto à pessoa cadastrada acessar as informações através do site da Rede Animal.

A cada *feira de adoção* promovida pela Rede Animal são centenas de animais *microchipados* (o programa disponibiliza, durante estes eventos, a *microchipagem* gratuita para cães e gatos). Cada cachorro que passa pelo procedimento de *castração* ofertado pela Prefeitura também é *microchipado*. Todos os cães que são levados para adoção pelas *protetoras* às feiras promovidas pela Rede Animal necessariamente precisam passar também pela *microchipagem* para serem doados, ou seja, a maioria – senão todos – dos animais que entram em contato com a Rede Animal passam pelo procedimento de inserção do microchip em seus corpos. Esta ação, no que tange a perspectiva de *guarda responsável*, está atrelada à ideia de *proteção*, pois a associação de um código numérico enxertado na pele do animal à identidade deste animal (nome e características físicas como raça, cor)<sup>65</sup> e de seu *tutor*, ao serem registrados no SIA<sup>66</sup> possibilitariam com eficácia a resolução de casos de sumiço dos animais de estimação.

Cada cadastro precisa ser registrado manualmente por algum funcionário da Rede Animal no SIA, o que muitas vezes causa um atraso na atualização dos dados no sistema. Para inserir os dados cadastrais no sistema é preciso que o formulário esteja preenchido completamente. Durante uma semana acompanhei o registro destes cadastros no SIA, realizados na sala da Rede Animal pela funcionária Gabriela<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup> Imagem do *microchip* em Anexo.

<sup>65</sup> Estas informações referentes ao animal e ao *tutor* são solicitadas no momento do preenchimento de um cadastro para que a pessoa possa *microchipar* seu animal durante as *feiras de adoção* promovidas pela Rede Animal, que será especificada com mais detalhes no decorrer do texto.

<sup>66</sup> É possível acessar os dados do animal e do *tutor* através do código numérico no SIA via site da Rede Animal.

<sup>67</sup> Graduada em biologia, Gabriela trabalha no Departamento há 18 anos, no entanto, cumpriu a maior parte deste tempo no Museu de História Natural sendo que recentemente mudou para a Rede Animal onde é responsável pela Divisão de Monitoramento de Animais Silvestres.

Para agilizar o trabalho, que costumava demorar horas, Gabriela separava as pilhas de papéis de cadastros entre aqueles que estavam preenchidos com os dados completos do *tutor* -que rapidamente eram passados para o SIA- daqueles incompletos, que demandavam mais tempo para serem registrados no sistema. Sem os dados completos do R.G. e do CEP da residência do *tutor* do animal, o SIA “não aceita” o registro de um novo cadastro, por isso para cada caso em que estas informações eram ausentes ou incompletas, Gabriela telefonava para o número do *tutor* que constava na folha para tentar, desse modo, conseguir os dados faltantes. Quando conseguia era possível, então, realizar a operação com sucesso e os dados do *tutor*, do cachorro e do microchip eram armazenados no banco de dados. Além da falta das informações de R.G. e CEP, outro empecilho para o registro dos cadastros era a falta do email do *tutor*, sem este dado também não era possível concluir a ação, o que, segundo Gabriela, causava um transtorno enorme uma vez que, em suas palavras, “não é todo mundo que possui conta de e-mail, isso é complicado, muita gente nem computador tem e vai ter email como?”.

Vale destacar que a atualização destes cadastros no SIA é realizada por diferentes funcionários da Rede Animal na medida em que estes papéis ficam acumulados. Ou seja, é possível que cada funcionário tenha um modo de inserir os dados no sistema, conforme a situação da Gabriela com os dados faltantes pôde mostrar, o “sistema não é inteligente”, sendo preciso “enganá-lo” para agilizar a feitura do trabalho. Além da produção constante de papéis, (que parece ser um modo bastante comum através dos quais as políticas públicas operam) os sistemas de dados também aparecem como uma importante parte das políticas públicas hoje. Em diferentes instâncias públicas esta prática configura parte das rotinas administrativas que exige - mas também limita- certas ações. Cumpre-se o cadastramento por meio de artifícios, conforme o exemplo da funcionária Gabriela pôde ilustrar, de modo que é preciso “enganar” o sistema para efetivar o trabalho. Em sua dissertação de mestrado Vitor Richter (2012), discorre sobre a produção de dados referentes ao nascimento de pessoas e também identifica algumas limitações na hora de efetuar a entrada de dados no sistema, aponta:

O sistema era concebido como um sistema puramente objetivo, mas, tal como sugerimos aqui, a entrada de dados passava por um filtro de pessoas que exerciam uma mistura de atenção, autoridade e criatividade nas suas maneiras de traduzir a DNV (Declaração de Nascido Vivo) para a linguagem do computador. (RICHTER, 2012:70)

Estes exemplos permitem observar que a administração pública não opera a partir de práticas super objetivas, o caráter pessoal, das pessoas que estão dentro destas instituições confere nuances particulares ao modo de conduzir o trabalho.

## 2.2 O combate aos *maus tratos*

O combate aos *maus tratos* é realizado através da divulgação de material impresso que contém informações a respeito da maneira considerada adequada de tratar animais de estimação e também através de uma das principais ações da Rede Animal: as *vistorias*. Estas consistem na fiscalização de *denúncias* reportadas à Rede Animal de *maus tratos* contra animais. As informações contidas no material impresso, produzido pelo programa, baseiam-se no conceito de *Guarda Responsável*, que, no contexto das *vistorias* é utilizado como ferramenta de educação às pessoas que acabam passando pelas visitas dos *fiscais* da Rede Animal.

As *vistorias* são uma importante parte do trabalho realizado pela Rede de Animal e consistem na cotidiana saída dos *fiscais*<sup>68</sup> da Rede Animal a locais – residências ou estabelecimentos comerciais- para a checagem da condição do animal que ali reside. Através da central de atendimento da Prefeitura pelo número de telefone 156, e também pelo site da prefeitura<sup>69</sup>, diferentes casos são reportados a esta central que categoriza e repassa cada caso ao departamento da Prefeitura correspondente. Esta central é uma empresa terceirizada de telemarketing que presta serviço à Prefeitura. Para este número -156- é reportado um conjunto bastante heterogêneo de episódios de diferentes ordens: casos de violência doméstica, abusos sexuais, árvores que caem em vias públicas, pedidos de informação sobre linhas e itinerário de ônibus e também registros de *denúncias* contra *maus-tratos* de animais, entre outros.

---

<sup>68</sup>De acordo com o Decreto n.º 544/10 as atribuições do cargo de fiscal são: “Desempenhar, atividades envolvendo a execução de trabalhos relativos à fiscalização, nas áreas de meio ambiente, transporte, comércio ambulante e serviço funerário de acordo com as normas específicas da área e dirigir veículos e utilitários no desempenho das atribuições do seu cargo.” O nível de escolaridade exigido é médio e a jornada de trabalho de 40 horas semanais. Em julho de 2014, através do Decreto n.º 652/14 (que alterou o Decreto n.º 544/10) a Proteção Animal foi oficialmente incluída entre as áreas de atuação categorizadas no quadro de fiscais de Curitiba. Com uma área de atuação dentro do monitoramento e *proteção* animal, as atribuições destes fiscais passaram a ser específicas: “fiscalizar estabelecimentos que comercializem animais vivos quanto a regularidade da legislação vigente, coibir a venda ilegal de animais, atender às denúncias de maus tratos, fiscalizar exposições, feiras e outras aglomerações que tenham animais domésticos visando o bem estar animal, notificar, autuar e embargar autos de infração, emitir relatórios e orientar, informar e esclarecer o cidadão.” Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/decreto-reconhece-protecao-animal-como-atribuicao-de-fiscais/33645>. Acesso em 30/07/14.

<sup>69</sup>[www.central156.org.br](http://www.central156.org.br)

As ocorrências categorizadas como denúncia de *maus tratos* são destinadas à Rede Animal. No momento em que uma pessoa registra a ocorrência de *maus-tratos* na central de atendimento 156 há a produção de três etapas diferentes até a finalização “do caso”, a *denúncia*, a *vistoria* e o *retorno* do caso.

A primeira etapa consiste na produção da *denúncia*, realizada pela central 156 que atende o caso, e que é transformada numa *solicitação*. O funcionário da central de atendimento que atende a ocorrência registra o caso numa planilha em que consta a natureza do documento, o número do protocolo, seu nome e as informações sobre o caso específico. Este documento é a *solicitação* de uma *vistoria* e é repassada eletronicamente para a Rede Animal onde os *fiscais* a imprimem para em seguida organizarem as saídas que farão no dia. Com o documento de *solicitação* em mãos, de segunda a sexta-feira durante o horário de expediente, os quatro *fiscais* Sônia<sup>70</sup>, Valéria<sup>71</sup>, Eduardo<sup>72</sup> e Lucas<sup>73</sup>, organizados em duplas (as duas mulheres e os dois homens aparelhadas desta forma por afinidade, segundo o relato dos próprios fiscais), e mais dois agentes da Guarda Municipal de Curitiba saem para realizar as *vistorias*.

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA – Sistema 156</b>			
<b>SIGILOSO</b>		<b>Nº do Protocolo</b>	
<b>SOLICITAÇÃO</b>			
<b>Órgão ICI<sup>74</sup></b>	<b>Cadastrador</b>	<b>Data do Cadastro</b>	<b>Data da Impressão</b>

<sup>70</sup>Sônia trabalha como fiscal da Prefeitura desde 2007. Antes de entrar exercer seu cargo de fiscal na Rede Animal, trabalhava no Departamento de Parques e Praças da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

<sup>71</sup> Assim como Sônia, Valéria –que possui formação superior em Biologia- também trabalha como fiscal na Prefeitura de Curitiba desde 2007. Antes de entrar na Rede Animal em 2013 trabalhou no Departamento de Limpeza Pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Segundo ela estas mudanças de lotação ocorrem frequentemente na Prefeitura. É possível ao funcionário se candidatar a uma vaga disponibilizada pelo RH e se “mover dentro de uma Secretaria é mais fácil”, coloca Valéria que já conhecia a fiscal Sônia e decidiram mudar de departamento juntas. A motivação para a mudança de departamento, segundo o relato de Valéria e Sônia, deve-se ao fato de gostarem muito de animais.

<sup>72</sup>Eduardo- que possui formação em Ciências da Computação- trabalha na Prefeitura de Curitiba desde 2007, tendo entrado para a Rede Animal também em 2013. Anteriormente trabalhava no Serviço Funerário do Departamento de Serviços Especiais da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

<sup>73</sup>Lucas trabalha na Prefeitura desde 2008 como fiscal e dentre os outros três fiscais, é o único que já estava na Rede Animal quando a gestão do governo da prefeitura mudou. Antes de entrar na Rede Animal trabalhou na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

<sup>74</sup> ICI quer dizer Instituto Curitiba de Informática que é a empresa que desenvolve projetos e serviços nas áreas da informação e da informática na prefeitura.

<b>Dados do Assunto</b>			
<i>Descrição</i>			
<i>Logradouro</i>			
<i>Tipo N.º</i>	<i>Bloco</i>	<i>Complemento</i>	
<i>Transversal 1</i>		<i>Transversal 2</i>	
<i>Bairro</i>		<i>Regional</i>	<i>Quadricula</i>
<i>UF</i>	<i>Localidade</i>	<i>CEP</i>	
<i>Ponto de Referência</i>		<i>Meio de Resposta</i>	
<i>Tipo Documento Externo</i>		<i>Número do Documento Externo</i>	
<i>Assunto</i>		<i>Subdivisão</i>	
ANIMAIS		MAUS TRATOS – ANIMAIS DOMÉSTICOS	
<i>Dados Importantes</i>			
O ANIMAL ESTÁ FERIDO?			
O ANIMAL PODE SE LOCOMOVER?			
TIPO DE ANIMAL			
<i>Observações</i>			

FIGURA 9: Modelo do documento preenchido na Central 156 e repassado para a Rede Animal.

Este documento é qualificado como “Sigiloso”, o que, de acordo com os funcionários, está relacionado ao fato de conter dados pessoais da pessoa denunciada, que se expostas a outras pessoas (que não são funcionários da Rede Animal) poderia causar algum “problema”, como possíveis represálias. Abaixo do número de protocolo há a natureza do documento: “Solicitação” que caracteriza a primeira etapa do processo. Este modelo do documento é preenchido parcialmente pelo funcionário da central 156 através das informações que a pessoa que reporta a denúncia oferece: o nome da rua, número, CEP, cidade do local em que consta alguma situação de *maus tratos* ao animal, cuja espécie deve vir especificada no documento através do item “Tipo do animal”. Nesta fase, portanto, é necessário que o tipo de *maus tratos* seja minimamente especificado pelo denunciante que deve informar se o animal possui ferimentos e se pode se locomover. É possível que o caso não se encaixe nestes itens, mas que ainda assim possa ser considerado passível de *vistoria*, por exemplo: o animal pode não ter ferimentos visíveis e ainda assim ser considerado maltratado; é possível que se locomova e seja considerado, por outros motivos, também maltratado. Ou seja, ainda

que este primeiro formulário intente especificar o “tipo” do tratamento inadequado destinado ao animal, em muitas ocasiões, diferentes casos são registrados e reportados aos *fiscais* da Rede Animal.

É interessante observar como há uma série de elementos que aparecem neste papel da *vistoria*. Percebe-se que a categoria de *maus-tratos* pode abranger diferentes significados e nem sempre se trata de uma condição visível no animal. É aí que entra o trabalho de classificação dos *fiscais*, que também utilizam outro formulário que é preenchido durante a fiscalização.

Antes de explicar as *vistorias* é relevante destacar algumas modificações referentes ao trabalho da Rede Animal implementadas na gestão de governo que assumiu a prefeitura no início de 2013. Em fevereiro deste ano foi firmada uma parceria entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Guarda Municipal de Curitiba para intensificar o combate aos *maus tratos* de animais. Quatro guardas municipais receberam um treinamento específico e passaram a acompanhar os fiscais da Rede Animal na rotina de *vistorias*. Segundo o diretor do Departamento de Fauna, a criação desta Guarda Municipal de Proteção Animal propiciou o “fortalecimento” do trabalho já anteriormente realizado pelos *fiscais*. Este fortalecimento, segundo o diretor, propiciou que mais *denúncias* fossem reportadas à central 156: “hoje registramos cerca de vinte e cinco ocorrências por telefone diariamente, antes esse número ficava em torno de dez a quinze denúncias”. De acordo com o *fiscal* Lucas, o formato das *vistorias* na gestão anterior era o mesmo, no entanto, apenas dois profissionais as realizavam, um *fiscal* e um *técnico* que poderia ser um veterinário ou um zootecnista. O que mudou, segundo Lucas, foi a visibilidade nas mídias sociais que a fiscalização de *maus tratos* adquiriu com a nova diretoria do Departamento de Fauna.



FIGURA 10: Foto para registrar a parceria entre Rede Animal e Guarda Municipal. FONTE: <https://facebook.com/GuardaMunicipalDeProtecaoAnimal?fref=ts>. Acesso em 01/02/14.

Na fotografia, reproduzida na rede social da Guarda Municipal na semana em que foi firmada a parceria, aparecem da esquerda para a direita: o diretor do Departamento de Fauna segurando um cachorro que, no contexto da imagem parece estar representando todos aqueles animais que serão beneficiados pela parceria da Rede Animal com a Guarda Municipal. Em seguida o prefeito Gustavo Fruet e ao seu lado sua esposa Márcia Fruet, que também se envolve nas ações relativas à proteção animal (esta associação entre as funções de primeira-dama e o “cuidado dos animais” é bastante específica da atual gestão de governo, conforme discutido no capítulo 1). Os agentes da Guarda Municipal uniformizados ao centro, e na sequência cinco funcionários da Rede Animal usando o respectivo uniforme verde escuro, e, por fim, no segundo plano da imagem, o Superintendente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Na fotografia, entretanto, os quatro *fiscais* que realizam as *vistorias* não estão contemplados, ali apenas estão retratados os funcionários do Departamento de Fauna que ocupam cargos de chefias: os três homens da direita ocupando o cargo de Zootecnistas, e as duas mulheres à frente cargos de gerência e chefias, com formação em Veterinária e Biologia respectivamente.

A presença dos dois homens da Guarda Municipal junto a uma das duplas não é arbitrária. Após a verificação das *denúncias* a serem atendidas no dia através do sistema, as duplas de *fiscais* traçam um roteiro a ser percorrido que priorize a proximidade entre os bairros em que há um local para ser visitado, com o objetivo de otimizar o tempo de deslocamento entre um local e outro. As saídas são organizadas em dois carros diferentes. A dupla acompanhada pelos guardas utiliza a viatura da Guarda Municipal, enquanto à outra dupla é disponibilizado um carro da prefeitura.

Quando é um caso que está chegando à Rede Animal pela primeira vez, é comum que os guardas acompanhem a dupla na ida a casos em bairros da cidade considerados pelos *fiscais* como aqueles “mais perigosos”, em que a presença da viatura “impõe mais respeito” perante as pessoas que irão receber os *fiscais*. De acordo com o *fiscal* Eduardo:

Quando o bairro é perigoso, como o Cajuru, o Tatuquara, o Uberaba, por exemplo, nós vamos com a Guarda. Porque tem mais respeito, chegar com a Guarda já inibe. Quando achamos que é um caso mais grave que pode dar alguma confusão a Guarda também vai junto, por exemplo, quando a pessoa não aceita a notificação, quer brigar. Mas na maioria dos casos as pessoas

não enfrentam, nós conversamos numa boa. Mas a presença da Guarda impõe respeito. (Eduardo em conversa em 12/08/13).

Conforme aponte na introdução, não fui autorizada a acompanhar as vistorias realizadas, portanto, as informações a respeito dos “casos” são oriundas dos relatos dos *fiscais* feitos a mim.

As duplas sempre saem uniformizadas, com o colete verde escuro em que há bordada a logo da prefeitura de Curitiba, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a identificação “Fiscais SMMA”. Com a solicitação da *denúncia* e também com o *roteiro de vistoria* em mãos os *fiscais* vão até os locais para averiguar a situação que foi reportada. O roteiro consiste numa ficha, previamente formulada, em que o *fiscal* assinala o motivo da *denúncia*, a partir do que observa na *vistoria*, as características do local; os animais envolvidos e a quantidade, emite um parecer *técnico* sobre a situação e assinala também o procedimento *técnico* adotado.

<b>Roteiro de vistoria - Rede de Proteção Animal de Curitiba</b> ____/____/____		
Horário inicial ____:____ Horário Final ____:____ Fiscal responsável: _____		
<b>Relatório da denúncia:</b>		
<input type="checkbox"/> Ausência de assistência veterinária [1]	<input type="checkbox"/> Acesso à rua [5]	<input type="checkbox"/> Acumulador [8]
<input type="checkbox"/> Alimentação inadequada [2]	<input type="checkbox"/> Abandono na propriedade [6A]	<input type="checkbox"/> Agressão [9]
<input type="checkbox"/> Ambiente inadequado [3]	<input type="checkbox"/> Abandono na rua [6B]	<input type="checkbox"/> Criação Irregular [10]
<input type="checkbox"/> Restrição de espaço [4]	<input type="checkbox"/> Comércio Irregular [7]	<input type="checkbox"/> Outros [13]
<b>Local de denúncia (OBSERVADO NA VISTORIA):</b>		
<input type="checkbox"/> Residência [1]	<input type="checkbox"/> Residência desabitada [2]	<input type="checkbox"/> Apartamento [3]
<input type="checkbox"/> Comércio [4]	<input type="checkbox"/> Terreno Baldio [5]	<input type="checkbox"/> Outros [6]
<b>Animais Envolvidos (OBSERVADO NA VISTORIA/ESPECIFICAR A QUANTIDADE DE ANIMAIS):</b>		
<input type="checkbox"/> Cão [1]	<input type="checkbox"/> Gato [2]	<input type="checkbox"/> Cavalo [3]
<input type="checkbox"/> Silvestre [4]	<input type="checkbox"/> Nenhum [5]	<input type="checkbox"/> Outros [6]
<b>Parecer técnico da primeira vistoria</b>		
<input type="checkbox"/> Ausência de assistência veterinária [1]	<input type="checkbox"/> Acesso à rua [5]	<input type="checkbox"/> Acumulador [8]
<input type="checkbox"/> Alimentação inadequada [2]	<input type="checkbox"/> Abandono na propriedade [6A]	<input type="checkbox"/> Agressão [9]
<input type="checkbox"/> Ambiente inadequado [3]	<input type="checkbox"/> Abandono na rua [6B]	<input type="checkbox"/> Criação Irregular [10]
<input type="checkbox"/> Restrição de espaço [4]	<input type="checkbox"/> Comércio Irregular [7]	
<input type="checkbox"/> Endereço não encontrado [11]	<input type="checkbox"/> Não procede [12]	<input type="checkbox"/> Outros [13]
<b>Conduta técnica adotada:</b>		
<input type="checkbox"/> Orientação [1]	<input type="checkbox"/> Notificação [2]	<input type="checkbox"/> Autuação [3]
		<input type="checkbox"/> Embargo [4]
<b>Especificar orientação/notificação/autuação/embargo:</b>		
<b>Prazo para regularização: _____ dias úteis.</b>		
<b>Retorno:</b> ____/____/____	<b>Solicitações atendidas?</b>	<input type="checkbox"/> Sim [1] <input type="checkbox"/> Não [2]
<b>Observações:</b>		

FIGURA 11: Modelo do roteiro de *vistoria*.

Este é o modelo do *roteiro* utilizado pelos *fiscais*. As opções a serem preenchidas contidas na folha oferecem entradas interessantes para a compreensão do que se entende como *maus-tratos* a animais neste contexto.

Ainda que alguns parâmetros sejam colocados para caracterizar a situação encontrada pelos *fiscais*, de acordo com a descrição da *denúncia* (ausência de assistência veterinária; alimentação inadequada; ambiente inadequado; restrição de espaço; acesso à rua; abandono na propriedade; abandono na rua; comércio irregular<sup>75</sup>; acumulador; agressão; criação irregular; outros) é a observação do *fiscal* que irá

<sup>75</sup> Além das *vistorias* realizadas em residências, é parte do trabalho *fiscal* também *vistorias* a locais que comercializam animais.

qualificar a *denúncia* assegurando se a ocorrência em questão trata-se ou não de um caso de *maus tratos*, sendo caracterizada como *denúncia* “vazia” ou que “procede”. De acordo com o relato de Sônia, Valéria, Eduardo e Lucas sobre o procedimento nas *vistorias*, ao chegarem até o local, primeiramente procuram a pessoa responsável pela residência ou comércio e explicam o motivo da visita. Em seguida avaliam o aspecto do animal, “você vê no cachorro se ele está bem ou não”, me informou a fiscal Valéria. Cachorros considerados muito magros, com ferimentos visíveis ou doentes, que não possuem abrigo para proteção do calor e da chuva, a falta de alimento e água, pouco espaço e baixo grau de limpeza no ambiente destinado a ele, são alguns dos elementos que balizam o modo como os *fiscais* avaliam cada caso e é dependendo disso que será dado o *parecer técnico* sobre a situação, caracterizando neste momento o “tipo” de *maus tratos* observado, conforme a ficha do roteiro.

Pode haver, portanto, duas versões sobre o caso, como é possível observar na folha do roteiro: o primeiro espaço é preenchido de acordo com motivo da *denúncia* feita pela pessoa que ligou para a central 156; os outros espaços são preenchidos de acordo com a observação do *fiscal* através da especificação da localidade (se é residencial e que tipo, comercial, terreno baldio ou outra situação), do *parecer técnico* que vai condizer ou não com o “relato” da *denúncia* e a *conduta técnica* adotada. Esta conduta pode ter quatro estágios: 1. Orientação, 2. Notificação, 3. Autuação e 4. Embargo.

É relevante destacar o uso do adjetivo *técnico* para qualificar o parecer da conduta adotada pelos fiscais. O simples acréscimo do termo produz uma diferença na informação que é construída pelos *fiscais*, cuja qualidade *técnica* parece instituir a possibilidade de aferição de um aval legítimo –o *parecer técnico*– sobre determinada situação observada. É o que é transcrito pelo *fiscal* para o roteiro que vale como descrição do fato observado no momento da *vistoria*.

Quando o caso é considerado “simples”, ou seja, quando a situação do animal não é considerada grave pelos *fiscais*, cuja rápida ação do responsável pode prontamente reverter a situação, como dar banho no animal, ou providenciar um abrigo do tempo, por exemplo, então ocorre somente uma orientação à pessoa responsável pelo animal. Neste caso, além da orientação verbal feita pelo *fiscal* é também entregue a cartilha produzida pela Rede Animal em que constam os princípios da *Guarda Responsável*.

De acordo com o relato dos *fiscais*, e também do diretor do Departamento de Fauna, a maior parte das *denúncias* feitas ao número 156 são *vazias*, ou seja, não se referem a um caso em que há uma situação de *maus tratos* de fato, sendo na maioria das vezes, segundo a fala dos interlocutores, resultado de desentendimentos entre vizinhos. Esta explicação apareceu muitas vezes em diferentes conversas que tive com os *fiscais* e com o diretor a respeito das *vistorias* realizadas pela Rede Animal.

Quando é coisa que não é muito séria, por exemplo, um cachorrinho que está com a coleira muito curta nós aconselhamos a pessoa, damos um material explicativo pra ela, falamos por que ela foi denunciada, mas que é simples, basta ela resolver o problema. Às vezes a pessoa quer saber quem denunciou, nós não falamos, mas às vezes a pessoa sabe quem foi. ‘Ah, foi aquele meu vizinho desgraçado, que vive reclamando e tal.’ Isso acontece muito. (Eduardo, setembro de 2013).

Temos muitas denúncias que não procedem. Os fiscais chegam ao local para realizar a vistoria e encontram um cão em perfeitas condições. Por que isso acontece? Vou dar um exemplo hipotético: uma pessoa passa todos os dias no mesmo horário em frente a uma casa e nota que há um cachorro e que seus potes de água e de ração estão sempre vazios. Diariamente a pessoa passa e vê a mesma coisa, ela pode pensar que aquele cachorro não é alimentado e está sofrendo *maus tratos*, ela faz a denúncia no 156. No entanto, essa pessoa não sabe que aquele cachorro é bem cuidado pelo dono e que o motivo para o pote dele estar vazio em determinados momentos é porque ele tem hora certa para ganhar comida e se o pote ficar cheio de ração durante o dia, por exemplo, este alimento pode desencadear a atração de ratos para o local, o que pode até colocar a vida do cão em risco. Este é um exemplo de uma denúncia que seria vazia, os fiscais chegam lá e encontram um cachorro super bem cuidado.” (Diretor Alexander Biondo, junho de 2013).

O que fica saliente é que o combate aos *maus tratos* a animais possui diferentes desdobramentos. Não se trata apenas de combater atitudes consideradas violentas com os animais com o fim de protegê-los contra atentados sobre sua integridade física e psíquica; é também uma forma de modulação do modo como as pessoas concebem a relação com seus bichos. Quando uma *denúncia* é considerada *vazia* pelos *fiscais*, isto diz que a concepção relativa a *maus tratos* da pessoa que reportou o fato para a central 156 não foi atestada pelo *fiscal* porque não coincide com os parâmetros da fiscalização. Ou seja, *maus tratos* não é qualquer coisa. É preciso uma *educação* e *conscientização* a respeito das características que compõem uma situação de *maus tratos*, conforme a cartilha sobre *Guarda Responsável* da Rede Animal aponta. Do que é possível aferir que, ao mesmo tempo em que a prefeitura combate os *maus tratos*, ela também está criando o que esta ação pode ser. As pessoas precisam ser *educadas* sobre como agir em

relação aos seus animais, mas também sobre como não agir, e também sobre quando reclamar.

Durante as *vistorias*, quando os *fiscais* ponderam que o animal precisa de uma consulta clínica, Débora, a veterinária da Rede Animal é acionada para ir até o local e realizar o atendimento. Esta visita segue uma agenda de demandas, e geralmente ocorre na mesma semana da primeira *vistoria* realizada pelos *fiscais*. Se a partir desta avaliação, agora pautada no conhecimento da veterinária, for diagnosticada alguma mazela no animal, o responsável fica incumbido de reparar o dano, propiciando, se for o caso, atendimento veterinário particular para o animal e/ou a modificação do espaço em que vive o cão ou gato (a maioria dos casos reportados à Rede Animal diz respeito a cães e gatos). Após este prazo, que pode variar de caso para caso, os *fiscais* retornam ao local para verificar se os procedimentos foram realizados pelo responsável. Até então o caso está em aberto.

Quando os *fiscais* constatarem alguma situação considerada “mais grave”, ou quando é uma situação de reincidência, há dois passos seguidos: a *notificação* por *maus tratos*, e a *autuação*, se considerada pertinente pelo *fiscal*. Ao proprietário do animal é dado um prazo para que a situação seja contornada quando os *fiscais* entendem que é possível uma readequação da irregularidade apontada. Após o prazo a equipe retorna ao local e, se entenderem que é necessária, ocorre a aplicação de uma multa cujo valor pode variar de duzentos a duzentos mil reais<sup>76</sup>.

Estes procedimentos são respaldados legalmente pela Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98 que dispõe sobre sanções penais para condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, cujo artigo 32 prevê que o maltratar um animal é um crime que prevê penas de prisão e multa. São respaldados também pelas leis municipais

---

<sup>76</sup>A aplicação da multa está embasada na lei municipal 13.908/11. De acordo com o Artigo 5º da lei:

Art. 5º A pena de multa estabelecida será arbitrada pelo agente fiscalizador com base nos critérios definidos nesta Lei, no valor mínimo de R\$ 200,00 e valor máximo de R\$ 200.000,00.

§1º A pena de multa seguirá a seguinte graduação:

I – infração leve: de R\$ 200,00 a R\$ 2.000,00;

II- infração grave de R\$ 2.001,00 a R\$ 20.000,00;

III- infração muito grave: de R\$ 20.001,00 a R\$ 200.000,00;

Art. 6º Para arbitrar o valor da multa, o agente fiscalizador deverá observar:

I – a gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para a proteção animal;

II – os antecedentes do agente infrator, quanto ao cumprimento da legislação específica vigente;

III - a capacidade econômica do agente infrator;

13.908/11<sup>77</sup> contra *maus-tratos* e 13.914/11<sup>78</sup> que proíbe e disciplina o comércio de animais de estimação em Curitiba. Novamente aqui fica evidente o caráter subjetivo da “conduta técnica”.

Ao final do expediente, quando retornam à sede, os *fiscais* preenchem um protocolo a respeito das *vistorias* realizadas no dia, respondendo à central 156 sobre as procedências tomadas em cada caso. É possível que uma nova *vistoria* sobre um caso “já fechado” seja realizada se a pessoa que fez a *denúncia* não ficar satisfeita com o desfecho do evento, sendo nestes casos, encaminhada à Rede Animal uma reclamação (também via sistema de informática) solicitando uma nova visita ao local. Quando o caso é resolvido os papéis referentes a ele são arquivados em pastas nas gavetas, podendo ser consultadas quando o *fiscal* precisa retornar ao local.

Embora as *vistorias* pautem-se em etapas pré-definidas, como foi possível observar através dos modelos de fichas produzidos pelos fiscais como a *denúncia*, a *notificação* e *autuação*, e também possuam um respaldo legal através de leis que tratam especificamente da regularização do comércio de animais e de atos de *maus tratos*, os modos de proceder em cada caso específico esbarram em situações que fazem aparecer os limites de uma possível transposição fiel da norma para a prática. A qualidade de *maus tratos* passa pelo crivo do *fiscal* que avalia o caso, ainda que exista um parâmetro bem explicitado do que pode ser enquadrado como tal ou não. De acordo com o *fiscal* Eduardo, é preciso que o *fiscal* tenha certa postura, “fiscal tem que ter um perfil, uma postura de comando, expor a vontade”.

A adesão de cada funcionário em relação ao trabalho que desenvolve permite visualizar singularidades pessoais que colocam em xeque a aplicação de uma teoria mais geral relativa à burocracia sobre o mundo vivido. Para Eduardo, a percepção sobre a definição de *maus tratos* parece ampliar-se na medida em que seu cotidiano de trabalho permite conhecer diferentes situações a respeito dos modos como as pessoas

---

<sup>77</sup> A lei 13.908/11 define os critérios para avaliação de *maus-tratos*, entendidos como “qualquer ação decorrente de imprudência, imperícia ou ato voluntário e intencional, que atente contra sua saúde e necessidades naturais, físicas e mentais.” (Art. 2º) Nos 22 incisos que o Artigo 2º possui são discriminadas as práticas consideradas abusivas, entre estas: abandonar o animal, castigá-los física ou mentalmente, obrigá-los a trabalhos excessivos, entre outros.

<sup>78</sup> A lei 13.914/11 proíbe a criação de animais para comercialização na cidade, regulariza também o comércio de animais de estimação e define quais são eles: “cães, gatos, coelhos, roedores de forma em geral e outros animais exóticos ou domésticos reproduzidos com o fim específico de comercialização” Animais apenas podem ser comercializados em estabelecimentos que possuam alvará de funcionamento e estejam regularizados perante a prefeitura. Além disso, segundo a lei, é preciso que o estabelecimento mantenha um registro dos animais comercializados com os “respectivos números de cadastro do microchip no Sistema de Identificação Animal da Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba” (Art. 6º).

tratam seus animais de estimação, transcrevo parte de sua fala a respeito das diferentes situações que encontra na rotina de fiscalização:

Não dá pra ver igual o rico e o pobre. Tem a questão da classe social nisso tudo, não dá pra separar. É complicado, é preciso balancear o olhar. Como você chega numa periferia e diz que está ali para cuidar dos cachorros? E as crianças? Às vezes você chega numa casa em que tem um cachorro sofrendo algum tipo de abuso, mas daí você olha e percebe que o cachorro é só um detalhe, que ali têm vários outros problemas, isso é complicado.

Segundo o relato é preciso que o *fiscal* seja capaz de “balancear o olhar” e ponderar cada caso de acordo as especificidades particulares das situações em questão.

Cada *denúncia* que é impressa pelos *fiscais* pode ter desdobramentos que ultrapassam a rotina estipulada de trabalho: imprimir os documentos, ir até os locais, averiguar a situação, *notificar* e aplicar multa se necessário, retornar à Rede Animal e processar os dados referentes às *vistorias* do dia. Há casos em que a conduta particular do fiscal modifica completamente o andamento e o desfecho da *denúncia*, exemplifico com um caso ocorrido em setembro de 2013, que teve um final inusitado. Descrevo-o a seguir.

A situação muito precária de um cavalo foi reportada a central 156. O cavalo encontrava-se extremamente abatido e magro, aparentemente abandonado em um terreno baldio num bairro de Curitiba. As fiscais Valéria e Sônia foram até o local e confirmaram a situação. O cavalo estava, segundo Sônia, visivelmente mal cuidado, precisando de cuidados veterinários, entretanto, ao chegarem as *fiscais* não encontraram o responsável pelo animal, tampouco alguém responsável pelo terreno, não podendo assim, realizarem uma *notificação* e a aplicação de multa. Incomodada com a situação dias após o ocorrido, Sônia por horas durante uma tarde dedicou-se na sala da Rede Animal para encontrar algum responsável pelo cavalo. “Essa história não sai da minha cabeça, a situação daquele cavalo estava horrível, muito triste”, me relatou ela. Possuindo apenas o endereço do terreno, em um dos computadores da sala, Sônia procurou no site *Google Maps* as imagens do terreno feitas por satélite através da opção *Street View*. Ao identificar o terreno, a fiscal notou que ali havia um *outdoor* e em uma de suas extremidades uma pequena placa com o número de telefone da empresa que o instalara no local. Ao entrar em contato com a empresa obteve informações a respeito da pessoa responsável pelo terreno que o alugou para a empresa de propaganda, tratava-se de uma mulher que não residia em Curitiba e que ficou surpresa, segundo a

funcionária, ao saber da situação em que seu cavalo se encontrava, já que ele estaria sob o cuidado de “terceiros”. A responsável prontificou-se em reverter a situação de abandono e poucos cuidados em que o cavalo se encontrava. Ao término da ligação, com o caso resolvido, Sônia comemorou, falou que havia “feito a coisa como no CSI<sup>79</sup>”, que ela foi atrás, colocou no *Google*, pesquisou e encontrou o responsável. “Isso aqui está igual ao CSI” falava Sônia muito animada.

A experiência das *vistorias* passa pela norma, mas também pela subjetividade de cada *fiscal*. O que conta como higiene adequada, como *bem-estar* e até como *maus-tratos* pode ser contingente. Todo o processo de *fiscalização* está vinculado e depende da conjunção de uma experiência anterior dos *fiscais*, do seu conhecimento *técnico* propriamente dito, mas também de uma sensibilidade dos sentidos. Não há política sem pessoas e estas são sempre singulares, o que imprime particularidades no modo como a gestão pública acontece, o que nos permite vislumbrar que não há um modelo pronto a ser aplicado. É possível destacar, portanto, o quanto a *técnica* está imbuída da percepção, sensibilidade e conhecimento práticos dos *fiscais*, construído pela experiência com os próprios animais. O conceito de “percepção” e “engajamento” de Ingold, tratado em “The Perception of the Environment” (2000), permite pensar sobre o modo como os funcionários realizam a *vistoria*, que é pautada principalmente pelo “olhar” do fiscal, cuja avaliação depende da observação do aspecto do animal, conforme a frase da fiscal Valéria salienta: “você vê no cachorro se ele está bem ou não”. Para Ingold, a percepção é constituída a partir do engajamento do sujeito no mundo, estando, dessa forma, relacionada à experiência vivida. É, portanto, “desde sua condição corporal de habitar este mundo e ser afetado por ele que pode experienciar o mundo.” (CARVALHO e STEIL, 2012:64). Perceber o mundo à volta, dessa forma, não se descola da própria constituição da percepção, enquanto um “engajamento ativo e exploratório da pessoa inteira, corpo e mente indissolúveis, num ambiente ricamente estruturado.” (INGOLD, 2008:2). O autor, com base na fenomenologia de Merleau-Ponty, acena para a recusa em estabelecer um limite de demarcação entre “preceptor” e “percebido” (INGOLD, 2000:258). No caso dos *fiscais* da Rede Animal, a narrativa que decorre da observação (transposta na forma de uma série de formulários, demonstrados acima) é constituída a partir do entrelaçamento da experiência do *fiscal* a partir do

---

<sup>79</sup> CSI é a sigla para “Crime Scene Investigation”, que é o nome de uma série norte americana criada em 2000, cujo tema central são investigações sobre mortes em situações incomuns realizadas por um grupo de cientistas forenses do departamento de criminalística da polícia de Las Vegas. No Brasil a série é veiculada pelos canais a cabo Sony e AXN e pela emissora Record na televisão aberta.

próprio encontro com o animal. Os animais, neste aspecto, não são apenas objeto de ações e relações com seres humanos, mas de algum modo também participam como agentes.

### 2.3 Quem cuida *castra*

Vista como um “ato de amor” por muitos veterinários e elencada como um dos itens da *Guarda Responsável*, a *castração*<sup>80</sup> tem sido fortemente propagada através de campanhas da Prefeitura de Curitiba como um meio de evitar possíveis problemas de saúde no cão ou gato, como o aparecimento de tumores, além de ser considerada responsável por tornar o animal “mais dócil” (no caso dos machos é recorrente a explicação de que a retirada dos testículos faz com que os níveis do hormônio testosterona caiam fazendo com que o comportamento do animal se torne mais manso). De acordo com a cartilha impressa da Rede Animal, a *castração* possui várias vantagens para os animais e também para os humanos: os cachorros ou gatos “continuam guardiões de seu território; tornam-se mais calmos; os machos deixam de fugir atrás de fêmeas no cio; deixam de miar ou uivar excessivamente; a esterilização previne as doenças do aparelho reprodutivo dos machos e das fêmeas e pode aumentar o tempo de vida dos animais”<sup>81</sup>.

A campanha de *castração* da prefeitura é fruto de um decreto assinado em 2010 pelo prefeito Luciano Ducci, cuja previsão era a de que seis mil cães pertencentes a “famílias de baixa renda” fossem esterilizados gratuitamente no prazo de um ano. O valor investido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente para a campanha foi de um milhão e duzentos mil reais com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, cabendo à Rede de Proteção Animal promover o Programa de Controle Populacional de Cães, que é como o projeto é chamado. A campanha, deste modo, é direcionada a um

---

<sup>80</sup> A *castração*, ou esterilização, é um método cirúrgico realizado para impedir a reprodução do animal. No caso dos machos o procedimento, também conhecido como orquiectomia consiste na retirada dos testículos, nas fêmeas a castração ou a ovariosterectomia é feita através de uma incisão no abdômen para a remoção dos ovários e útero, demanda mais tempo por ser mais trabalhosa. A cirurgia é realizada por veterinários e é feita com anestesia geral. É um procedimento considerado rápido e que não exige que o animal fique internado.

<sup>81</sup> Enquanto que os benefícios para a castração do cão macho são geralmente associados ao âmbito do comportamento, como a diminuição do “nervosismo” comumente de um comportamento balizado por altos níveis de testosterona, no caso das fêmeas os benefícios costumam ser vinculados à perda da capacidade de gestação, evitando o aumento de sua população, o que, vale dizer, é um fator considerado benéfico apenas do ponto de vista humano.

grupo específico de cachorros e de pessoas consideradas em “situação vulnerável”<sup>82</sup> que têm cachorros:<sup>83</sup> famílias que possuem cadastro na Fundação de Ação Social (FAS), ou que moram em reassentamentos da COHAB<sup>84</sup>, ou ainda que compram no Armazém da Família<sup>85</sup>. É possível também que famílias possam entrar no programa através de solicitação junto a um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)<sup>86</sup> regional, ou ainda durante os “Mutirões de castração” promovidos pela Rede Animal.

Ainda que o procedimento não esteja disponível para todas as pessoas que possuem cachorros, durante o tempo em que frequentei a Rede Animal muitas pessoas telefonavam para lá buscando informações a respeito do programa. Os funcionários, muitas vezes um tanto irritados pela quantidade de telefonemas, explicavam cada vez ao telefone sobre as restrições do projeto. Por vezes, dependendo do funcionário que atendia a ligação, eram repassadas algumas informações referentes a serviços de clínicas veterinárias que cobravam menos que outras para realização particular da cirurgia de castração.<sup>87</sup>

São três etapas que compõem todo o processo de *castração* dos cães das pessoas que “têm o perfil” adequado para entrar no programa. A primeira é a realização de um *cadastro* realizado em diferentes lugares em que ocorrem os eventos promovidos pela Rede Animal, como as *Feiras de Adoção*, mas geralmente é feito pela Rede Animal nos CRAS de Curitiba. Neste cadastro constam os dados do proprietário<sup>88</sup> e do animal, respectivamente: o nome, sexo, filiação, número de RG e CPF, endereço residencial e forma de inclusão no programa (FAS, COHAB, ou outros) e as informações referentes ao animal, seu nome, sua idade, sexo, raça, vacinas recebidas e estado de saúde. São

---

<sup>82</sup> Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de acordo com o site da prefeitura de Curitiba “são unidades de execução dos serviços de proteção social básica, destinados à população em situação de vulnerabilidade social”. “Situação vulnerável” é uma expressão empregada pela CRAS, usada também pela Rede Animal para se referir às pessoas em potencial a serem abarcadas pelo programa.

<sup>83</sup> A campanha é destinada somente a cachorros. As razões baseiam-se no fato de que a população de cachorros nas ruas é maior que a população de gatos, sendo que diminuir o número de cães abandonados seria mais urgente que diminuir o número de gatos.

<sup>84</sup> COHAB é a sigla para Companhia de Habitação Popular.

<sup>85</sup> Armazém da Família “é um programa Social que oferece à população com renda máxima familiar de 03 salários mínimos e meio, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, a preços em média 30% menores que os do mercado e atende às entidades sociais habilitadas pela Fundação de Ação Social”.  
Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/armazem-da-familia-e-mercado-da-familia/42>. Acesso em 10/09/14.

<sup>86</sup> A Rede Animal promove nos CRAS os chamados *mutirões*, em que as pessoas residentes da região do CRAS em questão vão até o local para passar por uma *triagem* ou para fazer o cadastro.

<sup>87</sup> Há no site da Rede Animal informações a respeito dos requisitos para participar do programa bem como a informação de que existem ONGs e clínicas que realizam o procedimento com preços mais acessíveis e que maiores informações podem ser obtidas através do número de telefone da Rede Animal.

<sup>88</sup> *Tutor* é o termo usado pelos funcionários da Rede Animal para designar aquele que é responsável pelo animal.

estes dados que vinculam a pessoa a seu animal e ambos ao programa da Prefeitura. Segue o modelo do cadastro.

  
 CURITIBA

CAMPANHA DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS  
 FICHA CADASTRAL - PROPRIETÁRIOS

Data do cadastro: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ CADASTRO Nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ ( ) Homem ( ) Mulher  
 Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

Forma de inclusão:  
 ( ) FAS: \_\_\_\_\_  
 ( ) COHAB: \_\_\_\_\_  
 ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Possui transporte próprio para levar os animais até a clínica? ( ) Sim ( ) Não

Preencher número total de animais independente de quantos pretende-se castrar:  
 Número total de cães: ( ) machos ( ) fêmeas  
 Número total de gatos: ( ) machos ( ) fêmeas  
 O animais têm acesso a rua? ( ) Sim, Com guia e coleira ( ) Sim, sem guia e coleira ( ) Não

**Cadastrar somente cães, preferencialmente fêmeas, de até 7 anos.**

**A - Nome do animal:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) macho ( ) fêmea  
**Raça:** \_\_\_\_\_ **Porte:** ( ) pequeno ( ) médio ( ) grande  
 Última vacina múltipla aplicada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Última vacina anti-rábica aplicada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Animal está com algum problema de saúde? ( ) Não ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_

**B - Nome do animal:** \_\_\_\_\_ **Idade:** \_\_\_\_\_ **Sexo:** ( ) macho ( ) fêmea  
**Raça:** \_\_\_\_\_ **Porte:** ( ) pequeno ( ) médio ( ) grande  
 Última vacina múltipla aplicada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Última vacina anti-rábica aplicada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Animal está com algum problema de saúde? ( ) Não ( ) Sim, qual? \_\_\_\_\_  
 Último cio em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Aplica injeção de hormônio? ( ) Não ( ) Sim, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

FIGURA 12: Modelo do Cadastro proprietário-programa de castração.

Além de dados específicos sobre o proprietário e também sobre características relacionadas à saúde do animal, um item chama atenção: a indagação referente à possibilidade do animal acessar a rua. Para a Rede Animal este é um dado relevante, que, para além de simplesmente informar sobre o hábito do *tutor* em ser conivente ou

não em relação a potenciais “passeios” do cachorro pelas ruas, implica na consideração de que a *castração* é ainda mais necessária, uma vez que cachorros soltos são considerados como um fator problemático para a contenção de novas ninhadas. Se, como aponta Kulick (2009), animais de estimação gordos em alguns casos podem ser considerados como um problema social, no contexto de Curitiba, cachorros andando sozinhos pelas ruas também. A preferência no cadastramento de fêmeas segue a mesma lógica: são elas que ficam prenhes.

É através destas primeiras informações colhidas a respeito da pessoa e do animal que a funcionária Paula<sup>89</sup>, responsável pelo andamento do programa, organiza a segunda etapa do processo: a *triagem* dos animais. Paula procura organizar estas *vistorias* “por regionais”, ou seja, telefona para cada pessoa já cadastrada para que elas, juntamente de seus cães, se dirijam na data e horário especificado por Paula ao CRAS referente ao bairro onde será realizada a *triagem*.

Durante esta etapa, as pessoas e os respectivos cachorros são organizados pelos funcionários da Rede Animal em filas e vão sendo atendidos conforme a ordem de chegada. O trabalho é realizado por veterinários da Rede Animal que, usando jalecos brancos e luvas descartáveis, checam as condições físicas do animal para avaliar a aptidão para a cirurgia. A ação consiste num exame físico do cão que se baseia na aferição de sua frequência cardíaca através de um aparelho específico, a verificação das mucosas e da pele, e do toque na região abdominal para descobrir possíveis nódulos ou inchaços considerados anormais. Além desta etapa, os donos são inqueridos sobre o “histórico” do cachorro, relacionado a doenças e a hábitos. Estas informações sobre o estado do cachorro que os proprietários passam aos veterinários no momento da consulta são consideradas importantes e são repassadas, juntamente com as informações averiguadas através do exame físico para outro documento. Este documento é preenchido pelo funcionário da Rede Animal com o nome do responsável pelo animal e com a descrição mais detalhada sobre o estado de saúde do cachorro, seguida da assinatura do dono que atesta, dessa maneira, sua ciência sobre o procedimento cirúrgico a ser realizado, e da assinatura do funcionário da Rede Animal, firmando assim uma “parceria” entre a Prefeitura e o cidadão a respeito do procedimento a ser realizado no animal.

---

<sup>89</sup> Paula, com graduação em Pedagogia, possui um cargo administrativo e trabalha na Rede Animal desde maio de 2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL



CADASTRO Nº: \_\_\_\_\_ Nº MICROCHIP: \_\_\_\_\_

Nome do proprietário: \_\_\_\_\_

Nome do animal: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Espécie:  canina  felina Sexo:  macho  fêmea

Raça: \_\_\_\_\_ Pelagem: \_\_\_\_\_ Peso aproximado: \_\_\_\_\_

Última: vacina múltipla \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ vacina antirrábica \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ vermífugo \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Apresentou carteirinha de vacinação com assinatura do MV?  Sim  Não

Data do último cio: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Pode ter cruzado?  Não  Sim, quando? \_\_\_\_\_

Aplica hormônio?  Não  Sim - última aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Condição Corporal:  Caquético  Magro  Normal  Gordo  Obeso

Lesão de pele: \_\_\_\_\_

Mucosas: \_\_\_\_\_ Linfonodos: \_\_\_\_\_

Dor à palpação abdominal?  Não  Sim

Apresentou alguma doença recentemente?  Não  Sim, qual? \_\_\_\_\_

Encaminhar para clínica? :  SIM  SIM, COM RESTRIÇÕES  NÃO

Obs.: \_\_\_\_\_

#### DECLARAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, responsável pelo animal de nome \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que todas as informações a mim questionadas foram respondidas com total veracidade e que meu animal atende aos requisitos impostos no decreto municipal 2.035 de dezembro de 2012. Quaisquer mudanças referentes aos dados informados deverão ser remetidas em imediato a Rede de Defesa e Proteção Animal. Declaro também que recebi por escrito e verbalmente as orientações referentes aos cuidados que deverei ter no pré e pós operatório da cirurgia de castração de meu animal e comprometo-me a segui-las. Estou ciente de que o procedimento cirúrgico (castração) somente será realizado em meu animal após avaliação clínica e parecer favorável do médico veterinário designado para este fim e comprometo-me a leva-lo até a clínica indicada no dia e hora agendados previamente pela Rede de Defesa e Proteção Animal.

Assinatura do responsável RDPA \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo animal \_\_\_\_\_

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Castração agendada para: ____/____/____ Local: _____ Compareceu: ( ) Sim ( ) Não Observações _____ _____
--

FIGURA 13: Modelo Declaração do proprietário- Programa de Castração.

Se ao proprietário do animal é necessário que se encaixe nos requisitos de estabelecidos pela Prefeitura através do decreto que institui a campanha de *castração*,

(utilizar os serviços da FAS, COHAB, Armazém da Família), há também ao animal algumas condições. Para que o cachorro possa se tornar um candidato apto para a castração é preciso que esteja com as vacinas em dia, quando não estão -o que é muito comum nos casos observados, uma vez que a maioria das pessoas presentes nas *triagens* possui mais de um cachorro e consideram alto o preço por cada vacina- é preciso que o proprietário leve seu animal para vacinar em alguma das clínicas veterinárias<sup>90</sup> cadastradas juntas à prefeitura, sendo possível, nestes casos, que seja cobrado ao proprietário somente a metade do preço<sup>91</sup> pela aplicação das vacinas usualmente cobradas em clínicas veterinárias particulares. Vinte dias após a aplicação da vacina – quando é necessária – o cachorro é considerado apto para passar pela *castração*.

Além das vacinas, é também preciso que o cachorro esteja em “boas condições de saúde”, avaliadas a partir dos critérios dos veterinários que realizam a *triagem*. A condição física do cachorro é o principal item verificado, e é importante que o cão não seja idoso e nem esteja doente. O item referente à condição corporal é interessante já que se trata de uma classificação que organiza a existência física do animal através de quatro parâmetros que remetem a um vocabulário, no mínimo alarmista, sobre o peso dos cachorros: “caquético”, “magro”, “normal” e “obeso”. Don Kullick (2009), ao refletir sobre o deslizamento no uso de adjetivos para designar o porte físico de animais de estimação considerados obesos, aponta que a crescente preocupação, inclusive de diferentes governos, em relação a obesidade dos pets evidencia uma possível dissolução da fronteira entre espécies. Ao adjetivar os cachorros como “caquéticos” ou “obesos”, a Rede Animal promove uma continuidade entre características estéticas comumente usadas para designar aspectos humanos, considerados depreciativos, e características físicas do cachorro.

Após a *triagem* a equipe de veterinários emite o “ok” para Paula que verifica a disponibilidade de agenda das clínicas cadastradas, – para cada caso é escolhida a clínica mais próxima da residência do responsável pelo animal - agenda o procedimento e através do telefone avisa o *tutor* sobre o dia e o horário que a consulta foi marcada. Após todas estas etapas o cachorro está vacinado, *microchipado* e *castrado*.

---

<sup>90</sup> Através de uma licitação três clínicas veterinárias entraram neste projeto para realizar as castrações, localizadas respectivamente nos bairros Jardim das Américas, Campina do Siqueira e Fanny. Após a *triagem* o responsável e seu animal são destinados à clínica mais próxima de sua residência. Estas clínicas obedeciam às exigências impostas pela prefeitura para entrarem no projeto, como possuir uma estrutura clínica que comporta procedimentos cirúrgicos além de estarem em dia com as documentações referentes ao estabelecimento comercial.

<sup>91</sup> No valor de trinta reais que era o valor no mês de agosto de 2013, referente à metade do preço das duas vacinas aplicadas. (a vacina múltipla e a anti-rábica).

A meta do programa previa que ocorressem em torno de duzentas *castrações* por semana, o processo, no entanto, encontrou algumas dificuldades de aplicação. Como apontou a funcionária Paula em uma conversa que tivemos em agosto de 2013:

É preciso que o projeto seja ajustado, porque até agora poucos cães foram castrados. É muito empecilho que surge: as pessoas têm a renda muito baixa, muito baixa mesmo, como vão fazer pra pagar a vacina dos cachorros? Geralmente elas têm mais de um cachorro, trinta reais vezes quatro cachorros, por exemplo, sai 120 reais. Acaba ficando caro. E depois, como transportar estes bichos de casa até as clínicas? Estas pessoas não têm como. Então estamos vendo de fornecer pelo menos as vacinas para aqueles que realmente não têm como pagar. Vamos ter que ir ajustando (o programa) à realidade aos poucos.

A fala de Paula evidencia uma realidade, de certa forma comum a outros serviços públicos: uma política pública voltada justamente para camadas populares, mas que impõe condições inalcançáveis aos seus destinatários. Esta situação permite uma reflexão acerca da própria ideia da política pública enquanto algo que simplesmente é criado e aplicado de forma análoga independentemente do contexto. Porém, ao conceber as políticas públicas enquanto categoria problematizável, então é possível sustentar que elas não são instrumentos “objetivos” que apenas são implementados, mas que sua própria efetivação-ou não- também cria o que elas podem ser. No caso exposto por Paula, a dificuldade encontrada para realizar a operação de *castração* em determinados cachorros, altera o que inicialmente estava previsto na campanha, sendo preciso que Paula mobilizasse outras estratégias para incluir pessoas e cachorros na agenda das *castrações*: vacinas a preços mais viáveis, carros de transporte, alguém que se disponibilizasse a transportar os animais entre as clínicas e as residências, por exemplo. Ou seja, não são apenas novos corpos que estão sendo produzidos através da incisão de microchips e *castração*, mas também estão sendo produzidas políticas públicas para cachorros com qualidades contextuais.

### **2.3.1 Alcançando “outros” cachorros: o Projeto *CãoComunitário***

A castração realizada através da Rede Animal é efetuada também em outros cães que não aqueles das pessoas com o “perfil”, mas igualmente considerados cães em *situação de risco*: são os cães do projeto *CãoComunitário*. Trata-se de um projeto de pesquisa do Departamento de Fauna vinculado à agência de fomento à pesquisa do governo estadual Fundação Araucária, que tem como foco a “estratégia de manejo e

controle populacional de cães residentes em locais públicos de grande circulação de pessoas e veículos.” O *CãoComunitário*, de acordo com a Rede Animal “é aquele que, apesar de não ter um proprietário definido e único, estabelece com a população do local onde vive vínculos de dependência e manutenção.” O projeto foi iniciado em junho de 2013 e para ele foi destinada uma verba de duzentos mil reais para cobrir as *castrações*, a *microchipagem*, os medicamentos utilizados os exames laboratoriais<sup>92</sup> realizados a partir de amostras de sangue dos cães que fazem parte projeto. Segundo o funcionário Erico<sup>93</sup>, o responsável pelo projeto, o objetivo consistia no monitoramento dos cães que viviam nos terminais de ônibus de Curitiba para entender a dinâmica de circulação destes cães. De acordo com Erico:

Ao que parece são os mesmos cachorros que se estabelecem nestes locais (terminais de ônibus), e, por terem um comportamento bastante territorialista não deixam que outros cachorros se aproximem. Sabemos que não é o ambiente ideal para eles viverem, é um lugar que tem muitos ônibus passando a todo o momento, mas eles (os cachorros) se estabelecem ali porque encontram comida, água e abrigo. Uma vez que é muito difícil evitar a presença destes cães nestes locais, surgiu essa ideia de monitorar, pensando que ao serem castrados, por exemplo, evitamos que eles se acumulem. Era muito comum que chamassem a prefeitura por causa de fêmeas parindo nos terminais, elas adoram parir embaixo das plataformas de ônibus. Então agora castramos, assim, outra coisa que esperamos, além do controle populacional, é evitar acidentes nestes locais porque se uma fêmea está no cio ela atrairá vários cachorros em volta dela, existirão aglomerações de cães. Então já existia a demanda para que a prefeitura resolvesse essa questão dos cachorros nos terminais de ônibus, mesmo porque são lugares de grande visibilidade, passa muita gente por eles todos os dias, então a situação dos cães nos terminais era mais evidente, que de outros cães soltos em outros lugares.

O trecho evidencia uma face muito interessante: os cachorros escolhem espaços da cidade que lhes parecem mais convenientes e confortáveis, não estão “na rua” de qualquer maneira.

O projeto contou com o trabalho de uma equipe formada por funcionários e estudantes ligados à Rede Animal e consistiu em três partes. Na primeira foi realizada uma *triagem*, feita entre os meses de fevereiro e março de 2013, cujo objetivo foi o de fazer um levantamento dos cães que habitavam os terminais de ônibus de Curitiba e identificar se estes cães possuíam um *perfil comunitário*, que quer dizer: cão não agressivo e que “já morava no terminal”. Ou seja, para o cão “entrar” no projeto era

---

<sup>92</sup> Estes exames são realizados por um laboratório clínico veterinário licitado.

<sup>93</sup> Erico trabalha na Rede Animal como zootecnista desde maio de 2012.

preciso que ele possuísse um perfil (que inclui também certa relação com o responsável ou, como é chamado pelo projeto, com o *mantenedor*). Complementou Erico:

Várias vezes chegávamos a um terminal e, conversando com alguns funcionários era comum ouvir: eu não gosto deste cachorro, mas tem não sei quem aqui que cuida. Então esta triagem inicial buscou identificar o cachorro com o perfil comunitário e também a comunidade com o perfil, uma vez que só entraram no projeto os cães que tinham alguém que se responsabilizasse por eles, o mantenedor. O terminal do Boqueirão, por exemplo, não entrou porque ninguém lá sabia os nomes dos cachorros que circulam e até moram por lá.

A partir desta fala de Erico é possível notar que o cão precisa estar integrado a uma rede de relações com pessoas, ter nome como atributo que atesta que tem endereço fixo e relações. Os cães que não possuem nada disso não foram abarcados pelo programa. Cães sozinhos nas ruas podem ser recolhidos pelo CCZV, que até 2005, conforme já citado anteriormente, realizava a morte induzida nos cães recolhidos<sup>94</sup>.

Para realizar o projeto *CãoComunitário* foi criada a figura do *mantenedor* ou *cuidador*, que segundo a Rede Animal “são pessoas comprometidas com os cães comunitários, conhecem e gostam desses cães.” Através de conversas com os funcionários dos terminais a equipe pôde conhecer um pouco da rotina do ambiente e também se havia alguma pessoa no local disposta a se responsabilizar pelos cães. Na maioria dos terminais já existia uma pessoa, ou mais, que despendiam algum tempo no cuidado dos cães, esta pessoa era geralmente algum funcionário do terminal ou algum morador das proximidades e que possuía afeição pelos cães que no espaço conviviam. Ao passo que esta pessoa concordava em se responsabilizar pelos cães, passava a ser designada pela Rede Animal como *mantenedor* ou *cuidador*. Através de um *cadastro* estas pessoas oficializaram a parceria com a prefeitura, em que concordavam em “garantir que o animal diariamente tenha água, alimento, dar carinho, recolher seus dejetos e comunicar a Rede de Defesa e Proteção Animal quaisquer problemas relacionados ao cão comunitário”.

---

<sup>94</sup> Atualmente os cães recolhidos pelo CCZV são vacinados nestes locais e disponibilizados para a adoção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL



CADASTRO DO CUIDADOR \*

Nº CADASTRO: \_\_\_\_\_

TERMINAL: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

DATA NASC.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

TELEFONE CELULAR: \_\_\_\_\_

TEL.RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMERCIAL: \_\_\_\_\_

TELEFONE COMERCIAL: \_\_\_\_\_

NOME DA MÃE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

CÃO: \_\_\_\_\_

CÃO: \_\_\_\_\_


\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* Esses dados são confidenciais, sendo armazenados em arquivo da prefeitura com a finalidade de cadastramento e oficialização da parceria no projeto Cão comunitário, sendo utilizados apenas para fins relacionados aos cães comunitários.

Atenciosamente,  
Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba.

FIGURA 14: Modelo do cadastro do cuidador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
REDE DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL



Nº CADASTRO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_

MICROCHIP: \_\_\_\_\_

NOME CÃES: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

NOME MANTENEDOR: \_\_\_\_\_

TERMINAL: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, responsabilizo-me pelos cuidados com cão comunitário, atesto que foi castrado, microchipado, vacinado contra raiva e doenças espécie-específicas e também recebeu controle de endo e ectoparasitas e a respectiva carteira de vacinação em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_; comprometo-me a cumprir as orientações recebidas para o bem-estar deste cão e notificar a Rede de Defesa e Proteção Animal de Curitiba sobre qualquer acometimento de saúde do animal.

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Cão Comunitário

FIGURA 15: Modelo do termo de responsabilidade do cuidador.

“A prefeitura não tem pernas nem olhos para estar nos terminais todos os dias, então o mantenedor é fundamental” esclarece Erico, sobre a importância da parceria realizada com os *mantenedores*.

Ao todo quarenta e três cachorros de doze terminais de ônibus entraram no projeto, no entanto, existem mais cachorros vivendo em outros terminais que não foram contabilizados. Todos os cachorros que entraram no projeto já haviam sido “batizados” com nomes próprios, sendo conhecidos por várias pessoas que frequentavam os terminais. A seguir trago a lista dos cachorros com seus respectivos nomes, o terminal onde viviam, o sexo, se já havia sido *castrado* ou não, o nome do *mantenedor* e se, após o *manejo* realizado, permanecia vivendo no terminal ou não.

Nº	Nome	Local	Sexo	Cadastro	Mantenedor	Obs.
01	Corintiano	Bairro ALto	M	SIM	Chico	Adotado
02	Orelha Torta		F	SIM		
03	Polaco/Amarelinho		M	SIM		
04	Preta		F	SIM		
05	Irina	Barreirinha	F	SIM	Pedro e Neusa	
06	Max		M	SIM		
07	Max Jr.		M	SIM		
08	Zóinho		M	SIM		
09	Carminha		F	SIM		
10	Véio		M	SIM		Idoso
11	Neguinho		M	SIM		
12	Charmosa	Capão Raso	F	SIM	Mari	
13	Princesa		F	SIM		Óbito
14	Amigão		M	SIM		Adotado
15	Nibi	Campo Comprido	F	SIM	Valdecir e Edgar	
16	Roberval		M	SIM		
17	Peluda	Centenário	M	SIM	Olavo	
18	Negão			SIM		
19	Jack			SIM		Adotado
20	Chulé	Fazendinha	M	SIM	Jorge	
21	Negão/Cascão		M	SIM		Óbito
22	Alemão		M	SIM		
23	Petrúquio		M	SIM		Adotado
24	Bolinha	Hauer	F	SIM	Dona Cida	Adotado
25	Pitoca/Totoca		F	SIM		Adotado
26	Pintado	Pinheirinho	M	SIM	Gelza e Laércio	
27	Carçudo		M	SIM		
28	Preta		F	SIM		
29	Pitoco		M	SIM		Desaparecido
30	Baixinho/Zé Pequeno		M	SIM		
31	Totó	Portão	M	SIM	Rocio e Fernanda	
32	Princesa		F	SIM		
33	Pitoco	Vila Oficinas	M	SIM	Altevir	Adotado
34	Nero		M	SIM		Desaparecido
35	Polaca		F	SIM		Adotado
36	Vermelha		F	SIM		Desaparecido
37	Ursa/Polaca	Santa Felicidade	F	SIM	Luciana	Adotada
38	Baixinho/Papudo		M	SIM		Adotado

39	Benato/Cabeção		M	SIM		
40	Magrão/Morto		M	SIM		
41	Diana		F	SIM		
42	Gordo		M	SIM		
43	Branco	Sítio Cercado	M	SIM	Elizabete	

FIGURA 16: Modelo da tabela da Rede Animal com os nomes dos cães que moram nos terminais de ônibus de Curitiba.

Interessante observar que a maioria dos nomes dos cachorros alude a características físicas destes animais (Orelha Torta, Gordo, Magrão, Pintado, Baixinho, Vermelha, Cabeção, entre outros), sendo que também são utilizados nomes comumente usados para nomeação de pessoas (Diana, Roberval, Jack, Max Jr., por exemplo). A nomeação destes animais os introduz num modo de relação especificamente humano em que passam a ter um status individualizado, nomeados podem ser distinguidos do grupo, da espécie, ganhando “feições” humanas. Alguns nomes próprios, usualmente atribuídos também a pessoas, usados para nomear os cachorros é um aspecto que, segundo Digard (1999) aponta para a diluição de fronteiras e identidades entre humanos e animais. O *CãoComunitário* particularizado pelo desígnio de um nome próprio passa a ter um registro e já não é mais um cão “errante”, “abandonado”.

Após o levantamento de informações sobre os cachorros dos terminais e a realização dos cadastros com os *mantenedores*, a segunda etapa do projeto consistiu num conjunto de ações promovidas sobre o corpo daqueles animais, chamadas de *manejo* pela equipe da Rede Animal. *Manejo* é um termo oriundo da área da Zootecnia, voltada para a criação e produção de animais para o mercado e refere-se a ação de lidar com o animal a partir de um conjunto de métodos empregados, geralmente em rebanhos<sup>95</sup>. No caso do projeto *CãoComunitário*, o *manejo* referiu-se ao tratamento dos cães pela equipe, composta por um zootecnista (Erico) e estudantes de veterinária, que ministraram vacinas anti-rábicas e vermífugos nos cães, produtos contra pulgas e carrapatos, realizaram aplicações de microchips e também recolheram amostras de sangue dos cachorros para análise laboratorial. Após vinte e um dias da data de aplicação da vacina o cão estava pronto, do ponto de vista do veterinário, para a terceira fase do projeto, a *castração*. Esta janela de tempo entre a aplicação da vacina e a realização da *castração* é necessária, de acordo com a explicação de veterinários, para

<sup>95</sup> Fonte: <http://inseminacaoartificial.com.br/manejo.htm>. Acesso em 30/10/14.

que a saúde do cão não seja prejudicada no momento da cirurgia por conta de algum tipo de reação fisiológica que possa aparecer devido às interações medicamentosas.

Os cães eram então levados a uma das três clínicas aptas pela prefeitura a realizar os procedimentos de *castração*. Após a cirurgia recomenda-se que o animal fique sob os cuidados de uma pessoa durante sete dias para receber antibióticos e anti-inflamatórios, além de curativos no local da cirurgia, de modo que era preciso realocar os cães dos terminais no processo pós cirúrgico. Uma sala no pátio do Departamento de Fauna foi improvisada para que pudesse receber estes cães.

Numa pequena sala que parecia ser um pequeno depósito de materiais e também um local em que era possível realizar uma consulta veterinária, já que nela havia uma pia, uma mesa veterinária de inox, prateleiras com diferentes materiais clínicos (como algodão, luvas descartáveis, seringas, diferentes tipos de medicamentos para animais), freezer, jornais antigos empilhados, pacotes de ração, além de um banheiro, foram organizadas grades para alocar cerca de três cachorros recém operados por um período. Ali estes cães recebiam os cuidados dos veterinários da Rede Animal, principalmente de André<sup>96</sup>, o estagiário da Rede Animal, com quem conheci a rotina de cuidados destes cachorros abrigados no local. Diariamente André checava os cães, verificava o andamento das cicatrizações ocasionadas pelos cortes da cirurgia, limpando o local e passando remédios, também, quando necessário, trocava os jornais em que os cachorros urinavam e defecavam, além de sempre ter muita disposição para as investidas carinhosas que recebia dos diferentes cachorros que passaram por ali. Conhecidos pelos nomes, estes cachorros recebiam atenção de diferentes funcionários do Departamento de Fauna, que por vezes iam até a sala pra “dar uma olhada” neles.

Em Julho de 2013 acompanhei a equipe na visita a dois terminais, o terminal do Centenário e o de Santa Felicidade. Saímos em oito pessoas<sup>97</sup> do Passeio Público às 8h25 da manhã, em uma Kombi da prefeitura. Erico usava o uniforme da Rede Animal, os estudantes levaram jalecos brancos que foram usados somente quando saíram do carro no terminal para falar com os *mantenedores* e para mexer com os cachorros. Ainda na sede do Departamento de Fauna foi organizado o material que foi levado, luvas e seringas descartáveis, algodão, microchips, frascos vazios para a coleta de sangue, produto anti-pulgas e ampolas contendo vacinas para cães. Ao chegarmos ao terminal do Centenário, localizado no bairro Centenário, na região norte da cidade,

---

<sup>96</sup> André é estudante de veterinária na Universidade Tuiuti do Paraná.

<sup>97</sup> Eu, Erico, André e mais três estudantes de veterinária e o motorista do carro.

ainda de dentro do carro Negão e Peluda, os cães moradores daquele terminal, já conhecidos pela equipe, logo foram avistados e se aproximaram quando descemos do carro. Cerca de vinte minutos depois seu José, o *mantenedor* dos dois cães chegou ao local e logo foi falar com a equipe, que na ocasião retornava ao local para realizar o *manejo* dos animais. Negão e Peluda, segundo o relato de José, eram muito amigos e andavam sempre juntos. Negão, um cachorro de médio porte, com pelagem comprida de cor preta parecia animado com a presença da equipe e de José, abanando o rabo. Peluda, também de porte médio, com uma pelagem bastante densa, de cor caramelo, aproximou-se da equipe com Negão, mas manteve-se menos afoita. Enquanto os estudantes se preparavam com luvas descartáveis para realizar o *manejo*, Negão tentou escapar e ficou visivelmente assustado quando nele tentaram colocar uma focinheira para conter possíveis mordidas. Nenhum estudante conseguiu fixar a focinheira em Negão, que se debatia. José então sugeriu que ele mesmo segurasse o cachorro porque tinha “mais familiaridade” com ele, segundo suas próprias palavras. Ainda assim, o cão não queria ser contido, mostrava os dentes e rosnava para a equipe da Rede Animal. André com movimentos delicados conseguiu bloquear a mandíbula de Negão enquanto as outras três estudantes observavam a situação. Durante este tempo, Peluda manteve-se ao lado de todos, sentada.

Através de uma seringa inserida na pata dianteira de Negão, seu sangue foi colhido para exames posteriores. Logo em seguida foi vacinado, *microchipado* e em seu corpo foi espalhado um medicamento que inibe a proliferação de pulgas e carrapatos. A Peluda seria a próxima. Com ela foi mais fácil, pois não reagiu como Negão e “deixou” que a segurassem. Foi realizado o mesmo processo, retirada de sangue, aplicação da vacina, microchip e remédio anti-pulgas. Erico então mencionou a *castração* que seria feita nos dois cachorros. José disse que a Peluda já era *castrada*, mas que o Negão não e que ele não queria *castrá-lo* “de jeito nenhum, porque ele é macho, e tem que continuar a ser macho” e que se pudesse levaria os dois pra sua casa, mas não tinha espaço suficiente para manter os dois cachorros.

A fala de José aponta para uma dissonância em relação à Rede Animal no tocante ao que considera adequado no tratamento que envolve os cães. A *castração*, para José, era vista como um ato que tiraria a potencialidade de Negão de ser “um cachorro macho”, ela ceifaria um aspecto importante, segundo José, para a “virilidade” do cão. É oportuno observar o deslizamento de noções relativas às questões de gênero empregadas para se referir ao comportamento dos cachorros, como faz José. Vale

destacar que Negão, posteriormente, passou pela cirurgia de *castração* promovida e desejada pela Rede Animal.

Durante o tempo em que a equipe permaneceu no terminal, outros funcionários e também transeuntes aproximaram-se para ver o que estava acontecendo. Seguimos para o terminal de ônibus de Santa Felicidade, localizado no bairro de Santa Felicidade. Logo ao chegarmos uma senhora se aproximou, era Luciana, a *mantenedora* dos cães daquele terminal. Luciana é aposentada e mora perto do local. Dentro do terminal havia seis cachorros dormindo dentro de caixas de papelão que foram colocadas para que eles se protegessem do frio que fazia. Desta vez o *manejo* seria realizado apenas em um dos cachorros já que numa visita anterior da equipe os outros cães já haviam passado pelos procedimentos, tendo faltado apenas o *manejo* de Ursa, que não estava no terminal no dia. Ursa, nesta segunda visita, dormia pesadamente dentro de uma das caixas. Uma cadela de porte grande, com a pelagem curta de cor caramelo, bastante dócil, logo que foi acordada se espreguiçou ainda dentro de sua caixa e levantou como quem intenta cumprimentar quem chega. Enquanto que no terminal do Centenário o procedimento com os cães foi feito numa rua paralela ao terminal, em Santa Felicidade foi realizado na frente de uma das entradas e saídas do terminal, já que era ali que estavam alocados os cachorros quando chegamos. Durante a coleta do sangue da Ursa, várias pessoas pararam para olhar o procedimento, muitas destas pessoas tiravam fotos da equipe e dos cães através de celulares, alguns parabenizaram a ação. Um homem dirigiu-se ao Erico para perguntar o que estava acontecendo, que respondeu, assim como no outro terminal quando questionado também por transeuntes sobre a ação, que era um projeto da prefeitura para cuidar “destes cães”, mas que eram especificamente “estes cães que moravam nos terminais e que eram fixos dali”. A fala de Erico parecia antever qualquer possibilidade de cobrança em relação à situação de outros cachorros nas ruas da cidade, argumentando rapidamente que se tratava de um procedimento específico para cães específicos.

Após o *manejo* de Negão, Peluda e Ursa retornamos ao Departamento de Fauna por volta do meio dia. As amostras de sangue recolhidas foram levadas para um laboratório de análises clínicas. Estava previsto no projeto que com estas análises fosse possível traçar um perfil de zoonoses entre estes cães, para descobrir se de fato são potenciais transmissores de zoonoses ou não. Erico ainda me explicou que havia o interesse da Rede Animal em prorrogar o prazo do término do projeto (com duração de um ano) já que pretendiam expandir a pesquisa realizada nos cães dos terminais para os

cães dos parques da cidade. Os terminais talvez sejam o único espaço público em que se admite a circulação de animais sozinhos, ainda que sob certa supervisão.

O estagiário André possuía a tarefa de uma vez por semana checar os cachorros dos terminais, para pontuar se estava “tudo certo” com eles, e se havia algum cachorro novo no local ou se algum dos listados sumira.

As pessoas que circulam diariamente nos terminais de ônibus de Curitiba, no entanto, nem sempre são simpáticas à presença destes cães que no local convivem, e a maioria desconhece o programa *CãoComunitário*. Acompanhei a rotina dos cachorros nos terminais durante o mês de janeiro de 2014. Eu chegava até o terminal e procurava observar como os cachorros viviam, se passavam a maior parte do tempo no interior dos terminais, como agiam em relação às pessoas, e também como as pessoas reagiam em relação a eles. Realizei entrevistas durante o mês de janeiro de 2014 com algumas pessoas que passavam durante o dia pelos terminais e também com alguns funcionários.

O número de cachorros moradores nos terminais é variado, em alguns dos terminais residem grupos enquanto que em outros apenas um ou dois. É comum que eles transitem livremente pelo local e pelas imediações do bairro, não permanecendo, portanto, o dia todo dentro das estruturas destinadas aos ônibus. O temperamento dos cães também é algo que parece influenciar no modo como são tratados pelas pessoas que passavam por eles. A cadela Preta que vive no terminal do Pinheiro, por exemplo, possui um comportamento agitado, costuma latir muito para algumas pessoas que acessam os terminais, chegando a rosnar e avançar em alguma delas, provocando, em contrapartida, repreensões das pessoas, que mandam a cadela ficar quieta e por vezes tentam afastá-la fisicamente. Baixinho, do mesmo grupo de Preta, por outro lado, é mais quieto, passa maior parte do tempo deitado em algum ponto do terminal, atraindo menos a atenção das pessoas.

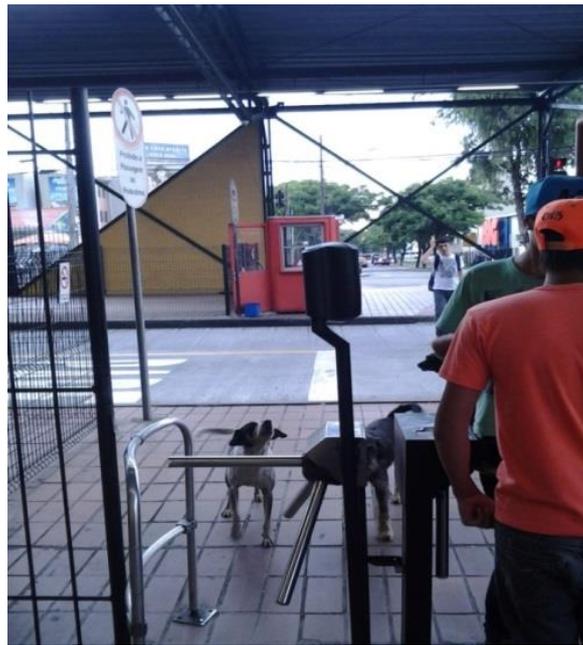


FIGURA 17: Cachorro no Terminal do Pinheirinho

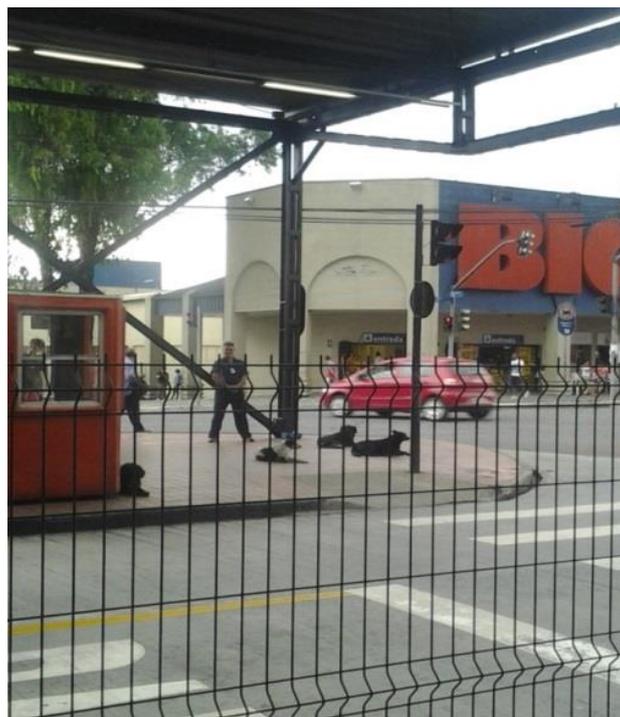


FIGURA 18: Cachorros em frente a um dos acessos do Terminal do Pinheirinho.

Em outros terminais, no entanto, o clima é “mais tranquilo”. É o caso do terminal do Portão, em que os dois cachorros que ali residem, Totó e Princesa, são bem conhecidos por diferentes pessoas que frequentam o terminal diariamente e ficam na

maior parte de tempo deitados em algum lugar do terminal, são calmos e parecem não ligar para o constante fluxo de pessoas ônibus circulando pelo local.



FIGURA 19: Cachorros no Terminal do Portão.

Para muitas pessoas que frequentam os diferentes terminais, a presença dos cães nos locais “incomoda”, tanto por causarem tumultos porque correm, pulam e podem morder as pessoas, quanto por parecerem abandonados. Algumas falas das pessoas que transitam nestes terminais fornecem um panorama sobre como estão cães são vistos por quem divide o terminal com eles: “eles tinham que ter um lugar e não ficar vivendo de migalhas” (Cleoni, que passa todos os dias no terminal do Fazendinha), “eles incomodam porque dá dó deles, parece que estão largados” (Cristiane, terminal do Portão), “se você correr, eles correm atrás de você” (Willian, terminal do Portão), “eles avançam quando as pessoas correm para pegar o ônibus” (Alexandre, terminal do Capão Raso), “eu acho errado esses cachorros ficarem aqui, um quase me mordeu” (Maria, terminal Bairro Alto). Algumas pessoas, no entanto, afirmaram que não consideravam a presença dos animais um problema, por vezes, até apreciavam: “eles são até legais, melhor seria se eles tivessem uma casa para eles” (Joseane no terminal do Sítio Cercado), “eles conhecem a gente, eu acho ótimo, eles afastam ladrão” (Valdecir, cobrador do terminal do Pinheirinho).

A regulação da existência destes cães que habitam os terminais é boa para pensar a respeito das diferenças entre a associação humano-animal a partir da relação que se estabelece entre pessoas e cachorros, e principalmente entre o poder público e os

cachorros. Os comentários dos entrevistados apontam para tensões e conflitos de uma relação que lhe é, em grande medida, imposta pelas circunstâncias.

Ao imputar uma série de requisitos para os cães “adentrarem” ao rol das políticas públicas, como vacinações, *microchipagem*, coleta de sangue para exames e *castrações*, as ações da Rede Animal parecem demonstrar que em alguns espaços públicos, já não é mais possível que existam cachorros sozinhos sem alguma associação com pessoas, como é o caso dos terminais. O que vem sendo promovida é uma associação humano-cachorro, de diferentes maneiras. Por outro lado, na maior parte do tempo, os cães dos terminais estão desacompanhados e fazem mais ou menos o que querem.

A presença de cachorros soltos nas ruas é considerada um mal a ser combatido, de modo que a sistemática prática da *castração* de uma parcela dos cães da cidade (os que habitam espaços públicos e aqueles que são de pessoas consideradas de uma classe econômica baixa pela prefeitura) reflete uma tentativa de contenção da proliferação “desordenada” da espécie e de ordenamento das próprias ações humanas. Medidas são tomadas para a reversão deste quadro, a promoção da *adoção* dos cães *abandonados* é também uma das ações da Rede Animal. Há, portanto, diferentes modos de existência dos cães na cidade, e diferentes relações com o poder público.

#### **2.4 Feira Amigo Bicho**

A *Feira Amigo Bicho*<sup>98</sup> é organizada pela Rede Animal para promover e estimular a *adoção* de cachorros<sup>99</sup> e gatos *abandonados*. A feira ocorre mensalmente no Parque Barigui<sup>100</sup> das dez horas da manhã até às dezesseis horas e, além de contar com a presença de várias *protetoras* que levam até o local a maioria dos cachorros para adoção, também promove a *microchipagem* gratuita para cães e gatos. As *protetoras* os recolhem das ruas, propiciam tratamento veterinário (na maioria das vezes divulgam estes tratamentos nas redes sociais com o objetivo de angariar ajuda financeira para

---

<sup>98</sup> As informações descritas no texto sobre a *Feira Amigo Bicho* dizem respeito a duas feiras que eu acompanhei ocorridas em junho e agosto de 2013.

<sup>99</sup> Há um número muito pequeno de gatos que são levados às feiras para serem adotados, prioritariamente pode ser considerada uma feira destinada a adoção de cães.

<sup>100</sup> Localizado próximo ao centro da cidade, é o parque mais visitado de Curitiba. “Além de refúgio para animais, o parque é também a grande área de preservação natural da região central da cidade. Seus bosques ajudam a regular a qualidade do ar enquanto que o seu imenso lago, com 230.000 m<sup>2</sup>, ajuda a conter as enchentes do Rio Barigui, que antigamente eram tão comuns em alguns trechos da parte mais baixa de Curitiba.” Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-barigui-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/292>. Acesso em 14/09/14.

custear os procedimentos clínicos, hotéis para animais, gastos com remédios, ração entre outros), alojam estes animais em suas casas, em *lares temporários* ou em hotéis para animais e promovem meios para que sejam *adotados*. Elas são responsáveis por muitas divulgações de casos de animais *abandonados/perdidos/adotados* no Facebook. De acordo com o diretor do Departamento de Fauna é muito importante para a prefeitura “realizar trabalhos conjuntos com as protetoras” porque elas ajudam a Rede Animal na promoção de *adoções* de cães.

A presença das *protetoras* nas *Feiras de Adoção* da Rede Animal não são um mero acaso. Estes grupos, majoritariamente formados por mulheres, realizam diferentes ações voltadas para a *proteção* animal, especialmente de cães e gatos<sup>101</sup>. Em sua dissertação sobre a relação entre *protetoras* e animais (principalmente cães e gatos) em Porto Alegre (RS), Liziane Matos (2012), identifica um conjunto de aspectos que configuram os modos como estas se relacionam com os animais. Através de *resgates*, da *castração*, do *cruzamento*, e também da organização de *feiras de adoção*, Matos identifica nas ações das *protetoras*, um viés moral a respeito do “abandono” de cachorros e gatos. Partindo desta ideia, seria preciso auxiliá-los, já que a condição de “abandonado” representaria uma “insensibilidade por parte daquele que privou o ente necessitado de cuidado e auxílio.” (MATOS, 2012:93).

Esta perspectiva permeia a *Feira Amigo Bicho*, que conta com um grande número de *protetoras* e “seus” respectivos cães destinados a *adoção*. O evento acontece sob tendas montadas especialmente para abrigá-lo e toda a equipe da Rede Animal, devidamente uniformizada, se alternava em diferentes funções durante o evento. Geralmente dois terços das tendas eram ocupados pelas *protetoras* e pelos cachorros destinados à *adoção*. Estes ficavam no interior de pequenos cercados improvisados por estruturas metálicas que facilmente eram organizadas em pequenos círculos pelo ambiente. Era um espaço em que circulavam muitas pessoas, O barulho era alto, cachorros chorando, latindo. Cada *protetora* costumava ficar próxima do cercado com os cachorros que levou até a feira, e a maioria deles estava com a pelagem tosada, de banho tomado e arrumados com fitas e laços. Alguns ainda usavam roupinhas e pequenos brilhos colados em seus pêlos, na tentativa de que chamassem mais a atenção aumentando as possibilidades de *adoção*. Se os cachorros são arrumados para a feira para causarem “boas impressões”, logo que uma pessoa se aproximava dos cercados

---

<sup>101</sup> No contexto da cidade do Rio Janeiro, há o trabalho de Andréa Osório (2012), que discute sobre a relação de um grupo de *protetoras* de gatos.

para olhar algum mais de perto, passavam a receber informações a respeito das características individuais de cada cachorro ali exposto.

Cristina, protetora independente, como se auto definiu, levou cinco cachorros que mantinha para feira. Enquanto cuidava dos cachorros, Cristina me explicou que recolheu todos da rua e os abriga em sua casa enquanto não são adotados. Peguei um deles no colo, a menor, e Cristina passou a contar sobre Frida, uma pequena cadelinha preta, que estava adornada com um laço na cabeça: “Esta é terrível, já comeu todo o meu colchão, é danada. É também muito querida, mas eu tenho que avisar pra pessoa né, que ela é safadinha.” Os mais procurados para *adoção* na feira são os filhotes, quanto maior for o cachorro mais difícil será a *adoção*. Cachorros mais velhos também não são muito procurados pelas pessoas que vão até a feira. “Filhote todo mundo quer, cachorro de raça então, quero ver quem diz que gosta mesmo de cachorro adotar um adulto vira-lata, daí sim,” reclamava Paula sobre a situação dos cachorros vira-latas que sempre são levados às feiras e acabam sempre retornando. A maioria das *protetoras* já se conhecia de outros eventos e se ajudavam durante a feira.

Além das tendas em que ficavam os cachorros havia uma tenda em que os veterinários e estudantes da Rede Animal faziam as aplicações do microchip. Todos os cachorros presentes para as *adoções* necessariamente passavam pela aplicação do microchip e também já estavam *castrados* (só é possível às *protetoras* levarem cachorros *castrados* e vacinados para as *Feiras de Adoção Amigo Bicho*). A aplicação do microchip durante estas feiras é aberta ao público em geral, ou seja, o procedimento pode ser realizado em qualquer cão e gato acompanhados de seus respectivos donos. A divulgação do evento e da *microchipagem* é feita através das redes sociais da prefeitura e da Rede Animal.

Em outra tenda, organizados em duas mesas e cadeiras de plástico, dois funcionários da Rede Animal atendiam as pessoas que chegavam à feira para *microchipar* seus animais. Em fila as pessoas com seus animais esperavam para serem atendidas. Para tanto, o proprietário do animal precisava estar com dois papéis em mãos, o comprovante de sua residência e a carteira de vacinação em dia de seu animal de estimação. Através destes dois papéis, que localizavam a pessoa e o respectivo animal, era produzido um terceiro papel: o *cadastro* do proprietário e de seu animal. Neste continham: nome, endereço, RG do tutor e o nome, raça, cor e tamanho do animal. Além deste *cadastro*, era preenchida também uma nova carteirinha com os dados do cachorro e o número do microchip a ser aplicado. Após esta etapa, munidos com o

*cadastro* e a carteirinha o proprietário e seu animal iam para outra fila, a de espera, para a realização do procedimento. Em ambas as feiras que acompanhei, ajudei na organização destas filas, já que era grande o número de pessoas buscando o procedimento disponibilizado pela prefeitura. Há sempre papéis e documentos sendo produzidos pela Rede Animal, toda ação precisa de um registro, conforme a descrição permite observar.

Chegada a vez, a pessoa ainda passava por outra mesa em que outros dois funcionários da Rede solicitavam o *cadastro* e a nova carteirinha do cachorro para que nestes papéis colassem um adesivo –um em cada papel- com o número de série do microchip implantado no animal, de modo que a carteirinha ficava com o dono do animal e o *cadastro* com a Rede Animal, para ser inserido no Sistema de Identificação Animal (SIA) posteriormente.

A aplicação era realizada por veterinários e também por estudantes de veterinária da Rede Animal, devidamente uniformizados com jalecos brancos, que divididos em duas mesas conduziam os procedimentos. O processo geralmente era rápido, o animal era colocado sobre a mesa e o microchip aplicado em seu dorso através de uma seringa. Na maioria das vezes não era preciso o uso de focinheiras para conter os animais durante o procedimento. Em alguns casos, dependendo do porte do animal, os veterinários decidiam por colocar a focinheira para sua própria proteção no caso de ataques dos cachorros. Alguns destes realmente demonstravam resistência ao procedimento, como foi o caso de um cachorro da raça pinscher que não deixou que lhe colocassem a focinheira. Por ser grande demais, a única focinheira que havia no momento ficava solta na pequena cabeça do cachorro. No colo de seu dono, o cachorro ameaçava morder quem se aproximava, ele latia e rosnava. Seu dono, que estava acompanhado da esposa e de um filho pequeno, tentava acalmá-lo, mas o cachorro parecia decidido. Quando uma das veterinárias aproximou-se para injetar o microchip, o cachorro lhe mordeu o dedo. Visivelmente apreensiva a veterinária retirou a luva descartável que usava para olhar o ferimento. O responsável pelo animal desculpou-se e foi embora levando seu pinscher que saiu ileso ao microchip.

Outro caso inusitado, em que a atitude do animal alterou o desenrolar da situação ocorreu numa das feiras que acompanhei. Um casal, na faixa dos vinte anos de idade, levou à feira seu cachorro e gata para serem *microchipados*. O cachorro estava preso por uma coleira enquanto que a gata foi abrigada dentro de uma caixa própria para o transporte de animais. O casal conduziu primeiro o cachorro à mesa para receber a

injeção, que praticamente não reagiu ao procedimento. Chegada a vez da gata, ao abrirem sua caixa ela saiu rapidamente por entre as pernas de todos que ali estavam e correu para o meio da mata do Parque Barigui. Todos que presenciaram a cena ficaram aparentemente apreensivos com a fuga, e o funcionário Osmar, chefe dos tratadores dos animais do Passeio Público, que ali estava ajudando na contenção dos animais para a *microchipagem*, foi procurar imediatamente a gata no meio das árvores. Os proprietários do animal deixaram seu cachorro com o pessoal da Rede Animal na tenda da *microchipagem* e se juntaram a Osmar na procura da gata sumida. Após quase uma hora procurando, a dona do animal retornou à tenda chorando e decidiu levar seu cachorro para que ele pudesse farejar o cheiro da gata e assim conseguisse encontrá-la. A história teve um desfecho feliz, a gata foi encontrada com a ajuda do cachorro. De acordo com o diretor do Departamento de Fauna, que também se juntou na busca pela gata, “o cachorro foi imprescindível para achá-la porque farejou o seu cheiro”. Depois de toda a preocupação decorrente da fuga, os donos dos animais decidiram ir para casa sem *microchipar* a gata.

Temos duas situações em que a própria agência do animal modifica o curso do procedimento. A gata voltou para casa sem ser *microchipada*. Recuada na mata, passou ilesa aos olhos de seus donos e dos funcionários da Rede Animal acostumados com o trato de animais. Foi o cão, com o olfato e a audição mais apurados, que não representava nenhuma ameaça para a gata, já que não era um agente da política pública, quem a encontrou.

Assim como na situação da contenção de Negão, o *cão comunitário* do terminal do Centenário, em que seu visível incômodo quase impediu que os veterinários conseguissem realizar o *manejo*, a reação do pinscher ao morder a mão de uma das veterinárias e a da gata fujona demonstram que, por vezes, há uma tensão entre as medidas que visam o *bem-estar* destes animais e as reações que estes desencadeiam frente aos procedimentos que lhes são impostos. O que conta como *bem estar* para os agentes da prefeitura, para o animal pode ser apenas motivo de preocupação e stress. Estes exemplos permitem conceber que “o estado” não consegue abarcar tudo.

Ainda que nas propagandas sobre as *Feiras Amigo Bicho* o foco principal seja a promoção da *adoção* de cães e a realização gratuita de *microchipagem*, há também no evento tendas montadas para representantes de diferentes marcas de rações que fazem propaganda dos produtos, entregando pequenos pacotes de amostras grátis para os que passavam pelo local.

Ainda que a promoção da *adoção* esteja prevista nos objetivos do programa Rede Animal e seja considerada um importante meio de contribuição para o “problema” dos cães *abandonados*, a *Feira Amigo Bicho* não é concebida pelo diretor do Departamento de Fauna como a medida mais eficaz na reversão dos grandes números de cachorros nas ruas. Para ele, o foco das políticas públicas para animais deve residir na *educação* da população para coibir a proliferação de cães pela cidade, em suas palavras:

Estamos tratando nestas feiras do resíduo, daquilo que sobra. Nos bairros periféricos da cidade o que acontece muito é que os cães têm residência, mas andam soltos e têm cria, então é preciso agir sobre este pessoal. Castrando os animais nós já conseguimos conter um bom número de mais animais nas ruas, mas é preciso um trabalho focado na educação, na conscientização das pessoas a respeito de seus animais.

\*\*\*

A partir dos eventos descritos no capítulo busquei demonstrar como o trabalho da Rede Animal acontece. Destinado à *proteção* de animais de companhia, são os cachorros os sujeitos principais das ações do programa. A partir de diferentes formas, a Rede Animal incide sobre a existência destes animais na cidade. É importante pontuar que o trabalho da Rede Animal não se limita apenas aos eventos descritos, mas estes constituem uma parte fundamental do modo como se organizam. No capítulo a seguir a ideia é estabelecer um contraste com o trabalho da Rede Animal a partir de outro lugar do Departamento de Fauna. Adentramos, desta forma, ao “mundo” dos animais *silvestres* do Zoológico.

### **CAPÍTULO 3- Os “mais de longe”: chegando ao Zoológico**

O Departamento de Fauna, como já foi apresentado anteriormente, conta com quatro Divisões, sendo que duas destas estão ligadas ao Zoo. São estas: a Divisão de Educação que desenvolve atividades através da Casa de Acantonamento e a Divisão de Zoológico que abarca duas áreas distintas voltadas para a exposição de animais: o Passeio Público e o Zoológico. Nas linhas que seguem discorro sobre a criação dos zoológicos enquanto espaços destinados à exposição de animais e ao lazer humano, e como isso expõe algumas ambiguidades e tensões relativas à categorização destes animais enquanto animais *silvestres*, opostos, neste aspecto, aos animais *domésticos*. A forma como os zoológicos são organizados fornecem pistas para apreender maneiras de equacionar a presença de animais “exóticos” no interior de espaços urbanos. No caso do Zoo de Curitiba, as concepções de alguns de seus funcionários sobre sua estrutura e funcionamento, bem como os modos como interagem com o espaço e com os animais, e também a interação entre os visitantes e animais, foram tomados como chaves de acesso para conhecer as políticas públicas que envolvem este ambiente, pessoas e animais.

A criação de lugares como os jardins e zoológicos dizem respeito a um modelo urbanístico e também atualizam questões relativas às relações humano-animais, natureza-cultura. O Zoo de Curitiba e o Passeio Público são mencionados pela Prefeitura, em publicidades referentes aos locais, como espaços de lazer para a população, principalmente para famílias e crianças, como áreas verdes que congregam diferentes atrativos para visitantes, como, por exemplo, a presença de diversos animais que podem ser observados pelos frequentadores. Flávio da Silveira (2012), ao realizar uma etnografia no Bosque Rodrigues Alves em Belém do Pará, aponta para um conjunto de relações estabelecidas no local, atentando justamente para a crescente presença destes tipos de espaços voltados ao “natural” nas cidades brasileiras, como reservas, parques e espaços públicos que se vinculam a um imaginário urbano relativo a certa ideia de natureza. Pensar a coexistência de diferentes vivências –animais e humanas- atreladas a determinados modelos arquitetônicos relativos à cultura urbana, como os espaços dos zoológicos, por exemplo, possibilita apreender algumas concepções relativas ao lugar dos animais na cidade. Estes locais, ao congregarem diferentes tipos de pessoas como funcionários, visitantes, vendedores ambulantes, e

também diferentes tipos de animais, formam o que Silveira (2012:12) chama de “constelação de imagens” já que evocam uma “dinâmica própria à ecologia urbana”.

A observação da vida de animais selvagens em seus próprios habitats tornou-se uma prática de lazer popular disseminada em diferentes partes do mundo e que gira quantias de dinheiro salientes (KNIGHT, 2009:167). Diferentemente desta prática de deslocar-se ao habitat em que vivem os animais, a observação dos animais de zoológico, em contrapartida, pode ser realizada sem que seja preciso a mobilização de recursos para viagens a locais “distantes” e “exóticos”, de maneira que estes locais dentro das cidades possibilitam que visitantes observem e interajam com animais que possivelmente não conheceriam de outra forma.

Em seu trabalho sobre o lugar dos animais que vivem em zoológicos, Garry Marvin (2008) aponta que até o início do século XX a exposição de animais “exóticos” era um fim em si mesmo, ou seja, a apresentação de determinados animais era o suficiente para causar interesse aos possíveis visitantes. Atualmente a mera visualização de determinado animal parece não mais conter a potencialidade de atração que outrora possuía, de modo que a atenção do visitante do zoológico é chamada a direcionar-se para fora do zoológico, para os locais onde possivelmente viveriam os animais que estão sendo observados caso estivessem soltos (MARVIN, 2008:13). Esta operação é efetuada através de diferentes mecanismos visuais construídos pelos zoológicos, como a arquitetura dos locais em que são dispostos os animais, compostos por uma série de elementos que visam informar o observador a respeito do que está sendo observado. Detalhes destes mecanismos serão melhores explicitados no decorrer do capítulo a partir da forma como o Zoo de Curitiba está configurado. Neste momento, considero importante reter que estes deslocamentos relacionados à percepção que imputa a configuração física dos zoológicos aos visitantes, aludindo a outros lugares- a partir da própria existência física destes animais no zoológico- permitem visualizar como a constituição destes espaços contemporâneos produz diferentes naturezas.

Em Curitiba, o Zoo localiza-se no bairro Alto Boqueirão (na região sul da cidade) que pode ser considerado relativamente distante do centro<sup>102</sup>, e em seu interior

---

<sup>102</sup>Atualmente existem linhas de ônibus que ligam o centro (da cidade) a extremidades rapidamente, como é o caso dos “ligeirinhos” (ônibus que realizam poucas paradas e podem se locomover numa malha viária destinada especificamente para estes ônibus), e também dos “biarticulados”, como são chamados parte dos ônibus de Curitiba. Vale ressaltar, no entanto, que na época em que o Zoo de Curitiba foi construído, no início dos anos 80, o local era realmente “mais distante”, já que seu acesso era mais complicado devido à falta de estrutura das avenidas do entorno do local. Ainda que atualmente seja possível acessar o local com mais facilidade, ele ainda ocupa um lugar que remete a um distanciamento da cidade, - ainda

há a replicação de mais distâncias: os animais que ali vivem, ainda que pertençam àquele espaço, são atrelados a outros, que podem ser outras cidades, outros estados e até outros países.

Esta articulação com uma “natureza” em que possivelmente os animais do zoológico viveriam, é fomentada, em grande medida, por noções pautadas na necessidade de uma “educação ambiental”. Esta relação, que não é óbvia, foi aparecendo paulatinamente na fala dos meus interlocutores durante a pesquisa. Diferentes funcionários que exercem diferentes funções (tanto *tratadores* e *técnicos* administrativos quanto os *técnicos* – veterinários, zootecnistas e biólogos), e mesmo falas do prefeito em relação ao Zoo ressaltaram, em diferentes oportunidades e conversas, sua importância frente à *questão ambiental* e a *preservação* das espécies.

Esta *preservação* é entendida também como um viés da *proteção* animal, conforme apontou o diretor do Departamento de Fauna em uma postagem na sua rede social em abril de 2013. Ainda que a atual gestão de governo pareça priorizar a *proteção* dos animais de companhia - principalmente dos cachorros- através da ênfase nas ações da Rede Animal, o âmbito dos animais *silvestres* também é contemplado pela agenda de atividades do Departamento de Fauna. Transcrevo um trecho do texto do diretor referente ao tema:

A proteção animal de Curitiba não deve se restringir à garantia dos direitos e bem estar dos animais domésticos ou domesticados. Deve também garantir este direito aos animais selvagens, na medida em que parte deles está em risco, muitos em sofrimento, quer seja nas mãos de proprietários ilegais, aprisionados, ou mesmo vítimas de acidentes, caça, atropelamentos, queimadas. Como neste caso recente da pumilha<sup>103</sup>, com menos de trinta dias de vida, que foi resgatada por milagre numa queimada criminosa no centro-oeste brasileiro. O Zoológico de Curitiba tem papel fundamental neste processo, e é, portanto parte integrante desta rede de proteção animal da cidade. Em breve, o jacaré resgatado no Parque Barigui<sup>104</sup> voltará para onde nunca deviam ter tirado ele, ou mesmo caçado ou capturado, o pantanal matogrossense. A partir de agora o nosso Zôo receberá apenas animais selvagens em risco, acidentados ou que não possam ser re-aloçados na natureza, ou ainda sendo seu fiel depositário até que estejam em condições de

---

que faça parte dela- uma vez que se encontra no interior de um grande Parque que contém muitas árvores, o que, de fato produz uma diferença tanto visual quanto olfativa quando se chega ao local: a quantidade de vegetação torna o ambiente mais “fresco” em relação a outras partes da cidade que não possuem tanto “verde”, além dos ruídos, principalmente do canto dos pássaros, bastante diferente dos ruídos do centro da cidade, recheados de som de automóveis e buzinas.

<sup>103</sup> O filhote de Puma foi transferido para Curitiba em junho de 2013 após ser resgatado de um atropelamento por uma colheitadeira no estado de Goiás. A puma foi recolhida e encaminhada ao Centro de Recepção de Animais Selvagens (Cras) do Mato Grosso do Sul e, posteriormente- através de uma permuta- para o Zoo de Curitiba onde recebeu o nome de Juma.

<sup>104</sup> O Jacaré “do Barigui”, como ficou conhecido, foi capturado no rio do Parque Barigui e encaminhado para o Zoo, onde permaneceu alguns meses, sendo posteriormente transferido para o Pantanal matogrossense.

voltar a seus habitats naturais, recebendo o carinho e tratamento médico-veterinário diários que precisam e merecem. A história deles será compartilhada com nossos visitantes para educá-los a não mais capturá-los, caçá-los, comprá-los, aprisioná-los indevidamente. O direito dos animais selvagens às suas Cinco Liberdades<sup>105</sup> deve ser assegurado do mesmo modo que aos nossos entes familiares não humanos. Precisamos, sem exceção, respeitá-los, protegê-los, defendê-los, e garantir a todos eles condições dignas de vida. Caminhamos para uma sociedade curitibana mais humana, mais solidária.” (Texto escrito pelo diretor em seu *Facebook* em Abril de 2013).

Ao incluir o Zoo na pauta da *proteção*, a fala do diretor aponta para um dado interessante: ao passo que a Rede Animal é, enquanto programa, destinada à *proteção* de animais *domésticos*, ao se referir à necessidade de cuidados com os animais *silvestres*, o diretor alarga os limites desta rede de *proteção* na cidade. Se a *proteção* é destinada aos animais *domésticos*, como apontei no capítulo anterior, as políticas públicas devem também abarcar os animais que residem no Zoo. A menção do diretor a dois casos relativos a animais que foram transportados para o Zoo é emblemática da forma como o local é concebido pela atual gestão, como “fiel depositário” para animais “caçados”, “capturados”, “acidentados”, “aprisionados”, e que, portanto, não possuem mais lugar na “natureza”. Estas qualificações usadas pelo diretor para caracterizar ações consideradas indevidas com os animais revelam, por contraste, já que se referem ao que não deveria ser feito, o que é concebido como *proteção* animal. A noção de zoológico como local de exibição de animais para deleite humano desaparece das narrativas oficiais (o que não significa, que não esteja presente entre os visitantes e, por isso, acabe também por incidir sobre a administração do zoológico).

Perpassa a fala do diretor a ideia de que o animal deveria poder permanecer imune às ações humanas, vivendo em seu ambiente “natural”. Ao passo que o ser humano modifica este status, provocando alterações tanto no ambiente, quanto na vida dos animais, como é o caso citado da “puminha” resgatada de um acidente e do jacaré retirado do Parque Barigui, o diretor aponta para a necessidade de estabelecer medidas que intentem atenuar o “descompasso” causado. O Zoo aparece, deste modo, atrelado à ideia de poder ser um local específico, de mediação, em que profissionais dotados de determinados tipos de conhecimentos (veterinários, zootecnistas, biólogos e tratadores)

---

<sup>105</sup> O conceito das *Cinco Liberdades* foi criado pelo *Farm Animal Welfare Council* (FAWC), do Reino Unido, objetivando um consenso em torno do que seria preciso para que o *bem-estar* dos animais seja pleno. As *Cinco Liberdades* dizem respeito a: “ser livre de medo e estresse; ser livre de fome e sede; ser livre de desconfortos; ser livre de dor e doenças; ter liberdade para expressar seu comportamento ambiental”. Fonte: [http://www.agroanalysis.com.br/especiais\\_detalle.php?idEspecial=54&ordem=2](http://www.agroanalysis.com.br/especiais_detalle.php?idEspecial=54&ordem=2). Acesso em 28/09/14.

propiciam meios para que os animais ali instalados possam receber “carinho e tratamento médico-veterinário diários que precisam e merecem”, tendo assim, suas “liberdades” garantidas e respeitadas. É interessante notar que além do tratamento médico-veterinário, o carinho do profissional com o animal também é elencado como aquilo que compõe o cuidado destinado aos animais, e que as “liberdades” do animal, conforme cita o diretor em seu texto, devam ser exercidas em cativeiro. Além disso, o Zoo também aparece como um importante local de onde podem irradiar noções referentes à educação para as pessoas, no tocante à relação com animais e com o meio ambiente.

Duas outras falas, uma do chefe dos *tratadores*- como são chamados os funcionários responsáveis pelo tratamento dos animais que inclui alimentar e limpar os *recintos*- e outra de um dos veterinários, também refletem perspectivas referentes à função do Zoo em relação à *preservação* do meio ambiente, e são importantes para visualizar os modos como aqueles diretamente ligados ao trabalho no local posicionam-se:

Os animais que vivem aqui são uma peça muito importante para a preservação das espécies. No começo não tinha muito essa ideia de preservação, o foco era e exposição. Isso começou a mudar, hoje a ideia é mais de preservação e não de exposição (dos animais). A importância é tanta que 99% dos animais que estão aqui não teriam chance de serem vistos. A girafa nasceu aqui, um avestruz, os emus, queixadas, cervos nobre, dois bisões são curitibanos, são filhos daqui, o chimpanzé veio de fora, os filhotes de hipopótamo nasceram aqui, alguns macacos- aranha e macacos-pregos também, o macaco cuxio veio do Passeio Público, então você percebe como eles se reproduzem aqui. (Tadeu, chefe dos tratadores, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

As origens destes animais são diversas, muitos são de cativeiros, outros de apreensões realizadas pelo IBAMA, outros de criadouros, e de centros de triagem. O zoológico é um cubículo? É, mas é um cubículo maior que estes outros lugares. Se foram pegos quando pequenos os animais não sabem o que é a natureza. Falar em soltura é muito utópico, por exemplo, o leão, vai soltar onde, no Parque Iguçu? Então, o zoológico acaba sendo um depositário do que não tem mais lugar na natureza, é importante para a conservação destes indivíduos e também para a pesquisa sobre esses animais, porque muitos são utilizados para que se possa extrapolar o conhecimento obtido nessas pesquisas para os animais da natureza, principalmente os conhecimentos relativos à parte de reprodução. Muita coisa é estudada no cativeiro e depois passada para a natureza. Alguns zoológicos têm estrutura de pesquisa maior ou menor. Os animais estão aqui? Estão. Então é preciso aproveitar, é preciso repassar os conhecimentos adquiridos aqui. Para que ter um chimpanzé confinado? Alguém pode se indagar. Mas eu pergunto, ele estaria onde? (Manoel, veterinário, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

As falas apontam para questões pontuais sobre o estatuto ambíguo que ocupam os animais do Zoo. O chefe dos *tratadores* alude ao aspecto da *preservação* atrelada ao

funcionamento do Zoo apontando como exemplo diversos casos de reprodução ocorridos no local<sup>106</sup>. Quando diz que os animais que nasceram no Zoo “são curitibanos”, “são filhos daqui”, Tadeu aponta para o lugar destes animais: ainda que suas reproduções sejam elencadas como benefícios para a espécie como um todo, aqueles indivíduos parecem estar mais atrelados a uma identidade compartilhada entre os animais do Zoo (e também com os habitantes humanos da cidade), do que com os animais que compõem a espécie como um todo. A fala de Tadeu explicita o fato de que estes animais estão inseridos numa localidade que acaba por configurar o modo como podem existir.

Marvin (2008) destaca que a designação e classificação destes animais enquanto animais selvagens é problemática. Para o autor a vida no zoológico impõe outro sistema de classificação e identidade que se baseia muito mais nas funções atribuídas a determinado animal e seu desempenho dentro deste universo, do que em uma percepção relacionado à espécie (MARVIN, 2008:1). Propõe, dessa maneira, pensar estas existências e relações a partir de outro registro de identidade, concebendo o animal que vive no zoológico como um “animal limiar” (MARVIN, 2008:4), uma vez que estes, ainda que possuam grandes diferenças, partilham de uma série de atributos específicos justamente por viverem no zoológico, onde têm seus estilos de vida balizados pela constante exposição a que são condicionados, e pela contínua presença humana nestes locais.

A fala do veterinário Manoel também evidencia o lugar (ou talvez o não lugar) destes animais. Ao apontar para o fato de que o Zoo acaba sendo um “depositário” para os animais que já não possuiriam um lugar na “natureza”, o veterinário associa as presenças destes animais no Zoo com a possibilidade de realização de pesquisas que visam atingir não somente aqueles animais, mas um conjunto maior, que extrapola os limites físicos do Zoo.

É interessante observar que a condição dos animais, que estão presos no Zoo, é observada nas diferentes falas, tanto na do diretor do Departamento de Fauna, quanto

---

<sup>106</sup> O fato de existir reprodução em cativeiro é algo que ganha destaque nas placas dispostas ao longo do Zoo, que destacam positivamente os nascimentos ocorridos. Esta perspectiva positiva em relação às taxas de reprodução em cativeiro, quando ocorrem, também é veiculada em jornais da cidade, como mostra uma notícia publicada pelo jornal Gazeta do Povo em 07/04/13: “A grande maternidade de Curitiba está no Zoo: Nascimentos de animais de todos os tamanhos comprovam que local oferece condições ideais para a reprodução em cativeiro”. Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1360638&tit=A-grande-maternidade-de-Curitiba-esta-no-zoo>. Acesso em 10/09/2014.

nas de Manoel e Tadeu. O fato dos animais estarem confinados parece colocar certa tensão, ao passo que a situação não é considerada a “ideal” de acordo com os trechos citados, de modo que o que é salientado é a necessidade de aproveitamento das presenças destes animais para “um bem maior”, relacionado a pesquisas e a preservação das espécies. A manutenção de animais em cativeiro parece ser eticamente aceitável justamente porque prestam serviço a seus pares em liberdade.

Durante o trabalho de campo tive acesso a um trabalho acadêmico de conclusão de curso sobre o Zoo de Curitiba produzido por dois de seus funcionários, Sílvio, que é técnico administrativo, e Manoel, que é veterinário, conforme já citado anteriormente. Foi Sílvio quem considerou que seria importante para minha pesquisa ter acesso a este trabalho para que eu, em suas palavras, “pudesse conhecer mais a fundo a história do zoológico através do levantamento de fontes de jornais sobre sua construção”. Escrito durante a realização de uma pós-graduação em História e Geografia do Paraná realizada na Faculdade Padre João Bagozzi, por ambos os funcionários, o trabalho versa sobre a fase de construção do Zoo de Curitiba e também sobre a condição do local até 2007 (ano que o trabalho foi realizado). Para tanto, os dois autores compilaram uma série de notícias veiculadas em jornais impressos<sup>107</sup> do período (a partir de 1975 até 2007), além de arquivos do Departamento de Fauna, com o intuito de produzir um material de “resgate histórico do Zoológico Municipal de Curitiba”, evidenciando os meandros de sua construção, além de sua importância na cidade, ressaltando, para tanto, a “conservação e pesquisa de espécies ameaçadas; a participação do Zoológico nos aspectos de Educação Ambiental, Lazer e Bem-estar animal; e a inter-relação entre os aspectos físicos, humanos e animais” (JAVOROUSKI;BISCAIA, 2007:6). Ressaltam ainda que a inauguração do Zoo de Curitiba, em março de 1982, esteve ligada à modernização do conceito de zoológico, que passou a ser não somente um local de exposição de animais, mas também de conservação das espécies.<sup>108</sup> Segundo os autores, foi na década de 1990 que passou a ocorrer uma mudança no modo como os zoológicos são concebidos, sendo atrelados à possibilidade de “conservação das espécies, habitats

---

<sup>107</sup> Como Gazeta do Povo, Correio de Notícias, Diário do Paraná, O Estado do Paraná, Tribuna do Paraná, Jornal do Estado, Folha de São Paulo, Folha de Londrina, Diário Popular.

<sup>108</sup> No trabalho é mencionado o *The World Zoo Conservation Strategy*, desenvolvido por profissionais de zoológicos de diferentes partes do mundo, publicado em 1993, que definia o papel a ser realizado pelos zoológicos para conservação da natureza. De acordo com os autores, é “particularmente neste contexto que se situa o processo evolutivo dos zoológicos, ou seja, passando da mera exposição de animais confinados a preservação de material genético, principalmente das espécies ameaçadas de extinção” (JAVOROUSKI;BISCAIA, 2007:12).

naturais e ecossistemas”, modificando, assim, as funções destes espaços. Os autores enquadram o Zoo de Curitiba dentro deste panorama mais abrangente:

Nas últimas décadas, organizações não governamentais e outras entidades voltadas à preservação do ambiente têm procurado reverter esse quadro<sup>109</sup> A função dos zoológicos também mudou nesse período. Considerados até a segunda metade do século XX como simples depósitos de animais expostos ao público, passaram a ter a função de reprodução e perpetuação de espécies ameaçadas. Com a crescente destruição dos ecossistemas do país e consequentemente da vida selvagem, as populações em cativeiro tornaram-se uma importante estratégia para a conservação das espécies. De maneira geral, os parques e zoológicos vêm tendo uma crescente participação nos problemas ambientais, sendo muitas vezes considerados como alternativas viáveis em curto prazo para a manutenção de espécimes que chegam em número cada vez maior, oriundos de áreas endêmicas. (JAVOROUSKI;BISCAIA, 2007:7).

O trecho citado traz, como outras falas de funcionários anteriormente apontadas, uma ideia sobre a “função” de espaços como os zoológicos para a conservação de espécies de animais. Nota-se, a partir deste conjunto de perspectivas<sup>110</sup>, de diferentes funcionários do Departamento de Fauna sobre o Zoo, que ainda que a existência destes locais possua origens adversas (parques para exibição de animais, muitas vezes para obtenção de lucro), o discurso da *preservação e conservação* é constantemente atrelado à função de um cuidado com a *natureza*. A atual existência do parque, portanto, parece encontrar legitimidade quando é atrelada a ideias relativas à *educação ambiental* que parecem justificar a manutenção de animais presos. Se antigamente espaços de exposição de animais “exóticos”, oriundos de “lugares distantes”, não era considerada problemática, o que se verifica atualmente é um incremento de ações e políticas voltadas para a coibição de ações consideradas inadequadas com animais, e para sua *proteção*.<sup>111</sup> O Zoo aparece, assim, como uma espécie de lugar de mediação, quase que nem dentro e nem fora da cidade, onde são alocados os animais que não possuem mais lugar, nem junto das “famílias” humanas na cidade, nem junto das “famílias naturais”, que vivem soltas.

---

<sup>109</sup> “O quadro” a que se referem os autores diz respeito à ideia do zoológico apenas como um depositário para animais.

<sup>110</sup> As falas do prefeito Gustavo Fruet e do secretário do Meio Ambiente Renato Lima, durante a festa ocorrida no Zoo, em que ocorreu o batizado do filhote de hipopótamo, descrita no primeiro capítulo, também evidenciam uma postura da gestão municipal em relação à educação ambiental de crianças articulada com espaços como o Zoo.

<sup>111</sup> Obviamente estas noções são sensíveis ao tempo, a própria forma como as questões relativas ao *bem estar* de animais que vão aparecendo em legislações é exemplo de que o estatuto e lugar dos animais variam, como intentei demonstrar no primeiro capítulo na discussão sobre a legislação brasileira referente à temática.

É interessante observar como estes discursos possuem como base a noção de que há uma separação entre o domínio da *cultura* e da *natureza*, ou seja, os animais são associados ao “mundo natural” e por isso mesmo passível de cuidados, ao passo que aos humanos caberia o uso e também a *preservação* deste “mundo natural”. É subjacente, ainda que de maneira implícita, um viés de fundo cartesiano relativo à instrumentalização humana do ambiente. A distinção nativa entre *cultura* e *natureza*, parece embasar, nestes casos, a manutenção de espaços como os zoológicos, que atuam como mediadores entre estes dois domínios.

Se as políticas públicas relacionadas a animais levadas a cabo pelo Departamento de Fauna parecem estar organizadas de acordo com os diferentes animais na cidade, classificados, de saída, entre *domésticos* e *silvestres* e, conseqüentemente, atrelados a âmbitos distintos no que tange às maneiras como estão inseridos nas relações humanas através das políticas públicas, a etnografia permitiu perceber nuances no cotidiano do trabalho no Zoo que tensionam a pretendida objetividade da distinção entre animais *domésticos* e *silvestres*. Estes animais *silvestres*, justamente, não são aqueles que habitam a “natureza”, mas um lugar construído especialmente para abrigá-los, cuja potencialidade de fascínio que exerce enquanto local de lazer reside justamente no fato de operar com o domínio do “exótico” em contraponto com o do “familiar”.

Em seu trabalho a respeito das relações entre humanos e animais em espaços como o zoológico, Guilherme Sá (2012) reflete:

Ao promoverem um tipo de descontextualização estratégica, os parques zoológicos trazem para a domesticidade urbana personagens da vida selvagem, funcionando também como máquinas de sujeição, de produção de sujeitos-animais, além de publicizarem a vida privada não humana. São, portanto, espaços instáveis de mediação entre naturezas e culturas (SÁ, 2012: 15).

Conceber os parques zoológicos como “espaços instáveis de mediação entre natureza e culturas”, como propõe Sá, permite vislumbrar nuances no modo como as relações dentro do zoológico são construídas e, a partir disso, perceber que as fronteiras entre *doméstico-silvestre* em diferentes situações não são tão fixas.

Na medida em que o trabalho de campo se adensou, foi possível ir percebendo, não somente um conjunto de noções referentes à função do Zoo- conforme as transcrições acima permitiram visualizar-, mas também uma complexa rede de relações entre diferentes agentes estabelecidas no ambiente, entre os diferentes funcionários,

exercendo diferentes trabalhos, entre funcionários e animais e entre os visitantes e os animais. Voltarei a este ponto. Trago neste momento uma apresentação mais sistemática do Zoo de Curitiba.

### **3.1 Parque Regional do Iguaçu: o Zoológico de Curitiba**

O primeiro zoológico de Curitiba foi inaugurado na década de 1930, no Passeio Público, como já mencionado anteriormente. Com o passar dos anos, segundo o relato dos funcionários do Departamento de Fauna e também de acordo com algumas reportagens do período, o Passeio Público passa a ser considerado inadequado para abrigar animais de grande porte como onças, camelos e chimpanzés, ocasionando a necessidade da construção de um novo local para abrigar estes animais.

Em 1982 foi inaugurado o novo Zoo de Curitiba, para onde foi transferida a maior parte dos animais que habitavam o Passeio Público, permanecendo neste local apenas os considerados de menor porte como aves e macacos-pregos, saguis, macacos cuxios. O Zoo localiza-se no interior do Parque Regional do Iguaçu<sup>112</sup>, criado em 1976 com o objetivo de melhorar o saneamento das áreas situadas próximas ao vale do rio Iguaçu, que tendia a encher e extravasar em períodos de chuvas, ocasionando alagamentos dos bairros próximos. O Parque ocupa oito milhões de metros quadrados de área, e possui diferentes setores: náutico, esportivo, bosques e santuário ecológico, além do Zoo<sup>113</sup>. Foram construídos diques para que o rio Iguaçu não invadisse a área destinada à construção do parque e também um canal ligando o Parque Náutico ao Zoo, que conta com um estacionamento para carros de visitantes, sendo possível também acessar o local através de uma linha de ônibus que faz a rota entre o Terminal de ônibus Boqueirão e o Zoo.

Foi através da linha “Zoológico” que cheguei ao local nas primeiras visitas que realizei. Durante os dias de semana, a maioria das pessoas que visita o parque o faz através do ônibus. Famílias inteiras utilizam este meio de acesso. Nos finais de semana

---

<sup>112</sup> Iguaçu é o nome do rio que corta o Paraná, nasce na região metropolitana de Curitiba e desagua na cidade de Foz do Iguaçu, no rio Paraná.

<sup>113</sup> O setor esportivo, com área aproximada de 126.000m<sup>2</sup>, é constituído pelo Parque Peladeiro contendo equipamentos como canchas de futebol, futebol de areia e vôlei, vestiários, sanitários, *playground* e um estádio destinado à prática de beisebol com arquibancadas, iluminação, estacionamento e lanchonete. O setor náutico, com área aproximada de 2.300.000 m<sup>2</sup>, destinados a esportes náuticos não poluentes (remo, vela e canoagem), é dotado dos seguintes equipamentos: sede administrativa, cais/ancoradouro, garagem de barcos, sanitários, lanchonete, mirante, raíais, arquibancada lateral, torre de cronometragem para canoagem e canal inter-cavas. Fonte: <http://curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-parque-iguacu/313>. Acesso em 05/10/2014.

o fluxo de pessoas tende a aumentar, e, no domingo, quando a passagem de ônibus tem valor reduzido (R\$1,50) em relação à tarifa normal (R\$ 2,70), o número de pessoas que vai até o local através do ônibus é elevado em comparação com os dias de semana, sendo que muitos também vão de carro. Com entrada gratuita, aberta ao público de terça-feira a domingo, o local recebe em média trinta mil visitantes por mês<sup>114</sup>.

No trajeto do Terminal Boqueirão (de onde a linha sai) até o Zoo, o ônibus passa pela Casa de Acantonamento, que se localiza próximo da entrada do Zoológico. A Casa de Acantonamento faz parte da Divisão de Educação do Departamento de Fauna. Situada ao lado do Zoológico, está atrelada ao seu funcionamento, promovendo visitas guiadas para alunos de escolas municipais. Em funcionamento desde 1991, a Casa de Acantonamento é uma estrutura que conta com uma casa instalada num grande terreno em que há hortas e um pomar. O espaço possui três serviços principais, que são: o “acantonamento ecológico”, a “visita orientada” para estudantes e as “atividades extras”. As escolas interessadas ligam e marcam a visita ao local, ou solicitam que ocorra uma atividade na própria escola, chamada “zoo vai à escola”, em que os funcionários se dirigem até as escolas e promovem oficinas com os alunos. Nestas ocasiões são levados até as instituições escolares alguns mascotes da Casa de Acantonamento para que os alunos possam interagir com estes animais. Similar a esta atividade, a Casa promove também o “zoozinho vai ao CMEI”, que é voltada para os estudantes mais novos. O objetivo destas atividades, segundo a diretora da Casa de Acantonamento, é o de promover uma “educação a respeito dos animais, do modo como devem ser tratados, salientando, sobretudo, o respeito a eles e ao meio ambiente”. A equipe que compõe a Casa de Acantonamento é formada por cinco funcionários e mais seis estagiários, estudantes de cursos de Biologia, Zootecnia e Educação Física. As áreas de formação dos funcionários concentram-se na Biologia, Pedagogia e Veterinária.

A Divisão de Educação conta ainda com mais dois espaços, o Centro para Visitantes, localizado na entrada do Zoo, ainda na parte externa deste, e o Centro de Educação Ambiental, uma pequena construção localizada no interior do parque voltada para a visitação. Dentro desse espaço há diferentes painéis com textos relativos à importância da educação ambiental, além da descrição de hábitos “sustentáveis”, como o “cuidado da natureza”, a separação do lixo e o respeito aos animais, por exemplo.

---

<sup>114</sup> Fonte: <http://www.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em 10/10/14.

Além disso, ainda há a exposição de alguns animais empalhados e algumas ossadas de animais que viveram e morreram no Zoo, a maior parte dessas de aves, seguidas de descrições sobre os hábitos alimentares bem como características específicas da espécie. Há também a seção dos “animais peçonhentos”, que possui potes de vidro com aranhas e cobras mortas que, como os animais empalhados e as ossadas, também ficam expostos.

A entrada do Zoo possui uma estrutura que comporta quatro catracas para o controle das entradas e uma guarita em que fica um funcionário e um módulo da Guarda Municipal que realizam o patrulhamento do parque. Logo na sequência há um painel com o mapa do Zoo e seus respectivos animais. Aves de rapina são os primeiros animais com os quais as pessoas se deparam. A partir de então é possível escolher entre duas rotas para continuar o trajeto pelo local, ambas desembocam no mesmo fim, o que muda é por quais recintos se passará primeiro.



Figura 20: Placa no início do trajeto do Zoológico.  
(Arquivo pessoal).

No meio dos trajetos, próximo do *recinto* das lhamas e do casuar, localiza-se a sede administrativa do Zoo. É nesse espaço em que os funcionários iniciam e terminam suas atividades diárias. Esta sede é composta por uma casa de alvenaria dividida em cinco cômodos: o hall de entrada em que há uma mesa não ocupada por ninguém, banheiro, duas salas com documentos arquivados e materiais e a sala da administração

que contém três nichos com mesas e computadores destinados ao Gerente Operacional do Zoo e dois técnicos administrativos. Anexa a esta casa, mais aos fundos, há uma pequena cozinha onde os tratadores almoçam e tomam café; banheiros e vestiários e, em seguida, a cozinha destinada ao preparo dos alimentos dos animais. Mais aos fundos do espaço da construção há mais dois ambientes, um galpão coberto destinado para trabalhos de marcenaria e, por fim, uma construção contendo quatro cômodos: uma sala equipada com mesas e livros para o uso dos veterinários, biólogos e zootecnistas; uma sala para o atendimento clínico de animais, contendo armários com diversos medicamentos, uma mesa cirúrgica e uma pia; além de banheiro e uma pequena cozinha utilizada pelos *técnicos* e estagiários para almoçar. No interior do parque, portanto, há os espaços destinados aos animais expostos, e há também os destinados aos *técnicos* e *tratadores*, como se possuíssem também seus próprios *recintos*.

Estes espaços ficam numa área reservada somente para funcionários e, além desta grande estrutura acima descrita, o espaço comporta também uma parte do Setor Extra do Zoológico, que são *recintos* destinados a animais em tratamento ou que por outros motivos não ficam expostos para visitantes. Durante o período em que frequentei o local, o Setor Extra estava sendo utilizado para abrigar permanentemente animais que não tinham outros *recintos*. Ali estavam macacos-prego, babuínos sagrados (uma fêmea e seu filhote que precisavam ficar separados dos outros babuínos sagrados do Zoo para evitar brigas entre eles), araras (alocadas ali por falta de outros *recintos*), uma puma (transferida recentemente para o local), um gato do mato (já idoso e que apresentava alguns problemas de saúde), duas lontras cegas (por isso ali abrigadas) e cajubis (também alocados no local por falta de outro *recinto*). Existem no Zoo outros setores destinados a animais que não ficam expostos, o acesso a estas partes é feito através desta área reservada.

O modo como o Zoo é estruturado baseia-se em critérios do IBAMA. Os zoológicos brasileiros são regulamentados pela instituição, que recomenda normas para a estrutura e funcionamento. Disposições relativas à obtenção do registro de Jardim Zoológico, público ou privado, estão especificadas na Portaria do IBAMA nº 283/P de 1989, que traz os critérios e documentos necessários para a obtenção deste registro. É preciso, portanto, que o zoológico pleiteante do requerimento de registro apresente documentação referente ao planejamento do espaço, com as características de funcionamento, bem como a planta baixa da área e dos recintos, além do comprovante de filiação à Sociedade de Zoológicos do Brasil. Os jardins zoológicos classificados na

categoria "A", como é o caso do de Curitiba, devem cumprir algumas exigências, entre as quais:

- a. ter a assistência técnica de pelo menos um biólogo e um médico veterinário, contratados em regime de tempo integral;
- b. possuir setor extra, destinado a animais excedentes ou para reprodução;
- c. possuir instalações adequadas, destinadas a misteres da alimentação animal;
- d. possuir um quadro permanente de tratadores;
- e. possuir, em seu quadro de funcionários, elementos para os serviços de segurança;
- f. manter, em cada recinto sujeito à visitação pública, uma placa informativa onde conste, ao menos, os nomes comum e científico das espécies animais ali expostas, a sua distribuição geográfica e a indicação, quando for o caso, de que se trata de espécies ameaçadas de extinção;
- g. possuir sanitários e bebedouros para o uso do público;
- h. ter capacitação financeira;
- i. 40% (quarenta por cento) das espécies em exibição deverão ser da fauna brasileira, podendo esta proporção ser livremente maior;
- j. manter arquivo de registro através de fichas individuais por animal;
- k. dispor de apoio administrativo compatível com as atividades desenvolvidas; e
- l. manter funcionando laboratórios para análises clínicas ou convênios com laboratórios, para facilitar o diagnóstico e tratamento das doenças. (Portaria IBAMA n.º 283/P de 1989).

Estas exigências são os parâmetros através dos quais o Zoo de Curitiba procura se organizar. Apresento a seguir o quadro de funcionários que o compõem e também sua estrutura física e modo de funcionamento.

### **3.1.1 O Zoológico Parque Iguaçu: funcionários, rotinas e espaços**

No período da realização do trabalho de campo, sessenta funcionários trabalhavam na Divisão de Zoológico divididos entre diferentes cargos: diretoria, gerência, técnicos e equipe de manutenção. A diretoria é ocupada pela bióloga Teresa, encarregada de chefiar a Divisão de Zoológico que abarca os Serviços de Nutrição (Seção de cozinha do Passeio Público e do Zoo), o Serviço de Clínica Veterinária e o Serviço de Fauna. As Seções de cozinha são ocupadas por seis funcionários: cinco tratadores (dois no Passeio Público: Ana e Josué e três no Zoo: Branco, Carlos e José), e um zootecnista (Cristiane), responsável pela preparação dos cardápios dos animais seguidos pelos cozinheiros. O Serviço de Clínica Veterinária é encabeçado por quatro veterinários (Marcelo, Manoel, Oneida e Elia) que durante a semana se revezam num sistema de escala entre o Passeio Público e o Zoo. De acordo com o veterinário Manoel, o veterinário- enquanto funcionário do zoológico- possui certa autonomia em relação às

outras áreas, como zootecnia e biologia. Aponta, porém, para a importância dos três conhecimentos conduzidos em conjunto:

A função básica do veterinário é clínica e medicina preventiva, que são atividades inerentes à profissão e as inerentes ao local (zoológico). Os três biólogos e os três zootecnistas fazem o resto. Qualquer zoológico precisa ter essas três especialidades. Tem que ter interação. A parte clínica cabe ao veterinário e também certa autonomia. Tem coisas que o biólogo e o zootecnista sabem mais. É preciso extrair as coisas boas das três profissões para o bem comum, no caso o bem dos animais. Aqui caminhamos juntos. (Manoel, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

O Serviço de Fauna abarca os três biólogos (Teresa, Nancy e Maria) e dois zootecnistas (Silmara e Carlos). Os biólogos e zootecnistas, no Zoo de Curitiba, são responsáveis pela parte de *manejo* dos animais, bem como pelas atividades relativas às permutas que o estabelecimento realiza com outros zoológicos do país. O *manejo*, realizado no Zoo, é uma categoria oriunda da área de zootecnia e desdobra-se, conforme pude observar, em dois vieses: na alimentação dos animais, realizada a partir da construção de tabelas nutricionais que contêm o tipo e a quantidade de alimento que deve ser destinada a cada animal; e na organização do local em que os animais permanecem, articulando, para tanto, maneiras de propiciar um ambiente considerado “adequado” para as especificidades de cada espécie.

Exemplos são os modos como os dois zootecnistas encarregados destas funções, realizam ações para implementar ideias e materiais na composição destes cenários. A bióloga Maria constrói artefatos de madeira para pendurar nos *recintos* de algumas aves, como as araras, para que elas possam bicar o material, o que, segundo a funcionária, é muito útil no combate ao estresse das araras confinadas. Outras táticas também são realizadas, como a colocação do alimento em locais diferentes dentro do *recinto* para que esta alteração- ainda que sutil- possa quebrar a rotina do animal. De acordo com Carlos, também zootecnista, é importante que profissionais com esta formação técnica sejam incorporados nos trabalhos dentro dos zoológicos, uma vez que possuem um conhecimento específico de *manejo* dos animais. Transcrevo um trecho de uma entrevista que realizei com ele em que me explicou o que entendia por *manejo*:

O zootecnista é o profissional que tem um conhecimento muito interessante sobre manejo, que é o manejo do ambiente que o animal está inserido, é a habilidade em adequar, preparar o animal para o ambiente ou mesmo para o recinto, para a instalação que vá abrigar este animal. Manejo diz respeito também à manipulação e preparação de alimentos, elaboração de dietas, ao comportamento animal e seu bem estar. São todas questões muito

importantes. Manejo é uma palavra chave quando se trabalha com animal: há um impacto no ambiente e isso retorna, então é preciso manejar o ambiente do ponto de vista do animal e também do próprio ambiente, são duas coisas que andam juntas. Engloba também o modo de fornecimento de alimentos para eles, isso com base em suas necessidades e comportamentos. É, resumindo, lidar com o animal, com o seu meio e as coisas necessárias para sua sobrevivência. (Carlos, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

Voltando à composição do quadro de funcionários, há o cargo de Gerência Operacional e de Abastecimento, exercido por Cláudio, que administra a verba mensal destinada ao Departamento de Fauna, que gira em torno de cento e trinta mil reais mensais. Este montante é usado para cobrir gastos com a alimentação dos animais, diversos materiais e para a roçada<sup>115</sup>, que é realizada por uma empresa terceirizada. Segundo Cláudio, oitenta por cento desta verba é geralmente utilizada na compra de alimentos, realizada através de licitação. Estes alimentos são: ração para animais e carnes de diferentes tipos, bovina, frutos do mar e aves. Além da compra de alimentos, o Zoo e o Passeio Público contam com a doação de frutas e verduras realizada pelo CEASA<sup>116</sup>, que três vezes por semana realiza a entrega de caixotes com alimentos<sup>117</sup>. No entanto, é preciso que estes alimentos doados passem por uma seleção feita pelos funcionários da cozinha, uma vez que cerca de quarenta por cento deles não é aproveitável, sendo descartada. Além da doação de frutas e verduras, o Zoo recebe também doações de coelhos e camundongos<sup>118</sup>, destinados à alimentação dos leões, onças, corujas e outras aves de rapina. O que eventualmente sobra da quantia inicial é destinado à compra de materiais (tanto de construção- para a manutenção e também para a construção de novos *recintos*- quanto materiais de escritório que englobam diferentes tipos de objetos).

Cláudio chefia quarenta e quatro funcionários, entre os quais doze totalizam o número de *tratadores* (seis no Passeio Público e seis no Zoo). Os outros trinta e dois funcionários se dividem entre funções relativas a consertos, reparos, limpeza,

---

<sup>115</sup> A maior parte do Zoo contém gramados que precisam, segundo Cláudio, de roçadas mensais para conter o volume da grama, o que poderia prejudicar o aspecto do parque e também o passeio em seu interior.

<sup>116</sup> CEASA é a sigla para Centrais de Abastecimento, empresas de economia mista, destinadas à comercialização de hortifrutigranjeiros. Fonte: <http://ceasasc.com.br/institucional>. Acesso em 08/10/2014.

<sup>117</sup> Além dos alimentos comprados e dos doados, o Zoo também produz uma parte da alimentação de alguns animais herbívoros: capim (cortado e estocado em porções para que seja fornecido diariamente para os hipopótamos e girafas, entre outros) e camundongos, criados num espaço reservado do Zoo. Mais detalhes sobre a estocagem dos alimentos, bem como a rotina da cozinha, serão tratados posteriormente no capítulo.

<sup>118</sup> De acordo com Cristiane, a zootecnista responsável pelo preparo das tabelas alimentares, os camundongos são doados pela TECPAR (Instituto de Tecnologia do Paraná) da cidade de Araucária, enquanto que os coelhos são oriundos de criadouros de Piraquara/PR.

almoxarifado, condução de automóveis e também auxiliam no tratamento dos animais, podendo substituir os *tratadores* “fixos”, se necessário.

Os animais que residem no local, assim como os humanos que circulam trabalhando por ali, também possuem uma rotina de horários pautada no funcionamento do parque. São cerca de mil e oitocentos animais de cento e vinte e sete espécies diferentes, entre mamíferos, répteis e aves distribuídos em sessenta e cinco recintos que podem ser visitados de terça-feira a domingo das oito e meia da manhã às dezessete horas. Segunda-feira é o “dia de folga” dos bichos, “eles também precisam descansar”, me esclareceu o gerente técnico do Zoo. Este é o dia em que são feitos reparos nos *recintos* dos animais, bem como a limpeza dos tanques de água presentes em alguns deles.

As atividades no Zoo, entretanto, começam antes da abertura dos portões. O turno começa às sete horas da manhã para os dois funcionários responsáveis pelo preparo dos alimentos na cozinha e é finalizado às dezesseis horas, enquanto que para o restante dos funcionários o horário de trabalho se inicia às oito horas, terminando no horário de fechamento do Zoo, às dezessete horas. A maioria dos funcionários chega até o local através do transporte disponibilizado pela Prefeitura. Diariamente às sete horas saem do Passeio Público duas vans que transportam os funcionários e também os estagiários até o parque e retornam ao Passeio Público no final da tarde. Quando passei a frequentar o local diariamente durante a pesquisa de campo- realizada em janeiro de 2014- eu também utilizava esta van para me deslocar até Zoo. O trajeto dura cerca de quarenta minutos e, ao chegar ao destino os funcionários dirigem-se diretamente ao vestiário para vestirem os uniformes. Alguns funcionários chegam até o local de ônibus, de bicicleta e também de carro, sendo possível estacionar o veículo em frente à sede administrativa.

### **3.1.2 O dia-a-dia no Zoológico: acessando e recriando naturezas**

Na minha primeira visita ao parque fui recebida pelo gerente técnico Cláudio, que propôs uma caminhada para que eu pudesse conhecer todo o espaço. Todo o trajeto pelo Zoo durou cerca de uma hora e, na medida em que andávamos, passando pelos *recintos*, Cláudio discorreu sobre como o trabalho era organizado, como os *recintos* eram pensados e sobre os projetos de melhorias que o Departamento de Fauna visava

implantar, muitos destes relacionados a reformas de alguns *recintos* e também à construção de novos.

Em alguns dos *recintos* há lagos ou tanques com água, como é o caso do espaço dos hipopótamos, lontras, patos, marrecos e jacarés, por exemplo. Os *recintos* são equipados com uma área externa e uma área interna, possibilitando ao animal se ausentar da vista do visitante permanecendo na área interna. Segundo Cláudio, muitos *recintos* passaram por melhorias, sendo reformados, mas ainda era preciso investir nestes espaços, para que os *recintos* construídos predominantemente com cimento pudessem receber, ao longo do tempo, acabamentos de madeira, possuir mais vegetação incluída, para que seu aspecto “fosse o mais natural possível e ficasse mais bonito” e, por isso, mais atraente para os visitantes.

Ainda que exista a tendência de criar ambientes que aludem aos habitats “naturais” dos animais, na prática isso encontra limites fazendo com que alternativas sejam pensadas e implementadas na medida do possível, conforme pode ser observado nos trechos transcritos logo abaixo. Trata-se de trechos de entrevistas realizadas com os funcionários *técnicos* a respeito de suas concepções sobre os recintos do Zoo:

Juliana- Como os recintos deste zoológico foram/são planejados?

Manoel (veterinário)- Eles vêm de uma cultura. Em 1982 a cultura era uma, e a maioria destes recintos que temos datam desta época. É preciso planejar o recinto para que o animal tenha pontos de fuga, o padrão ideal é o que fizemos na construção do recinto dos cracídeos<sup>119</sup> que possui: área de exposição em ambiente externo e tem área interna, indoor, que tem o oposto do que tem fora. Isso é básico, o animal ter a situação de controle, de escolher onde ficar e quando, dependendo da espécie. Pensamos em melhorar os recintos a partir da adaptação com o que já temos. No recinto das girafas colocamos saibro, não pode ter gramado, por exemplo, porque faz mal para os cascos. É um animal de ambiente macio. Camelos, por exemplo, ficam em recinto cheio de areia. Isso é mais imitar para o público, do que para o animal” (Entrevista realizada em janeiro de 2014).

Carlos (zootecnista)- Acho que os recintos tinham que ser maiores. O fato de este Zoológico não ser particular e ser vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente muda tudo e o situa. Ele não lida apenas com animais, mas com Meio Ambiente. É preciso pensar nos resíduos, esgotos interligados com fontes hídricas do Zoológico. O animal está dentro da água suja e está bem, mas há a consciência de que isso é errado. Vieram mais animais pra cá e o investimento público foi pequeno, mas não tem muito que fazer, olha a grande quantidade de Queixadas, por exemplo. Tentamos deixar alguns recintos mais próximos possível do habitat natural. Temos projetos para aumentar os recintos e construir novos. É preciso ter vegetação nestes espaços, por exemplo, a ilha dos macacos-prego: retiramos os macacos de lá para deixar a grama crescer, mas crescer bastante mesmo. O visitante chega aqui e pensa que o lugar está abandonado por causa da grama alta, mas não é

---

<sup>119</sup> Cracídeos é o termo para designar a família das aves galináceas. Fonte: <http://www.dicio.com.br/cracideos/>. Acesso em 01/11/14.

nada disso. É bom para o animal ter essa vegetação e com o tempo eles (macacos pregos) também se acostumam com a vegetação. Tenho procurado tomar conta disso: no dia de roçar, entram (funcionários de empresa terceirizada que realiza o corte da grama) nos recintos e cortavam tudo, mas não pode, é preciso ter áreas de fuga, mato para o animal poder comer e também se proteger (dos olhares dos visitantes). Alguns animais nem sabem o que é habitat natural porque nasceram aqui. Eles (outros funcionários) gostam de cortar grama, eu deixo aqui, ajuda na alimentação dos animais”. (Entrevista realizada em janeiro de 2014).

Maria (bióloga) – Há 32 anos, quando (os recintos) foram criados eram grandes, mas não era muito pensado, assim o zoológico se formou, sem muito planejamento, hoje precisamos planejar a partir do que já existe aqui. O recinto dos anatídeos (patos) é ótimo, o da lontra também, o local é bonito. O das araras não é ideal, deve ter uns 25 anos, já foi bonito, mas ele é muito bicudo, o design não é bom, não é funcional, ela tá bem ali, mas não é ideal”. (Entrevista realizada em janeiro de 2014).



Figura 21: Ilha dos macacos-prego com o capim alto. (Arquivo pessoal).

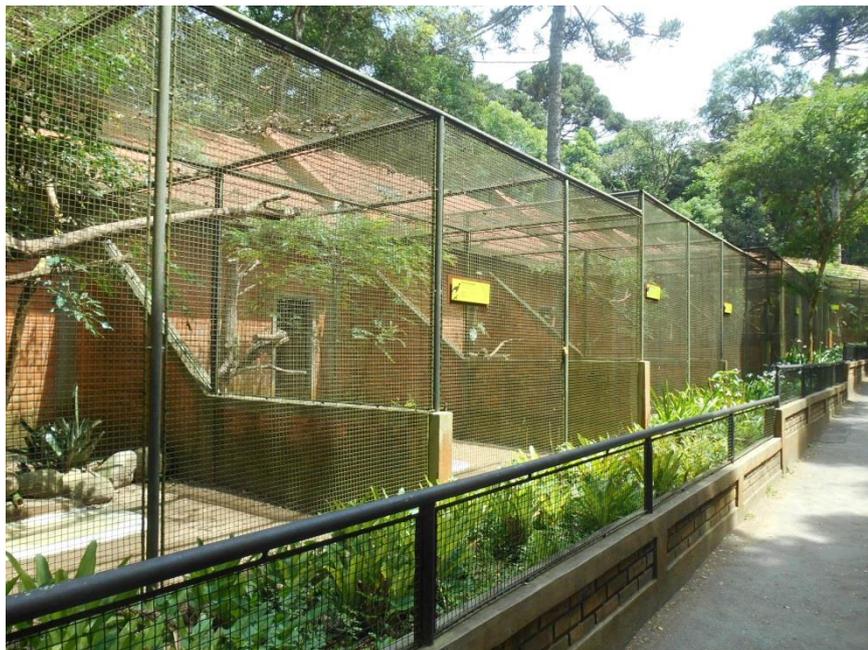


Figura 22: *Recintos dos cracídeos.* (Arquivo pessoal).



Figura 23: *Recinto do Tucano-toco* em que é possível observar a área externa (em primeiro plano no recinto) e a área interna ao fundo. (Arquivo pessoal).

Um fato que perpassa as três falas é a necessidade de adaptação com a estrutura que já existe no local. O fato de ser uma instituição pública, como explicita Carlos, coloca limites financeiros para a realização de obras. Por outro lado, justamente por estar atrelado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Zoo possui uma dimensão que não pode estar desconectada do cuidado ao meio ambiente, como ressalta Carlos. É

preciso, a partir disso, que o Zoo preocupe-se também com os possíveis impactos que causa no meio ambiente.

O trecho da fala de Manoel em relação a configuração do *recinto* (divido em área externa e interna) é muito interessante para pensar que a vida dos animais *silvestres* é distribuída entre público e privado, tal como a dos humanos; e há certa margem para que eles próprios escolham como e quando traçar esse limite. Manoel indica a preocupação de prover um *recinto* que, além de funcional, seja atrativo também para os visitantes, de modo que é possível pensar que a ideia de propiciar um ambiente próximo do que seria o habitat natural do animal, talvez esteja mais ligada à pretensão de construir um cenário antes para o vislumbre do visitante do que para sanar uma possível necessidade do animal. Em contrapartida, a fala de Carlos aponta justamente para uma preocupação voltada primeiramente ao que considera ser interessante para o animal, no caso, para os macacos-prego, ao não permitir que o capim da ilha dos macacos seja cortada. Para Carlos, ainda que visualmente isso possa causar algum incômodo aos visitantes, é preciso pensar primeiramente no animal que, segundo ele, poderá desfrutar de um ambiente mais próximo do “natural”. A ideia do Zoo como local de exibição e deleite do público nunca se dissipa inteiramente. A bióloga Maria, por sua vez, ressalta características muito específicas relacionadas ao design e tamanhos de alguns *recintos*, como tamanho e beleza. A partir dessas falas, é possível observar o que os *técnicos* consideram que seja importante para a manutenção da vida nestes espaços.

Além de ser um termo utilizado pelo IBAMA para reportar-se aos locais em que os animais são confinados, todos os funcionários com os quais conversei também usavam o termo *recinto* para designar o alojamento dos animais.

Nós não temos cativeiro, temos semi-cativeiros porque aqui não tem jaula. Os espaços, em vista de outros, oferecem mais que o dobro (do tamanho) para cada animal e em todo recinto tem grama ou coisa parecida. (Tadeu, chefe dos tratadores, janeiro de 2014).

O trecho acima foi dito pelo o chefe dos tratadores para mim, quando usei o termo “cativeiro” para me referir aos espaços. O “dobro” a que Tadeu se refere em sua fala diz respeito aos tamanhos mínimos para os recintos designados pelo IBAMA. Tadeu, com sua fala, não apenas me corrigiu quanto ao uso do termo considerado adequado para referenciar o espaço dos animais do Zoo, mas também situou uma posição adotada em relação à concepção do espaço. O uso do termo *recinto* em detrimento de cativeiro parece apontar para uma forma de conceber este modo de relação humano- animal de

zoológico, que se quer pautada em outras bases que não a do mero confinamento de animais. O conceito de cativeiro parece implicar uma conotação de imoralidade (MARVIN, 2008:6) em manter animais *silvestres* fora de seus “devidos” lugares.

Stelio Marras (2009) em sua tese intitulada “Recintos e evolução: capítulos de antropologia da ciência e da modernidade” realiza uma etnografia sobre laboratórios de biologia, genética e bioquímica articulada com uma reflexão aprofundada a respeito do conceito de evolução darwiniano. O autor reflete sobre este universo em que pesquisas com animais são rotineiramente conduzidas, tomando como foco central os “recintos laboratoriais” que dizem respeito, tanto aos pequenos recipientes usados para conter animais, quanto às próprias dependências dos biotérios. (MARRAS, 2009:45). Ao conter para monitorar possíveis “derivações evolucionárias, cultivar linhagens animais para os experimentos” (MARRAS, 2009:46), estes recintos produzem uma alta “domesticação” e “controle” da vida manipulada no laboratório.

Os recintos, como espaços de alta domesticação científica, promovem ora a estabilização ora a variação dos agentes que neles se inscrevem. O mundo é apartado nos interiores dos recipientes, de modo que a individuação de um dado agente ocorre na relação, porém controlada, que estabelece com seus “meios” ou “ambientes” de recinto. Assim, as misturas (“agentes de meio”) a que são submetidos os “agentes de interesse” servem para que estes sejam, no final, isolados, purificados e, com sorte, mostrem uma “rota de obtenção” que os torne acessíveis e reprodutíveis em escala (MARRAS, 2009: 304-305).

A ação de encerrar, restringir, direcionar relações das “formas orgânicas” na escala laboratorial a que se refere Marras, através dos limites que o recinto impõe, é uma ideia interessante para pensar a produção de recintos em outros contextos, como no Zoo, em que pese, obviamente, a clara noção de que as escalas entre o mundo do laboratório e o do Zoo são bastante distintas. Ainda assim, é possível pensar que a vida no Zoo também é restringida a parâmetros impostos por humanos e que, de certa forma, “permitem domesticar o tempo evolutivo selvagem”.

O tamanho dos *recintos* do Zoo segue a normativa do IBAMA, e varia de acordo com a espécie do animal, e deve conter guarda-corpos (estrutura para que o visitante não se aproxime demasiadamente do animal) e placas com informações relativas ao animal em exposição, como nome comum e científico, distribuição geográfica e indicação, se for o caso, de que se trata de espécies ameaçadas de extinção.

Tomemos a placa do *recinto* das onças-pintadas como exemplo para ilustrar o modo como determinadas informações são dispostas. Numa estrutura retangular de

madeira consta o “nome comum” do animal: “Onça-pintada”; sua região de origem: Sul dos Estados Unidos até a Argentina; o nome científico: *Panthera onca*; o peso: até 1200 kg; alimentação: grandes animais. Geralmente há na placa também, o desenho de um mapa aludindo à região de origem do animal.



Figura 24: Placa de identificação do recinto da onça-pintada. (Arquivo pessoal).

A fixação destas placas nos *recintos* tem como objetivo informar ao visitante sobre o animal que está sendo visitado, propondo, assim, um direcionamento no modo como o visitante apreende a presença de determinado animal. A placa associa o animal ao seu “local de origem”, ou seja, ao local em que sua espécie é nativa, realizando, dessa maneira, um contraponto com a própria existência imediata do animal em questão. Ainda que o animal seja um morador do Zoo, sua existência é, ao menos no plano das informações contidas nas placas, deslocada espacialmente para um lugar que não é o Zoo. Esta associação do animal a determinado lugar (Sul dos Estados Unidos até a Argentina, por exemplo) e também a determinada espécie (onça-pintada) remete à ideia de que o animal pertence a outra “natureza”.

Quando a onça-pintada do Zoo, conhecida como Apolo, é associada através da placa às onças que vivem “do Sul dos Estados Unidos até a Argentina”, sua individualidade, neste caso, é diluída. Entretanto, seus hábitos são conhecidos por seu *tratador* responsável, cuja forma com que a trata pauta-se, em grande medida, por uma relação estabelecida com a onça em questão, e não com a ideia de uma onça que vive em

outra localidade. É Apolo quem recebe os cuidados e afetos do tratador José. Deste modo, no tópico a seguir discorro sobre o modo como o trabalho no Zoo é pautado também por afinidades entre os que trabalham no local: os funcionários humanos e os “funcionários” animais.

### 3.1.3 Estabelecendo contatos: proximidades interespecíficas

Após a apresentação dos espaços e *recintos* realizada por Cláudio em minha primeira visita ao Zoo, ele me apresentou aos *tratadores*, e me sugeriu conhecer primeiro a rotina da cozinha. Passei, portanto, a acompanhar o trabalho na cozinha e, durante uma semana, sempre que eu chegava ao local pela manhã, me dirigia diretamente para a cozinha, onde eu passei a ajudar na preparação dos alimentos.

Assim que demonstrei interesse em conhecer a rotina de trabalho dos funcionários da cozinha, eles imediatamente me propuseram que eu *batesse faca*, para aprender como faziam. *Bater faca* é o nome dado para a ação de picar alimentos, realizada em duas bancadas em cima de tábuas de madeira. Nestas bancadas, que ficam no centro da cozinha, são cortados, geralmente, bananas, mamões, acelgas e abóboras. Fui instruída a usar luvas descartáveis pelos funcionários, que me mostraram a melhor forma de segurar a faca para cortar e sempre me davam as frutas “mais fáceis” para picar, como bananas e mamões, por serem mais macios e não exigirem muita força.

No primeiro dia, todos me perguntaram quanto tempo meu estágio duraria e, logo percebi que todos os estagiários novatos eram colocados para as tarefas na cozinha e, assim que podiam, tentavam mudar de “função”. Conforme já mencionado, a presença de estagiários, principalmente de estagiárias, é comum no Zoo, sendo que minha presença parecia não causar incomodo à rotina de trabalho. Nos primeiros dias de trabalho de campo, todos os *tratadores* com os quais conversei, além dos da cozinha, acharam que eu estava ali realizando um estágio e que eu era estudante de veterinária. Alguns me questionaram sobre meu vestuário, indagando sobre o porquê de eu não usar um jaleco branco como as outras estudantes. Ao passo que eu explicava sobre minha pesquisa e que eu não estava ali realizando nenhum tipo de estágio e, tampouco era estudante de veterinária, percebia que os *tratadores* pareciam se sentir um pouco mais à vontade com a minha presença, talvez pelo fato de o trabalho dos *tratadores* ser constantemente avaliado pelos *técnicos* e, por extensão, pelos estagiários, que assumem uma relação de mais proximidade com os *técnicos*.

A cozinha é internamente revestida com material cerâmico e comporta além uma câmara fria onde são armazenadas as carnes, geladeiras, congeladores, pias, fogão e uma despensa onde os alimentos ficam estocados em caixas. Juntamente com estes alimentos são estocados também blocos de capim, retirados do solo de partes do parque, para virarem alimento para alguns animais, como os hipopótamos e girafas.

Na hora de *bater faca*, as caixas de alimentos são colocadas no chão, próximas da mesa para facilitar o preparo. As carnes bovinas, de frango e de peixe diariamente são também cortadas para serem distribuídas. Após serem picados, os alimentos são separados em recipientes distintos identificados com o nome do animal escrito com caneta numa das extremidades da bacia. Além das frutas, verduras e carnes, alguns recipientes também são preenchidos com ração, e com porções de polenta e ovos cozidos. Há uma quantidade e tipo específicos de refeição para cada animal que é determinado pela zootecnista responsável pela dieta dos animais. Os funcionários da cozinha seguem, portanto, uma planilha que contém o tipo e a quantidade de alimento que devem preparar diariamente. Estas planilhas ficam afixadas num mural na parede da cozinha, podendo ser verificadas, em caso de dúvida, a qualquer momento.

Das sete às oito horas o preparo dos alimentos é realizado geralmente por três funcionários. O *bater das facas* nas tábuas de madeira causa um barulho que é perceptível de fora da cozinha, podendo ser ouvido também de dentro das salas da administração, que se localizam próximas da cozinha. Por volta das dez horas da manhã todos os alimentos já estão picados e organizados nas quantidades previamente estipuladas pela zootecnista, dentro dos recipientes que são dispostos no chão perto da porta de entrada da cozinha para facilitar sua retirada. Um dos motoristas do Zoo então aporta um caminhão na porta da cozinha e ali os *tratadores* transportam os recipientes cheios de comida para a caçamba. Geralmente cada *tratador* ocupa-se de pegar os recipientes dos respectivos animais que trata. Cada *tratador* é responsável pela manutenção de *recintos* específicos, divididos informalmente entre os próprios, assim, todos os dias é a mesma pessoa que trata o mesmo animal, levando seu alimento e limpando o local. Caminhão já carregado, todos também sobem e seguem pelas ruas do Zoo e os *tratadores* vão saltando na medida em que o carro passa por “seu” *recinto*.

Ao chegar ao *recinto*, o *tratador* destranca o cadeado que bloqueia a entrada de outras pessoas ao local e o acessa por uma área mais escondida da vista do visitante. Em alguns casos, antes da entrada, é preciso que o funcionário prenda o animal na parte interna do *recinto*, para que possa entrar no ambiente de forma segura, prevenindo,

desta maneira, possíveis ataques. Estas medidas são tomadas nos *recintos* dos leões e leoas, ursos, chimpanzé, babuínos-sagrados, onças, pumas, bisão, lontras e tamanduá. Ao entrar no local, o funcionário retira os restos dos alimentos do dia anterior e fornece a nova refeição fresca; em seguida, realiza também a limpeza do ambiente. Alguns esperam o caminhão passar novamente para retornarem à cozinha, outros voltam andando. Por volta das dez e quarenta e cinco da manhã todos os animais já receberem a comida.

Os recipientes vazios são devolvidos à cozinha, que, no início da tarde começa a funcionar novamente no preparo da segunda “leva” de alimentos. Por volta das quinze horas todo o processo é repetido. Desta vez, a quantidade de alimentos é menor e apenas complementa a primeira refeição do dia. Nas segundas-feiras, quando o parque é fechado para visitantes, os *tratadores* realizam uma limpeza mais aprofundada dos *recintos*, principalmente nos que contêm tanques de água, que são esvaziados e limpos, como o *recinto* das lontras, das tartarugas e dos hipopótamos, por exemplo.

De acordo com o chefe dos *tratadores*, o trabalho na cozinha é uma parte essencial na manutenção do espaço, em suas palavras, “a cozinha é o coração do zoológico”. Diariamente, quando chega ao parque, a primeira tarefa de Tadeu é a realização da vistoria de todos os *recintos* do local antes de os *tratadores* iniciarem suas atividades de limpeza e alimentação dos animais. Tadeu passa verificando se está tudo “em ordem”. Caso note alguma coisa diferente- como algum animal doente ou morto, ou quando há expectativa do nascimento de algum filhote- é ele quem toma as primeiras providências, reportando o caso para os veterinários quando necessário, ou para os outros *tratadores* que, porventura, podem ajudá-lo na contenção de algum animal ou mesmo em sua retirada do ambiente em caso de morte.<sup>120</sup> Essa etapa, é realizada antes da chegada dos visitantes, de modo que, quando o parque abre, “tudo já está nos

---

<sup>120</sup> Quando algum animal morre ele é retirado do *recinto* e, dependendo de seu tamanho e/ou espécie o corpo pode ter destinos diferentes. Se for um animal de pequeno porte os próprios veterinários do Zoo realizam a autópsia e o descarte fica a cargo de uma empresa terceirizada que realiza recolhimento dos resíduos hospitalares. Quando o animal é de grande porte e de interesse para o Departamento de Fauna, ele é então levado para o Centro de Patologia da UFPR. Durante minha pesquisa, o tigre de bengala Shogun morreu no Zoo. Segundo o funcionário Silvio (técnico administrativo), quem me reportou a notícia, o tigre já apresentava um quadro bastante debilitado nos dias que antecederam sua morte, “ele já veio com problemas”. O tigre Shogun, após passar grande parte de sua vida “trabalhando” no Parque de Diversões Beto Carrero (Itapema, SC), sendo uma das atrações para visitantes, foi transferido para o Zoo de Curitiba, onde, segundo o relato de alguns funcionários, pôde desfrutar de cuidados. Após sua morte, seu corpo foi destinado à necropsia na UFPR.

conformes”, esclarece o chefe dos tratadores. Após esta vistoria matinal, Tadeu vai até a cozinha para checar se os alimentos já estão sendo preparados.

Os veterinários, quando chegam de manhã ao local, também costumam realizar uma vistoria geral dos animais. A rotina destes funcionários reside em diferentes tarefas que englobam avaliações clínicas por diferentes motivos (presença de carrapatos, aplicação de vacinas, vermífugos, cuidado de possíveis feridas, entre outros), acompanhamento dos estagiários, organização dos *recintos*, preenchimentos de planilhas referentes aos animais que entraram e saíram do Zoo, entre outras tarefas.

Os *tratadores* e os *técnicos* são atentos aos hábitos dos animais, conhecem seus gostos e notam quando algo “sai da normalidade”. Em contato direto e diário com os animais, eles sabem quando estão comendo, quando não estão, se estão doentes, tristes, etc. Os funcionários da cozinha também conhecem os “gostos” alimentares dos animais. Certa manhã, Zé (cozinheiro) preparava ovos de avestruz cozidos, perguntei para quem eram aqueles grandes ovos, já que até o momento eu não havia visto nenhuma vez prepararem na cozinha ovos daquele tipo para nenhum animal em específico. Zé me disse então que eram para o urso-de-óculos: “ele adora comer esses ovos, então quando a avestruz dá ovo, eles (os *tratadores*) trazem rapidinho pra cá, e eu preparo para o urso porque ele gosta, é bom pra ele”. Se algum *tratador* observa que o animal não está comendo algum tipo de alimento, a informação é reportada para o chefe dos *tratadores* que, juntamente com o pessoal da cozinha, toma alguma providência e, se necessário, a substituição de algum alimento por outro.

Houve outro caso interessante, em que o Gato-do-mato estava doente e não estava comendo a carne oferecida a ele, estava comendo pouco há dias, o que causou a preocupação dos *tratadores* e também dos veterinários que iam até o seu *recinto* praticamente de hora em hora para verificar se o gato havia comido, ao menos um pouco da carne. Como o gato não comia nada, um dos veterinários sugeriu tentar motivar seu apetite com “Whiskas” (preparado de comida industrial para gatos domésticos vendido em supermercados), comprado por uma das estagiárias, que se prontificou para tanto, já que a cozinha não conta com este tipo de ração. Ou seja, ainda que existam planilhas fixas com os alimentos que devem ser fornecidos, isso pode variar de acordo com situações específicas desencadeadas, tanto pelos próprios animais, quanto pela disponibilidade de cada funcionário.

O trecho a seguir diz respeito à fala de Tadeu sobre seu trabalho no Zoo e que reflete como o engajamento pessoal produz formas específicas de relações dentro deste universo:

É preciso quebrar a rotina trabalhando dentro do recinto, mudar o lugar da comida, porque os animais ficam estressados, eles interagem com o ambiente. Não é qualquer tratador que pode tratar de qualquer animal, o chimpanzé, por exemplo, não gosta do Cícero, então o Cícero não pode tratar dele, e eles (os animais) atrapalham o tratador quando não gostam. Tem uma associação com a pessoa, eles (animais) reconhecem pelo jeito de andar, de bater a porta, eles sabem, e quando gostam do tratador o animal não se estressa, é outra coisa. O avestruz se acostuma com aquela pessoa, então procuramos deixar sempre os mesmos tratadores para o animal se acostumar, tentamos não mudar muito. E todos animais são assim, por exemplo, usar cor vermelha não dá, os deixa nervosos. Eles têm suas vontades. Eu levei um ano para dar alfafa na boca do hipopótamo, antes eles não chegavam nem perto. É de interesse do Departamento que os domesticemos, isso é importante para o trato diário, porque quando é preciso tratar, vai tratar como? Como vai fazer para aplicar a zarabatana embaixo d'água? Então a prática é muito importante, o conhecimento é diferente do da faculdade. Só a faculdade não dá o entendimento de conhecer no dia-a-dia. (Tadeu, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

Se os zoológicos operam a partir da ideia de que podem oferecer aos visitantes um pouco da “vida selvagem” através da criação de espaços que visam remeter à “natureza”, esta premissa, durante a pesquisa, foi constantemente colocada em xeque na medida em que foi possível conhecer as formas como as relações no interior do Zoo de Curitiba são estabelecidas, de modo que a fala de Tadeu aponta para questões muito interessantes para pensar a relação tratador-animal. Quando Tadeu diz que os animais demonstram gostar ou não de determinados *tratadores* e que isso é levado em conta na organização diária do trabalho, temos explicitado o fato de que as relações estabelecidas entre o humano e o animal, neste contexto, são mediadas por agências de ambas as partes: o chimpanzé, que não gosta do tratador Cícero, escolhe por qual *tratador* quer ser tratado, e isso é respeitado pelos funcionários. Outro ponto que a fala permite destacar é a questão da domesticação, que, de acordo com Tadeu, é essencial para que o trabalho no Zoo possa ser feito. Quando diz que demorou quase um ano para conseguir dar alfafa na boca do hipopótamo, Tadeu indica existir uma disposição para o aprendizado que, conforme esclarece, é oriundo das diferentes relações estabelecidas na prática do cotidiano do parque. É preciso “trazer para dentro”, ensinar e ser ensinado. Parece existir um respeito mútuo, uma relação que é constituída ao longo do tempo e que permite que o animal se torne parte da relação também enquanto agente que produz sentidos. Também é interessante notar, na fala transcrita acima, que os animais

“silvestres” devem ser “domésticos” para os funcionários (seus colegas de trabalho), ao passo que sua exibição aos visitantes só se justifica justamente por serem “silvestres”.

Outras situações também expressam modos de interações entre funcionários e animais, pautadas em especificidades de comportamentos dos animais relatadas por alguns funcionários. De acordo com Cícero, o *tratador* dos babuínos, eles não gostam de pessoas usando roupas brancas, porque, segundo ele, os babuínos associam a cor aos jalecos usados pelos veterinários e estagiários, que são os que realizam exames clínicos quando necessários. Quando combinei com Cícero de acompanhá-lo na tarefa de tratar os babuínos, levar a comida e limpar o *recinto*, ele me sugeriu que eu não usasse nenhuma peça de roupa branca para evitar o estresse dos animais. Assim fiz, não posso dizer que os babuínos ficaram estressados com a minha presença, mas certamente a estranharam, demoraram a ir pegar a comida que chegara, segundo Cícero, porque estavam receosos com a presença de uma pessoa estranha, “eles sabem que você não é daqui, nunca te viram, é preciso um tempo para que eles conheçam.” O casal de babuínos sagrados só se aproximou da comida quando eu me distanciei do *recinto*.

O chimpanzé Bob, por outro lado, pouco demonstrou alguma atitude incomum quando acompanhei seu *tratador* na tarefa diária. Enquanto colocava a comida no recipiente de Bob, o *tratador* me falava a respeito do cuidado que se deve ter em não chegar perto da grade que os separa, pela possibilidade de o chimpanzé conseguir agarrar as mãos ou os braços do *tratador*, uma vez que isto já aconteceu no Zoo com um dos funcionários, que teve um de seus dedos mordido pelo chimpanzé num momento de “fúria”, como descreveu o *tratador*. “É preciso respeitar os espaços” afirmava o *tratador*. Assim como os babuínos sagrados, o chimpanzé também possui diferentes relações com os diferentes funcionários, além de não gostar do tratador Cícero, todos sabem que Bob e um dos veterinários “não se dão”. Ninguém sabe ao certo o porquê, mas respeitam o fato de o chimpanzé não gostar da presença do veterinário em seu *recinto*, fazendo com que o funcionário evite o local, salvo ocasiões de grande necessidade. Ainda que seja sutil, é perceptível a comunicação entre as pessoas e os macacos. Esta comunicação envolve a construção uma sociabilidade interespecífica promovida pela proximidade, especialmente dos *tratadores* com estes animais, desencadeada pela diária convivência. As leas também demonstraram que percebiam minha presença: “elas não vão pegar a comida enquanto você estiver aqui, que pena, você não vai vê-las”, dizia Guma, o responsável por elas. José, o *tratador* dos felinos, relatou com entusiasmo sua trajetória no cuidado destes animais:

Eu sempre me interessei por zoológicos, desde pequeno, eu adoro trabalhar com animais, mas não com todos, eu gosto mesmo é dos felinos, eu adoro estes animais, seus comportamentos. É preciso ter respeito pelos animais, eles não são máquinas, eles pensam. (José, tratador, em entrevista realizada em janeiro de 2014).

José chama cada onça pelo nome, conhece as peculiaridades de cada uma. Numa tarde, enquanto dava comida para elas, me apresentou cada uma pelos respectivos nomes: “essa é Angélica e este Apolo. São os pais da Maira, e da Angelina. O Apolo adora uma carne de galinha” acrescentou.

Posições de destaques de alguns animais são constantemente elencadas pelos funcionários. Aparentemente, os animais mais populares no Zoo estão em extremos: os macacos, quase humanos, e os leões, emblema do *selvagem*.

Imperatriz era um chimpanzé que viveu por muitos anos no Zoo de Curitiba e sua morte, em 2011, aos quarenta e sete anos, não foi o suficiente para que fosse esquecida. Constantemente lembrada na fala dos *tratadores*, Imperatriz era a mais antiga moradora do parque, e ocupa um lugar de destaque na narrativa de alguns funcionários sobre o Zoo. Ela foi para o local em seu primeiro ano de funcionamento, em 1982, tendo morado durante quinze anos no Passeio Público antes de ser transferida para o Zoo. Pertencia anteriormente a um circo, onde, de acordo com os funcionários, sofria *maus tratos* e era obrigada até mesmo a fumar.

Ela era a estrela do zoológico. Era muito inteligente, ela praticamente falava, conseguia se comunicar, sabe? Ela ensinou o Bob (o chimpanzé macho transferido para o zoo em 2009 que atualmente vive no Zoo) a abrir o iogurte e lambe a tampinha.” (Fala do motorista Marcos a respeito de Imperatriz).

Ela veio de um circo, então foi ensinada a fazer várias coisas. Inclusive a fumar. Era muito esperta, era o xodó aqui do zoo. (Ricardo, funcionário da manutenção, a respeito de Imperatriz).

Em entrevista cedida a um jornal pela bióloga Teresa, atual diretora do Zoológico, em 2009, a funcionária falou sobre os cuidados com Imperatriz: “quando suspeitamos de resfriado, damos para ela vitamina C ou xarope. Nos dias de muito frio, damos um chá morno, que ela adora”.<sup>121</sup> Além de Imperatriz, os feitos do chimpanzé Jhonny foram também muitas vezes ressaltados nas falas dos *tratadores*, apesar de não mais morar no Zoo na época em que realizei a pesquisa, já que havia sido transferido para outro zoológico. Foi várias vezes lembrado e caracterizado como “temperamental”,

<sup>121</sup> Fonte: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/2009/10/animal204.html>. Acesso em 06/10/2014.

“safado”, “agitado” e “agressivo”, o que parecia estar relacionado a uma história que escutei diversas vezes, de diferentes funcionários, sobre o dia em que Jhonny fugiu de seu *recinto* após o fechamento do Zoo e subiu num poste de luz de alta tensão, tendo caído lá de cima e sobrevivido. Após este ocorrido, alguns animais considerados de risco, como os leões, os ursos e os chimpanzés passaram a ser trancados na parte interna de seus *recintos* quando o trabalho no local se encerra, para serem soltos na manhã seguinte, logo quando os primeiros funcionários chegam ao local.

A fascinação que os chimpanzés causam é algo interessante de ser observado. Bob, o chimpanzé que atualmente vive no Zoo, é praticamente a “estrela” do local, certamente é um dos animais mais procurados pelos visitantes, que ao pararem em frente ao seu *recinto*, o observam à distância, separados por um pequeno lago que os impede de se aproximarem. Diferentemente dos outros *recintos*, o local em que Bob é abrigado não possui uma estrutura metálica envolvendo o ambiente, sendo que chimpanzé pode caminhar por uma área com gramado e que possui uma estrutura de madeira em que pode subir. Há também a área fechada em que Bob dorme e recebe seus alimentos. Muitas vezes ele fica nesta parte interna durante o dia, o que faz com que alguns visitantes sintam-se frustrados por não conseguirem vê-lo. De acordo com o chefe dos *tratadores*, os visitantes têm que saber que os animais possuem suas próprias vontades e que é preciso respeitá-las: “eu não me preocupo se o visitante não vê o animal. O mais importante é o conforto do bicho”.

Outros animais, como os leões, também são bastante procurados pelos visitantes, principalmente o macho que fica sozinho num *recinto*, enquanto que as fêmeas ficam em grupo. A presença do leão exerce um grande fascínio no observador, que geralmente conversa com o animal, o chama, pede para que emita o rugido estrondoso característico dos leões. As girafas, os hipopótamos e o urso também são muito procurados pelos visitantes. Talvez a predileção por estes animais se assente no fato de serem considerados “exóticos” no Brasil. Para a maioria das pessoas a possibilidade de chegar perto- ainda que através de grades- de animais como estes, somente é possibilitada pela existência do Zoo. É notória a grande presença de crianças acompanhadas dos pais na visitação do local e como ficam agitadas quando avistam os animais, principalmente estes citados.



Figura 25: Aglomeração de visitantes em frente ao *recinto* dos hipopótamos. (Arquivo pessoal).

Aspectos relacionados às características físicas destes animais são constantemente ressaltados entre os visitantes, como a juba do leão, o tamanho das girafas, o modo como elas mastigam o alimento, seu andar, o tamanho do hipopótamo, a beleza das onças pintadas, a pequenez e agilidade dos saguis, por exemplo.

Estes momentos ocorridos no Zoo, de acordo com Silveira (2012:14),

revelam formas emocionais de ‘encontros sociais’ interespecíficos, evidenciados pelas paradas para a observação dos animais em cativeiro e a interação com eles, diante do ato de fotografar; da observação atenta do animal; dos diálogos das pessoas entre si – famílias, grupos de amigos, estudantes de escola, entre outros.

A nomeação de muitos desses animais, bem como a escolha de alimentos específicos para alguns deles –que não seria possível se não vivessem no Zoo- são indicativos de um modo de inseri-los em relações sociais, em que individualidades e características próprias são ressaltadas pelos *tratadores* e veterinários e que produzem maneiras específicas de interação entre eles. Encabeçando uma ideia de replicação da “natureza”, as estruturas físicas do Zoo, no entanto, dizem mais respeito a concepções sobre o que seria esta “natureza”. Mais do que transpor um “pedaço” do “mundo natural”, o Zoo também está criando o que é este “natural”. Pautado numa dicotomia que, de saída, classifica animais entre *domésticos* - portanto aqueles próximos do convívio com humanos- e *silvestres*, - que seriam os mais distantes do convívio humano

-, o modo como as políticas públicas são implementadas, no caso de Curitiba, podem nos revelar os limites dessas classificações.

A “natureza silvestre” a que alude o Zoo, se desdobra em várias outras classificações dentro do próprio local, como o texto procurou indicar. Ao serem alocados em *recintos*, estes animais partilham de uma identidade comum justamente pela condição a que estão expostos, são os “animais do zoológico” (MARVIN, 2008). No entanto, no cotidiano das relações que a rotina do trabalho no local produz, muitos deles são individualizados através de nomes próprios (Bob, Pandinha, Simba, Clóvis, entre outros), e de características que conferem a eles atributos geralmente usados para pessoas. Em outras palavras, funcionários e também visitantes adjetivam os animais a partir de qualidades que os singularizam: “calmo”, “bravo”, “bonito”, “sossegado”, “sozinho”, “agitado”, “triste”, “alegre”, são alguns exemplos. Ainda que os animais sejam, a primeira vista, definidos a partir de suas morfologias, outros critérios são acionados para atribuir sentido e valor aos animais e isso incide nas decisões que afetam sua gestão (BELTRAN; VACCARO, 2011:53). Além destas categorizações que imprimem particularidades no modo como alguns animais são tratados, e também vistos pelo público visitante existem outras, como é o caso dos animais que não são destinatários das políticas de *proteção*, mas meios de sua consecução: aqueles animais (camundongos, coelhos) que só existem no Zoo para alimentar outros e, portanto, nem são protegidos e nem podem ser exibidos (o que certamente causaria comoção num público cada vez mais sensível ao *bem estar* animal); e aqueles que mal guardam vestígios de sua condição de seres vivos, como as carnes estocadas na câmara fria da cozinha e especialmente apreciadas por alguns dos habitantes do Zoo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos três capítulos que compõem esta dissertação, procurei elencar um conjunto de elementos que fazem uma política pública. Ao não partirmos da premissa de que sua explicação poderia estar conformada no próprio termo, a pergunta sobre o que é, então, uma política pública voltada para animais em Curitiba, foi o que direcionou a pesquisa. Esta posição marcou a forma como a etnografia foi pensada, uma vez que a pergunta inicial só poderia ser respondida à medida que o próprio campo fosse mostrando como se configuram políticas para animais. Para tanto, acompanhei a rotina de um departamento da prefeitura de Curitiba, voltado para a administração da fauna da cidade, denominado Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna, criado em 2010 vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

A partir de uma ênfase na ideia de *proteção* animal, o Departamento de Fauna promove ações através de três diferentes frentes, relacionadas à sua própria estrutura institucional: a *educação* para a *conservação* da fauna, o *monitoramento* de animais *domésticos* e *silvestres*, e a manutenção de exposição de animais (tanto em Museu, quanto no Zoológico). Estes três âmbitos desdobram-se em um conjunto de ações específicas, ordenados a partir de diferentes lugares, como a Rede de Defesa e Proteção Animal, o Museu de História Natural, a Casa de Acantonamento, o Passeio Público e o Zoológico, que juntos compõem o atual organograma do Departamento de Fauna. Optei por acompanhar o trabalho realizado pelo programa Rede Animal, destinado à *proteção* dos animais *domésticos*, e o trabalho realizado no Zoológico da cidade, voltado para os animais *silvestres*.

A partir destes lugares são implementadas políticas que classificam e também organizam os animais na cidade a partir da distinção entre animais *domésticos* e *silvestres*. Estas categorias nativas foram interessantes chaves para compreender o modo como determinados animais são alvos de políticas de *proteção*, a partir de seus lugares dentro desta classificação que os distingue. Internamente a esta divisão (*domésticos* e *silvestres*), aparecem outras: os *domésticos* abarcam uma série de animais (os animais de estimação- gatos e principalmente cachorros; os destinados ao abate, como por exemplo, galinhas, porcos, bois, coelhos, camundongos; os “perigosos”, considerados peçonhentos, como diferentes tipos de insetos, cobras, ratos, morcegos), que recebem diferentes tratamentos, para uns, medidas de extermínio, para outros, medidas de

*proteção*; assim como para os *silvestres*, que recebem tratamentos distintos dependendo da espécie. Não há um modelo específico no modo como as municipalidades organizam ações relativas à vida animal. Em Curitiba há diferentes instituições, sendo que algumas destas, como é o caso do Centro de Controle de Vetores e Zoonoses (CCVZ, que não se volta para a *proteção* animal, mas para o controle e mesmo extermínio de algumas espécies), colocam um contraponto à ideia de *proteção* animal, encabeçada pelo Departamento de Fauna.

Assim, no primeiro capítulo apresentei o Departamento de Fauna de forma mais sistemática a partir do lugar que ocupa no interior da administração municipal. Com a descrição da festa de batizado de Glória, procurei introduzir o leitor ao universo das ações conduzidas pelo Departamento de Fauna, já que entendo que a festa condensou, em certa medida, o tom das políticas relacionadas a animais da atual gestão de governo, cuja ênfase pauta-se na *proteção* animal. As falas do prefeito, bem como do secretário do meio ambiente durante a festa apontaram para a relação entre a *proteção* animal e uma *educação ambiental*, pautada pelo *cuidado* com o meio ambiente e pela *preservação* da “natureza”. A realização do batizado do hipopótamo, nesse sentido, foi uma importante parte do evento, que sintetizou a ideia de *proteção* animal com a de *preservação* do meio ambiente: o nascimento do filhote no Zoo foi ressaltado como um importante acontecimento para a *preservação* da espécie como um todo, e, por conseguinte, para a preservação da “natureza”. A criação da certidão de nascimento de Glória, assinada pelo prefeito, secretário de meio ambiente e primeira dama, instituída madrinha do filhote, permite refletir acerca de um modo específico através do qual nos organizamos: por meio da fabricação constante de documentos. Nomeada e documentada, Glória foi, assim, introduzida nas relações sociais.

Se atualmente é possível que um animal ocupe praticamente o “status” de pessoa, isto nem sempre foi assim. Neste aspecto, procurei historicizar uma sensibilidade a respeito dos animais a partir do modo como passaram a ser concebidos pela administração pública. Um breve percurso pelo universo normativo brasileiro, referente à temática animal, pôde mostrar que, em contraste com o que aparece na legislação federal e estadual (mais voltadas para questões relativas à fauna *silvestre*), diferentes leis e decretos em Curitiba, nos últimos dez anos, apontam para um crescimento da preocupação com o *bem estar* e *proteção* dos animais de companhia, que passam a ser mencionados em diferentes leis. No entanto, ainda que o Departamento de Fauna paute

suas ações num conjunto normativo<sup>122</sup>, boa parte do que se passa dentro dele não possui relação direta com estas disposições, mas com particularidades da política municipal, marcadas pelo posicionamento da atual gestão frente à prefeitura (tanto do prefeito, quanto da primeira dama, que possui um papel importante no cenário curitibano relativo à *proteção* animal, sendo reconhecida informalmente como a “madrinha dos bichos”), cujo posicionamento é bastante favorável à “causa animal”.

A cumulatividade histórica que possui o parque em que a sede do Departamento de Fauna atualmente está localizada, também foi tomada como um dado importante para se pensar o lugar dos animais na cidade. Tendo sido o espaço destinado ao primeiro Zoo de Curitiba, o Passeio Público atualmente condensa diferentes atributos; ainda que não seja mais zoológico, mantém animais expostos para visitantes numa área central da cidade, em que há um grande fluxo de pessoas, e é deste local que saem políticas para a *proteção* animal. A sede da instituição, deste modo, ocupa um lugar estratégico: situado no centro da cidade é dali que irradiam ações para diferentes animais (e também pessoas).

A partir de um enfoque na Rede Animal, no segundo capítulo procurei apresentar as diferentes ações promovidas pelo programa, que é a grande tônica da gestão atual do Departamento de Fauna. Através do incentivo à *guarda responsável*<sup>123</sup>, a Rede Animal realiza diferentes atividades voltadas para pessoas e animais de estimação. Ainda que se trate de um programa destinado à *proteção* dos animais *domésticos*, os cães são o principal foco das ações da prefeitura, de modo que eles figuram o centro da maior parte das políticas implementadas.

A *microchipagem* realizada na pele no animal, o *cadastramento* dos dados do cão, e de seu respectivo *tutor*, no Sistema de Cadastramento e Identificação do Animal (SIA), a *castração*, (realizada tanto nos de “rua”, abarcados pelo programa *CãoComunitário*, quanto nos que possuem residência fixa, como é caso dos cães que entram no programa promovido pela prefeitura), a promoção da *adoção* de cães *abandonados*, além da realização constante de *vistorias* pelos *fiscais* do programa para coibir os *maus tratos* a animais, formam o conjunto de ações relativas à *proteção* animal promovida pela Rede Animal.

---

<sup>122</sup> Exemplos consistentes são as leis municipais 13.908 contra maus tratos e a lei 13.914 contra o comércio de animais, além de campanhas instituídas através de decretos (como a campanha de castração), além da criação da Rede Animal.

<sup>123</sup> Que se trata de um conjunto de ações específicas que devem ser conduzidas pelas pessoas em relação aos seus respectivos animais de estimação, conforme explicado no segundo capítulo.

A implantação de microchips, bem como a realização da *castração* são atreladas à ideia de *bem-estar* animal, uma vez que estas medidas coibiriam a possibilidade de perda do animal por parte de seu *tutor*, e também a potencialidade de reprodução, o que ocasiona, de acordo com a perspectiva da prefeitura, uma superpopulação de cães “errantes” pela cidade. O grande número de pessoas nas *Feiras Amigo Bicho*, promovidas para a *adoção* de cães, que procuram o serviço de implantação de microchips para seus animais, evidencia como a ação é bem aceita por uma parcela da população. A implantação é disponibilizada, durante as Feiras, gratuitamente para todas as pessoas que se dirigem ao local da feira com seus respectivos animais, portando os documentos necessários, como R.G. e comprovante de residência, e os relativos ao animal, como a carteira de vacinação. A ação é bastante divulgada pela Rede Animal como uma forma de “cuidado” com o animal de estimação.

Com a *castração* a mesma coisa. O ato é visto como uma forma de cuidado com o animal, de zelo e até de demonstração de afeto. Propagada em diferentes plataformas de publicidade pela Rede Animal (tanto na internet, quanto em folders, e mesmo na fala dos funcionários), a *castração* é uma das ações da Rede Animal que recebe maior ênfase. Realizada por clínicas veterinárias licitadas, ao *tutor* do animal não cabe nenhum custo, justamente por isso, há muita procura pelo serviço por pessoas que não se “encaixam” no perfil econômico imposto pela Rede Animal para o acesso ao programa.

É interessante observar que, considerados medidas para o *bem-estar* animal, estes dois métodos, tanto a *microchipagem*, quanto a *castração*, não levam em conta a possível vontade do animal, de modo que é possível aferir que há uma dimensão do “bem estar” humano colado à prática: a reprodução livre dos cães é problema apenas da perspectiva humana. O que se percebe é a disseminação de práticas que exercem um alto controle sobre os corpos dos cães, cuja presença livre nas ruas da cidade não é bem vista e mais, é evitada. O projeto *CãoComunitário* possibilita perceber de que forma os cães são esquadrihados pelo poder público. Os cães dos terminais de ônibus, ao passo que são nomeados, entram para o âmbito daquilo que pode ser contabilizado, e não só. Através dos nomes, os cães se individualizam e passam a poder fazer parte do programa da prefeitura, lembrando que os cães sem nome e sem nenhum “responsável” não entraram neste programa. Na medida em que o cão passa a ser objeto da política da Rede Animal, seu corpo também o é, recebendo então o microchip e a *castração*.

Conforme reflete Shore (2010), a vida humana é transpassada por diferentes políticas públicas e as ações da Rede Animal evidenciam que os humanos não são os únicos objetos das políticas públicas. Há um crescente aparato mobilizado para o controle dos corpos dos cães. Se as fronteiras entre humanos e máquinas são porosas, conforme apontou Donna Haraway (2000 [1985]), aludindo à figura do ciborgue enquanto ser híbrido, talvez seja possível alargar o espectro da análise, e incluir os *pets* nesta diluição de fronteiras entre vida orgânica e tecnologia.

Além de técnicas que incidem diretamente sobre seus corpos, os cães e outros animais também são objeto das *vistorias* realizadas pelos fiscais da Rede Animal. Importante parte do trabalho realizado no Departamento de Fauna, as *vistorias* permitem visualizar outra nuance do que a gestão pública concebe por *proteção* animal. Ao passo que o objetivo desta ação é coibir atitudes consideradas contrárias à *guarda responsável*, de pessoas em relação a animais de estimação, foi possível identificar que os critérios utilizados por cada *fiscal* no momento da realização das *vistorias* não passam apenas por questões objetivas. Ainda que o termo *maus tratos* seja também um termo da lei (Lei 13.908), e seja evocado pelos *fiscais* para coibir a ação e, em alguns casos, para autuação, o que irá determinar se determinado caso se encaixa ou não na prática de *maus-tratos* é definida contingencialmente por cada *fiscal*.

Estas *vistorias*, as *castrações*, as feiras de *adoção* e as *microchipagens* produzem diferentes documentos que são armazenados na sede da Rede Animal. Os relativos aos dados do cão, respectivo *tutor*, e o número do microchip implantado, são passados para um banco de dados virtual (SIA), que, no entanto, coloca algumas limitações, como a necessidade de que cada cadastro seja manualmente digitado por algum funcionário no sistema. Isto demanda tempo, ocasionando em déficit entre o número de cadastros realizados em papel, e os que são virtualizados.

As maneiras encontradas por funcionários para a inclusão dos cadastros no sistema, e também o modo como os fiscais, e também outros funcionários da Rede Animal, conduzem suas atividades, a partir de perspectivas particulares acerca do que compreendem como *maus tratos*, e de engajamentos pessoais, são demonstrativas de como a adesão dos funcionários, suas intervenções, muitas vezes criativas, atuam na modulação da política, o que contraria a ideia de automatismo e indiferença, comumente associado à teoria weberiana relativa à burocracia.

Seguindo a proposta do diretor do Departamento de Fauna, que me sugeriu iniciar a pesquisa pelos “mais de perto”, a saber, os animais *domésticos*, para depois chegar aos

“mais de longe”, por contraste, os *silvestres*, no terceiro e último capítulo discorri sobre o lugar que ocupam os animais “de longe”, ou os animais do Zoo de Curitiba.

Os zoológicos são lugares muito significativos para apreender aspectos das relações entre humanos e animais, já que permitem visualizar coexistência e as interações de diferentes agentes: a equipe de funcionários responsável pela manutenção do local, os animais, os visitantes e as próprias instalações que dão forma ao lugar.

Na medida em que o discurso vigente do Departamento de Fauna pauta-se na ideia de *proteção* animal, a existência do Zoo parece colocar uma tensão referente à manutenção de um espaço em que animais são confinados para a visita de pessoas. Diferentes funcionários associam o Zoo com a questão da *preservação* ambiental, atrelando seu funcionamento a possibilidades relativas à “conservação das espécies” e à “preservação da natureza”, como aspectos importantes para sua manutenção. Há também a difusão da ideia do local enquanto um “depositário” para animais que já não possuiriam um espaço na “natureza”. O que parece é que há outra dimensão da *proteção* aqui, associada à potencialidade do Zoo enquanto meio de *preservação* do ambiente.

Quando a política pública atrela-se à ideia de *proteção* ambiental, por outro lado, legitima-se a manutenção de animais presos nos zoológicos, e isso cria também determinadas obrigações para os bichos, que passam a ter quase que uma profissão (MARVIN, 2008), ao passo que são o objeto da visita de pessoas que vão até o Zoo para vê-los e conhecê-los.

Apesar das muitas diferenças existentes entre os animais presentes num zoológico, “eles partilham características particulares ligadas ao local em que vivem, ao modo como vivem, e ao fato de precisarem dividir suas vidas com a contínua presença de seres humanos.”<sup>124</sup>(MARVIN, 2008:1). Este fato imputa uma série de aspectos que conformam a maneira como a existência destes animais no interior destes locais se dá. A criação, por exemplo, de uma estrutura física para a exposição. No Zoo de Curitiba, os animais estão dispostos ao longo do parque, em *recintos* que ocupam diferentes tamanhos e formatos, que intentam refletir, minimamente, o que seriam seus “habitats naturais”. Os visitantes, por sua vez, acessam essas “recriações”, na medida em que vão ao local para conhecer animais “exóticos”, que vivem em “lugares distantes”, entrando, assim, em contato com diferentes animais veiculados a diferentes contextos e naturezas.

---

<sup>124</sup> Tradução livre: “(...) despite their multiple differences, share particular characteristics because of where they live, how they live and because of the ways they must share their lives with the continual presence of human beings.”

Ao passo que existe uma interação entre observador e observado (visitante e animal), é possível aferir, no limite, que os visitantes também estão recriando uma ideia de natureza. Há, desse modo, uma conexão entre visitantes, animais e políticas públicas: é, em parte, devido à sua visibilidade, que os animais proporcionam entretenimento, e justificam a manutenção destes espaços. O que existe, portanto, são políticas de certa produção de natureza- atrelada ao domínio do “exótico”, daquilo que é passível de *proteção* e cuidados- e, o que pode justificar a manutenção do animal preso é a ideia de educação, de promoção de uma “consciência ambiental”.

Ainda que os animais do Zoo sejam objeto de visitação, eles também definem as formas em que diferentes rela es são estabelecidas. Tanto com funcionários – demonstrando preferências alimentares, escolhendo por quais *tratadores* querem ou não ser tratados, por exemplo- quanto com visitantes, por vezes, os animais ignoram por completo a presença de pessoas em torno de seus *recintos*, o que certamente causa alguma frustra o ao espectador. Isto demonstra que os animais fazem uma inflexão nos modos de estarem l , suas condutas também configuram o espaço e o organizam.

Outros animais também demonstram níveis de agências que modulam as políticas, como os exemplos do cachorro e do gato que “não quiseram” ser *microchipados* durante a *Feira Amigo Bicho*, mordendo funcionários ou fugindo para a mata. Além das maneiras como vivem os diferentes cachorros habitantes dos terminais de ônibus de Curitiba, que escolhem os locais em que querem se estabelecer muitas vezes se contrapondo às vontades das pessoas que circulam pelos locais, chegando, por vezes, a atacá-las.

Estas diferentes situa es expressam o fato de que a obriga o que as políticas públicas produzem para os donos e ou responsáveis (*microchipar, castrar, prover abrigo, alimenta o, vacinar, etc*), também produzem obriga es para os bichos. As políticas criam expectativas em rela o aos animais e seus comportamentos. No caso dos animais de estima o   esperado que o animal seja um “amigo bicho”, um “fiel companheiro”. A ideia da cria o do animal enquanto um *pet*, enquanto um animal de estima o, e do amor incondicional (HARAWAY, 2008) envolvido nesta rela o, produz uma necessidade de desempenho: são esperados determinados tipos de comportamento do cão que sejam condizentes com os parâmetros de seus donos/responsáveis. Em que pesem as diferenças, dos animais do Zoo também   esperado alguns comportamentos: o visitante anseia por sua presença, que muitas vezes não se contenta apenas em visualizar o animal parado ou dormindo, por exemplo.  

comum que os visitantes chamem os animais nos *recintos*, que “peçam” algum tipo de ação, “vem aqui”, “acorda”, “levanta”, “não se esconda”.

Os exemplos pontuados ao longo do texto, sobre os *pets* e animais do Zoo que, por algum motivo, não se encaixam em expectativas estabelecidas pelas pessoas, também permitem pensar que as interações entre humanos e animais “estão pautadas em um *duplo vínculo* (...), no sentido de afetarem-se reciprocamente e construírem nichos (Fuentes, 2010) a partir da sua coexistência no *meio* produzido por ambos (portanto, a sua co-pertença a ele)” (SILVEIRA, 2012).

A grade de catalogação nativa entre animais *domésticos* e *silvestres* também produz outras diferenças, outras classificações, e isso distribui pessoas em diferentes cargos e funções dentro do Departamento de Fauna, e também distribui animais em diferentes espaços da cidade. Se os animais *domésticos* são tratados pela Rede Animal, localizada dentro do Passeio Público, no centro da cidade, os animais *silvestres*, abarcados pelo Departamento de Fauna, encontram-se num bairro distante deste ponto, no interior do Zoo.

Há uma relação que pode ser estabelecida entre os animais de estimação e os animais do Zoo: ao passo que a categoria de “animal silvestre” parece não dar conta da existência dos animais do Zoo, a ideia de pensá-los enquanto animais “limiáres” (MARVIN, 2008) é frutífero, já que os animais que vivem nestes ambientes ocupam um lugar um tanto quanto ambíguo. Confinados num local restrito e em contato direto e diário com pessoas responsáveis por sua alimentação, limpeza, por exemplo, são criadas afeições e dependências entre os funcionários e os animais que se assemelham às estabelecidas com os animais de estimação, como cachorros e gatos.

A ideia de cativo, neste aspecto, é interessante para refletir sobre o modo como estes diferentes animais são pensados pelo poder público. Ao que parece, as políticas públicas de *proteção* voltadas pra animais, possuem diferentes níveis. Nenhuma delas aponta somente na direção do animal, há sempre uma nuance relativa a interesses especificamente humanos. No caso das políticas de Curitiba, foi possível perceber alguns mecanismos de “humanização” dos animais, como a linguagem utilizada pelas pessoas para falar com e dos animais, os processos de nomeação de alguns, a criação de documentos pessoais, como as carteiras de vacinação, *microchipagem*, certidões de nascimento, além do fato de, muitas vezes, serem considerados em determinadas ocasiões, ou, por algumas pessoas, como membros da família. Tornados próximos, os animais “domésticos” passam a ser objeto de “cuidados” e “proteção”.

Percebe-se que há uma escala de gradação, ainda que difusa - em diferentes formas de categorizar os animais e abrangê-los- que atesta uma importância a eles a partir do lugar que podem ocupar nas relações humanas. O que parece existir é a necessidade da associação do animal a um humano, para que possa existir na configuração urbana. Nesse sentido, pensar o estado enquanto uma contínua construção a partir da “noção de domesticação” (LEIRNER, 2014:39)

pode parecer um contraponto interessante para se pensar o domínio do político, não só porque remete a um mecanismo de internalização e processamento (transformar em doméstico) como também a um domínio, no sentido que impõe uma condição e demarca uma situação (Idem:39).

O reconhecimento dos animais como entes passíveis de atenção e *proteção* por parte do poder público é efetivado na medida em que aqueles são atrelados aos humanos e, por conseguinte, às nossas formas de organizações políticas. A administração pública, enquanto mediadora dos processos de interações entre pessoas e animais, acaba por mobilizar diferentes estratégias, e ainda que se atualize e se reordene contextualmente, intenta, no limite, “domesticar” existências não humanas, no sentido de limitar, cercar, conhecer, trazer para “dentro”, para a demarcação do que o estado pretende abarcar, para que assim tais existências possam se efetivar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACAMPORA, Ralph. “Zoos and Eyes: Contesting Captivity and Seeking Successor Practices”. **Society & Animals**, Volume 13(1), pp. 69-88. 2005.
- ANTUNES, Guilherme. **Pensar nos bichos: afetos, políticas e simbioses da proteção animal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – USFCAR, São Carlos 2012.
- BAHLS, Aparecida, V.S. **O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)**. Dissertação (Mestrado em História) –UFPR, Curitiba, 1998.
- BELTHAM, Oriol; VACCARO, Ismael. “Especies invasoras vs. Protegidas. Políticas de fauna en los Pirineos”. **Dossier Naturaleza & Cultura**. Avá 19. ISSN 1851-1694. 2011.
- BEVILAQUA, Ciméa. “Chimpanzés em juízo: pessoas, coisas e diferenças”. IN **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 65-102, jan./jun. 2011.
- BEVILAQUA, Ciméa.; B; LEIRNER, Piero. C. “Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro”. **Revista de Antropologia** (São Paulo), São Paulo, v. 43, n.2, p. 105-140, 2000.
- BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Passeio Público: primeiro parque público de Curitiba**. Fundação Cultural de Curitiba, v.28, n 126, ago. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas-SP; Papirus. 1996.
- CARVALO, Isabel; STEIL, Carlos. Percepção e ambiente: aportes para uma epistemologia ecológica. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. FURG-RS 2012
- CASTRO, Soledad. **A integralidade como aposta: etnografia de uma política público no Ministério da Saúde..** Tese (Doutorado em Antropologia) – UNB, Brasília, 2012.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1978.
- DESCOLA, Philippe. “Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia”. **Mana** [online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 23-45

DIGARD, Jean-Pierre. **Les français et leurs animaux-ethnologie d'un phenomene de societ . Fayard, 1999.**

\_\_\_\_\_. "Les Nouveaux Rapports Homme-Animal". IN: **Séminaire Entre peurs et espoirs, comment se ressaisir de la Science et la faire partager   nouveau?** Paris: Minist re de l'Alimentation, l'Agriculture et la P che (DGER), 2008.

GARCIA, Rita, C. M. **Estudo da dinâmica populacional canina e felina e avalia o de a es para o equilíbrio dessas popula es em área da cidade de São Paulo, SP, Brasil.** Tese (Doutorado em Medicina Veterinária e Zootecnia) – USP, São Paulo, 2009.

HARAWAY, Donna. "Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX." IN: SILVA, T. T. (org.). **Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 37-129. 2000 [1985].

\_\_\_\_\_. **When species meet.** University of Minnesota Press: Minneapolis, 2008.

INGOLD, Tim. "Humanity and Animality". IN: INGOLD, T. (ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology.** Londres, Routledge, pp. 14-32, 1994.

\_\_\_\_\_. "Stop, look, Listen! Vision, hearing and human moviment." IN: **The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill.** Routledge, NY, 2000 (pp.243-287).

\_\_\_\_\_. "Pare, Olhe, Escute! Vis o, Audi o e Movimento Humano", *Ponto Urbe* [Online], 3 | 2008, Online since 01 July 2008, connection on 03 November 2014. URL : <http://pontourbe.revues.org/1925>

JAVORUSKI, Manoel; BISCAIA, Silvio. **A História do Zoológico Municipal de Curitiba.** Monografia. (Pós Gradua o em História e Geografia do Paraná). Curitiba, 2007. Faculdade Padre João Bagozzi

KNIGHT, John. Making Wildlife Viewable. **Society and Animals** 17. 167-184 2009

KULICK, Don. Animais Gordos e a Dissolu o das Fronteiras entre as Espécies. **Mana** 15(2), 2009, p. 481-508.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

\_\_\_\_\_. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

- LEIRNER, Piero; TOLEDO, L. H. **Mundo-cão: um exercício sobre as fronteiras entre natureza e cultura no meio urbano**. Sexta Feira, 3, p. 126-133, 1998.
- LEIRNER, Piero. O Estado como Fazenda de Domesticação. **R@u –Revista de Antropologia da UFSCar**. 4(2): 38-70. 2012
- MARRAS, Stelio. **Recintos e evolução: capítulos de antropologia da ciência e da modernidade**. São Paulo/SP. Tese (Doutorado em Antropologia). USP, São Paulo, 2009
- MARVIN, Garry. “L’animal de zoo. Un role entre sauvage et domestique”. **Techniques & Culture**, 50: 102-119, 2008.
- MATOS, Liziane, G. **Quando a “ajuda é animalitária”. Um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre/RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UFRG, Porto Alegre, 2012
- MULLAN, B; MARVIN, Garry. **Zoo culture: the book about watching people watch animals** (2nd ed). Urbana: University of Illinois Press. 1999.
- MULLIN, Molly. Animals and Anthropology. **Society & Animals**, 10(4), 387-393. 2002.
- OSÓRIO, Andréa B. “Fronteiras entre humanidade e não-humanidade: notas sobre um grupo de protetores de gatos de rua”. IN **IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL 10 A 13 DE JULHO DE 2012 - CURITIBA, PR**
- PEIRANO, Mariza G.S. “**This horrible time of papers**”: documents and national values. 2002.
- \_\_\_\_\_. **O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 53-80, jul./dez. 2009
- PEREIRA, Magnus R.M. **Semeando iras rumo ao progresso (ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889)**. Curitiba: ed. da UFPR, 1996.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Resumo Executivo do projeto Rede de Defesa e Proteção Animal da Cidade de Curitiba**. Curitiba, 2009.
- RICHTER, Vitor,S. **Seguindo as Vias: Declaração de Nascido Vido, Identificação e Mediação**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). UFRG, Porto Alegre, 2012.
- SÁ, Guilherme. “A ascensão do chimpanzé: religião e política em um evento (antropo)zoológico carioca”. Comunicação apresentada na **28a. Reunião Brasileira de Antropologia, GT 05- Animais e humanos em contextos urbanos e rurais: novas perspectivas sobre relações interespecíficas**. São Paulo: ABA/PUC-SP, 02 a 05/07/2012.

- SANTANA, Luciano; OLIVEIRA, Thiago. **Guarda Responsável e dignidade dos animais**. S.A.
- SCHAVELZON, Salvador. “La antropología del Estado, su lugar y algunas de sus problemáticas”, IN: **Publicar**, ano VIII nº IX, 2010.
- SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. Tese (Doutorado em Antropologia) - UFSC– Florianópolis, SC, 2012.
- SHORE, Cris. “La antropología y El estudio de La política pública: reflexiones sobre la formulación de las políticas”. **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología, n. 10, jan-jun. Colômbia: Universidad de Los Andes, 2010.
- SILVA, Joelmir, M. “Um passeio pela história dos jardins e um olhar para a criação dos primeiros jardins modernos do Brasil”. **Revista Espaço Acadêmico** –n.º 156- mensal. Ano XIII. ISSN 1519-6186. Maio 2014.
- SILVEIRA, Flávio, L. A. “As relações humanas e não-humanas na metrópole amazônica. Estudo etnográfico no Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA)” Comunicação apresentada na 28a. **Reunião Brasileira de Antropologia, GT 05- Animais e humanos em contextos urbanos e rurais: novas perspectivas sobre relações interespecíficas**. São Paulo: ABA/PUC-SP, 02 a 05/07/2012.
- TEIXEIRA, Carla C.; SOUZA, Antonio C. L. “A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?” IN: Duarte, Luiz Fernando Dias, coord. de área; Martins, Carlos Benedito, coord. geral. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010, p. 51-95.
- VELDEN, Vander; BADIE, Marilyn, C. “A relação entre natureza e cultura em sua diversidade: percepções, classificações e práticas”. **Dossier Natureza & Cultura** Avá no.19 Posadas dic. 2011.

## LEIS E DECRETOS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988.
- BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10/07/1934. Estabelece medidas de proteção aos animais.
- BRASIL. Decreto nº 3.179, de 22/7/2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências
- BRASIL. Lei nº 5.197, de 03/01/1967. Código de Caça.

BRASIL. Lei nº 7.653, de 12/02/1988. Lei de Proteção à Fauna.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12/02/1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.794, de 08/10/08. Estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.173, de 14/12/83. Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências

BRASIL. Lei nº 7.643, de 18/12//87. Proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.889, de 23/11/89. Dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.519, de 17/07/02. Dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeio e dá outras providências.

PARANA. Lei nº 14.037/2003. Código Estadual de Proteção aos Animais

PARANA. Lei nº 16.101 de 06/05/2009. Veda, no Estado do Paraná, a prestação de serviços de vigilância por cães de guarda com fins lucrativos no âmbito do Estado do Paraná.

PARANA. Lei nº 16.667 de 17/12/10. Proíbe a manutenção e a comercialização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos em espetáculos circenses ou quaisquer outros que explorem esses tipos de animais, e dá outras providências.

PARANA. Lei nº 17.422, de 18/12/12. Dispõe sobre o controle ético da população de cães e gatos.

PARANA. Lei nº 17.442, de 26/12/12. Dispõe sobre a ampla divulgação da cláusula de escusa ou objeção de consciência à experimentação animal, nos Colégios e Universidades do Estado do Paraná.

CURITIBA-PR. Lei nº 13.908 de 19/12/2011. Estabelece, no âmbito do município de Curitiba, sanções e penalidades administrativas para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências.

CURITIBA-PR. Lei nº 13.914, de 23/12/2011. Disciplina o comércio de animais de estimação no município de Curitiba e dá outras providências.

CURITIBA-PR. Lei Nº 13.241, de 03/07/09. Institui a semana de proteção aos animais no âmbito do município de Curitiba e da outras providências.

CURITIBA-PR. Lei nº 12467, de 25/10/07. Proíbe a manutenção, utilização e apresentação de animais em circos ou espetáculos assemelhados no município de Curitiba e da outras providências.

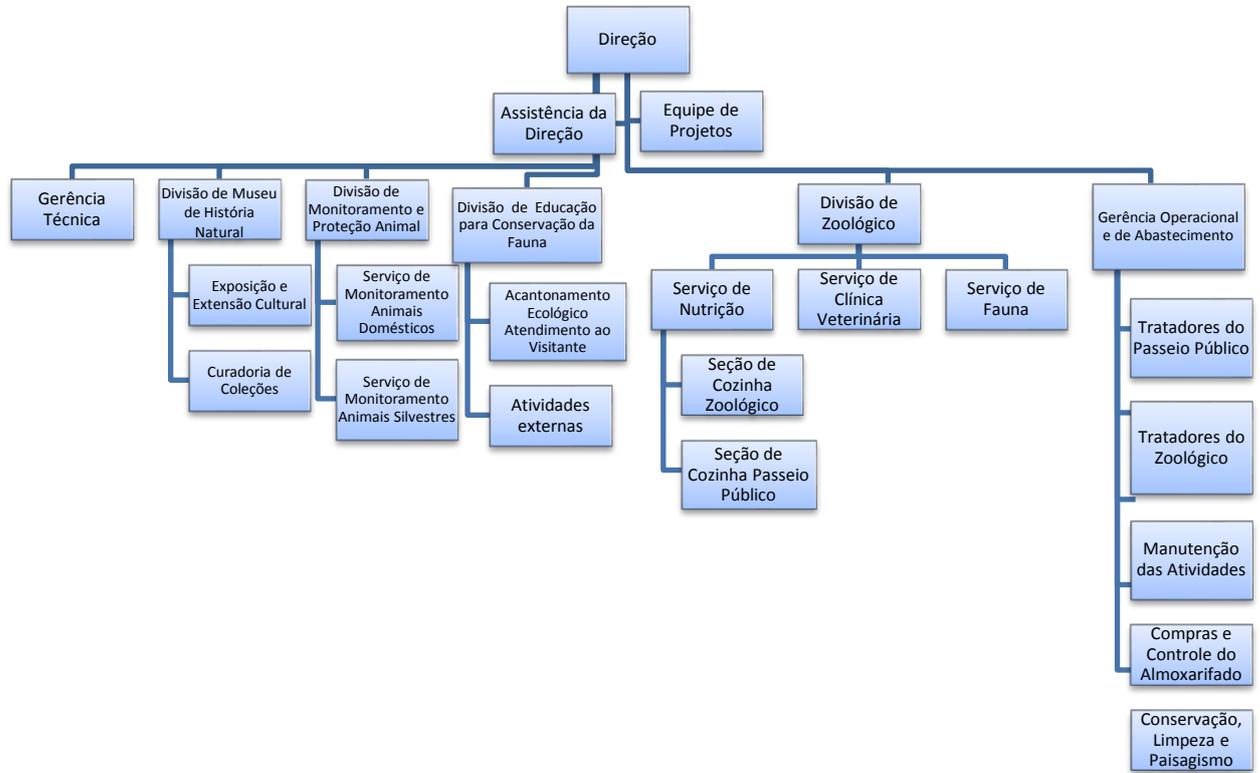
CURITIBA-PR. Lei nº 11.472 de 14/07/2005. Institui no município de Curitiba a "campanha de controle populacional de cães e gatos" acompanhada de ações educativas sobre posse responsável de animais e dá outras providências.

CURITIBA-PR. Lei nº 11.398, de 29/04/05. Cria o Conselho Municipal de Proteção aos animais e da outras providências.

Decreto Municipal 1.132/10. Cria o Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna.

## ANEXOS

## Anexo I- Organograma do Departamento de Pesquisa e Conservação da Fauna



## Anexo II- Imagem do microchip



Anexo III- Panfleto divulgando o batizado e escolha do nome do filhote de hipopótamo nascido no Zoo.



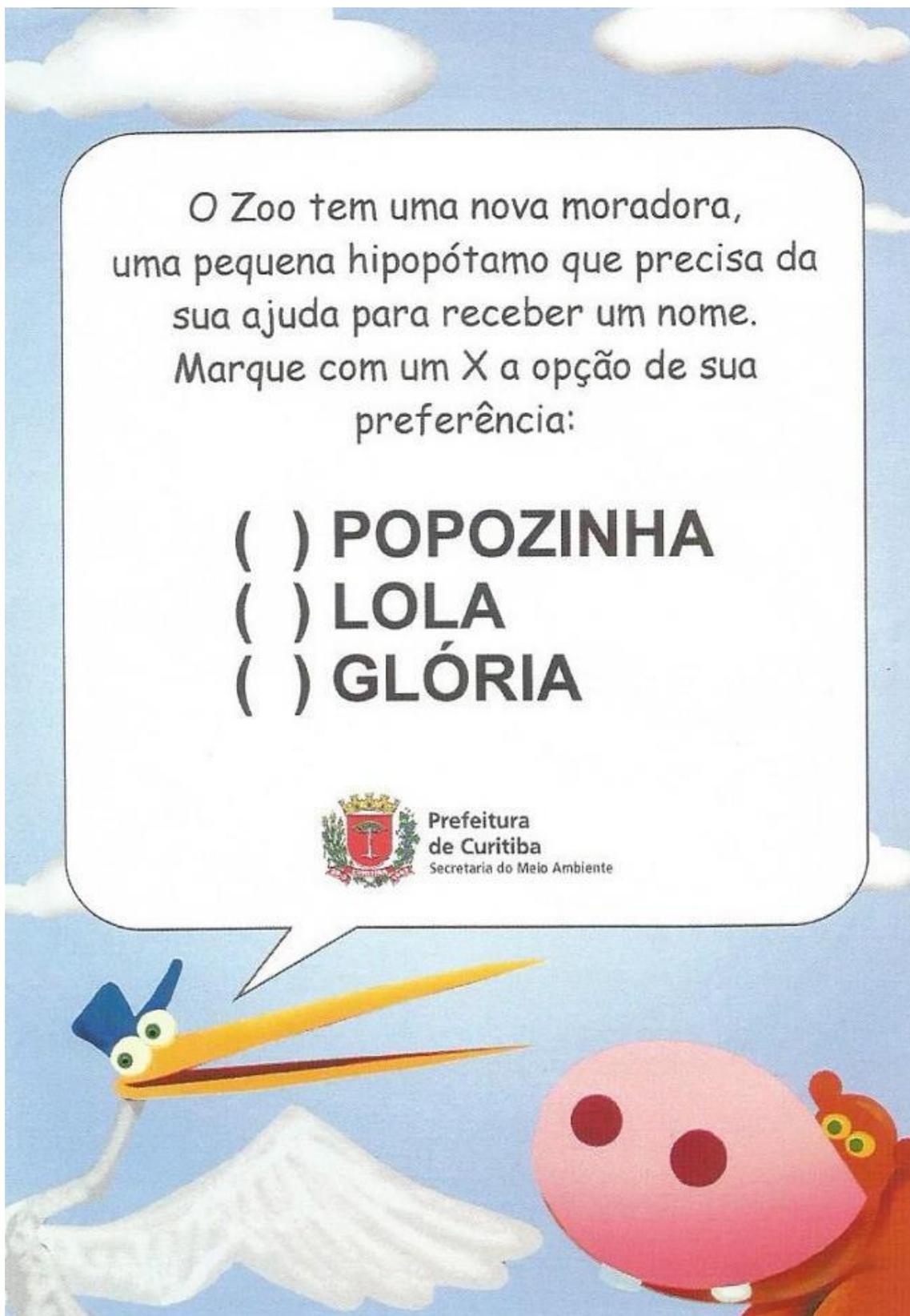
# Escolha o nome da bebê hipopótamo

A mais nova habitante do nosso Zoológico é uma hipopótamo fêmea. Nasceu dia 16 de fevereiro e seu “batizado” já está marcado para o dia 23 de março, sábado, pelo prefeito Gustavo Fruet. A data comemora os 31 anos do Zoológico no Parque Iguaçu e os 320 anos da Cidade de Curitiba. É você quem decide qual o melhor nome para a mais nova moradora do Zoo. Vote!



Prefeitura  
de Curitiba  
Secretaria do Meio Ambiente

Anexo IV- Panfleto da votação para a escolha do nome do filhote de hipopótamo.



Anexo V- Folder da Rede Animal

